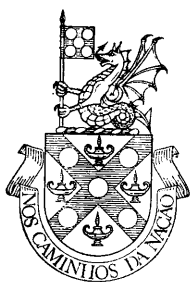

NAÇÃO E DEFESA



ANO XIV — N.º 50 — ABRIL - JUNHO DE 1989
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL—PORTUGAL

DIRECTOR

General PELAGIO MANUEL DE ABREU CASTELO BRANCO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de redacção

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes,
Dr. Marques dos Santos, Major Erico M. B. Capela (Secretário).

Propriedade, Redacção e Administração

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

ISSN 0870-757X

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	120\$00
Preço de venda avulso	150\$00

EDITORIAL	5
EUROPA: O TODO E AS PÁTRIAS	13
<i>Mendo Castro Henriques</i>	
A CRISE DO MÉDIO ORIENTE — ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE PAZ	37
<i>Luiz Gonzaga Ferreira</i>	
A SITUAÇÃO ENERGÉTICA NACIONAL E A NOVA ORDEM ENERGÉTICA A DESENVOLVER	89
<i>Luís Aires de Barros</i>	
ACERCA DOS AÇORES E DO ACTUAL TRAÇADO DOS LIM- TES DOS COMANDOS ATLÂNTICOS DA OTAN	105
<i>Raul François R. C. Martins</i>	
CENÁRIOS: EM BUSCA DOS AMANHÃS POSSÍVEIS	137
<i>Magalhães Queirós</i>	
DEFESA MILITAR E OPINIÃO PÚBLICA	155
<i>Virgílio de Carvalho</i>	
ALGUMAS QUESTÕES ELEMENTARES SOBRE ESTRATÉGIA AÉREA	167
<i>António de Jesus Bispo</i>	
A DEFESA NO MUNDO	187

EDITORIAL

EDITORIAL

A OTAN completou quarenta anos.

Motivos não faltarão para oportunas reflexões em torno da efeméride. Portugal, seu membro fundador, merece que se recorde aquilo que o faz, hoje como então, um parceiro útil e importante para os demais, referenciando aspectos, pouco evocados, talvez periféricos mas entrosados com o acto da subscrição do Tratado.

País euro-atlântico, excêntrico ao último conflito mundial, nem por isso deixou de o sentir e de nele participar, em dimensão contributiva de relevo, embora, às vezes, aparentemente subestimada por quem disso recolheu o usufruto. Tão relevante foi, que, no pós- guerra, se entendeu imprescindível a sua inclusão na aliança defensiva ocidental dos países congregados pelo oceano, não obstante o desajuste da filosofia política professada na altura.

Sobrelevam, porém, alguns factos significativos circundantes.

Seis meses antes da Resolução de Vandenberg, de Junho de 1948, génese do pacto de segurança americano-europeu, de 4 de Abril de 1949, já Portugal havia formalmente acordado com os EUA a prestação graciosa de facilidades de trânsito e de instalações, na Base Aérea 4, as quais vinham, há muito, utilizando.

De seguida, os anteriores utentes, americanos e ingleses, convidam Portugal a intervir no nascimento da OTAN, ao mesmo tempo que os primeiros concedem, aos restantes signatários, ajuda económica e política, em Programa de Recuperação a longo prazo.

A contratação das facilidades ofertadas aos EUA em 1948 vigorou os três anos previstos, dando lugar ao «Acordo de Defesa» de 6 de Setembro de 1951, no qual o nosso País se reservou o direito de as estender ao Reino Unido.

Mas antes, a 5 de Janeiro do mesmo ano, Portugal e os Estados Unidos haviam-no feito preceder pelo Acordo de «Auxílio

Mútuo para a Defesa entre os dois Países», como membros da OTAN, «... conscientes das obrigações recíprocas derivadas do Artigo 3.º do Tratado».

Resulta patente o reflexo da função internacional, de território, do nosso País.

Por um lado, o interesse das potências marítimas ocidentais no acesso às nossas ilhas atlânticas; por outro, a sensibilidade da OTAN por um Portugal europeu, onde aquela parcela privilegia o Pilar Americano.

Só que esse estatuto de preferência, coerentemente parte do Acordo de Defesa entre ambos os Países, reconhece em preâmbulo «... que o aumento de confiança dos povos livres na sua própria capacidade para resistir à agressão apressará a recuperação económica»; observa o «... princípio de que a recuperação económica é essencial à paz e segurança internacionais e lhe deve ser dada nítida prioridade»; e prevê que os EUA, por força do «... Mutual Defense Act de 1949, concedam assistência militar a Portugal».

O Tratado regulador da OTAN e o Acordo Portugal-EUA, seu derivado, realçam o primado de que a economia e a formação de riqueza constituem factores de segurança, tornando-se, por isso, indispensável uma defesa adequada ao crescimento, ou, pelo menos, à sua manutenção. E é bem verdade que o não desenvolvimento, a inexistência de produto a preservar, autocondenam-se por utópicos e exclusivos da vontade dos cidadãos.

Contudo, o vector económico condicionará o estádio limite da defesa, num doseamento equilibrado de encargos que não afecte o desenvolvimento, para além do aceitável. Por outras palavras, dir-se-á que a economia não pode sair prejudicada pela segurança que exija e crie para sua defesa.

As pessoas, bem como as Nações, só sentirão a necessidade de segurança quando alcançado um crescimento em que a relação mútua de causa-efeito se demonstre evidente.

O crescimento gera a percepção da utilidade dos seguros.

Isto mesmo terá certamente reforçado o sentimento da união entre Estados no pós-guerra, em esquemas de defesa colectiva vi-

sando a segurança, conjunta, melhor e mais económica, dos interesses parciais. E não surpreende que, na ocasião, tivessem sido os EUA, não atingidos intramuros pelo conflito, motores do progresso e promotores do crescimento dos Aliados.

Coube-lhes dinamizar a defesa do Ocidente por via do auxílio económico que se propuseram prestar. Com isso aumentou, num período inicial, a interdependência dos 2 Pilares da Aliança, criando um desenvolvimento com tendência a desligar-se, aos poucos, da defesa, senão mesmo independente, em fase posterior, do progresso dos próprios EUA.

Entende-se a racionalidade de um tal trajecto, mas aponta-se, em simultâneo, o desvio de que enferma, em relação ao conceito fundamental que deveria respeitar.

É notória a dificuldade crescente em fazer aceitar que a segurança é condição sine qua non para um quotidiano de desanuviamento e transparência e que o crescimento depende do grau em que ela exista.

E tudo indica que alguns países dão prioridade, hoje, à vertente económica e secundurizam, em alguma medida, a segurança ou as obrigações contraídas, tendo em vista a sua consecução.

Portugal necessita dos utensílios que lhe permitam chegar, com a rapidez que o tempo útil disponível aconselha, a níveis de desenvolvimento paritários com os dos Países aliados.

Os parâmetros da sua inserção e posicionamento na Aliança são claros, como nítidos se recortam os valores objectivos que põe à disposição dos seus parceiros, em prol da segurança colectiva.

Estes valores, numa perspectiva reconhecida que não será exagero repetir, são o País e a sua dinâmica global, bem como o querer de todo o seu Povo em oferecê-los, acrescentando-se e como objectivo nacional, ao sistema defensivo da Comunidade Atlântica de Nações Democráticas a que pertence.

Num passado recente, contudo, o Portugal «visível» ter-se-á confinado ou feito restringir, de forma mais ou menos consciente mas interessada, ao espaço físico de uma simples Base Aérea.

Não condiz com a essência dos Acordos.

Fazê-lo significa, antes do mais, desvalorizar a função internacional histórica e cada vez mais actual da posição geográfica do País.

Fazê-lo acarreta, em consequência, não reagir à minimização da importância estratégica das partes que o constituem, em processo lesivo de identidade e soberania, desgastante da coesão e da independência decisória da Nação.

É sabido que a optimização de um conjunto multiplica a mais valia dos seus elementos, ao mesmo tempo que a respectiva defesa parcelar não pode conceber-se a níveis diferentes de prontidão e eficiência nas respostas.

E essa defesa, proporcionadora de vivência tranquila que é sinónimo de segurança, terá que residir, ab initio, numa realização autónoma e com meios próprios, por exíguos que pareçam.

Entregá-la a estranhos, ainda que nobres e válidas as intenções e os argumentos associados, será confessa falta de confiança no potencial das capacidades nacionais e conduzirá, inevitavelmente, à convicção interna, tanto quanto externa, de que os outros são melhores.

Portugal está na Aliança e esta requer, dos seus membros, assunção plena dos riscos e das responsabilidades que, estatutariamente, partilham entre si.

A comemoração dos 40 anos do Tratado propicia um exame de consciência sério, honesto e pragmaticamente produtivo, sobre o que urge, no tocante ao respeito e satisfação dos compromettimentos aceites pelas partes.

Situem-se eles no âmbito dos recursos militares ou relacionem-se, outrossim, com as vertentes económica ou tecnológica de um Desenvolvimento, não onerado por inaceitáveis dependências, sem o qual a defesa comum corre o risco de se tornar desequilibrada, se o for proporcionalmente à dimensão e ao poder de cada um.

Que a efeméride ilumine a reflexão sobre o futuro insistentemente sugerida e reclamada nos dois Continentes Atlânticos e potenciadora de verdadeira unidade, despida de egoísmos, voluntária no cumprimento dos deveres recíprocos e firme no espírito solidário e enriquecedor em que nasceu a OTAN.

EUROPA: O TODO E AS PÁTRIAS

Mendo Castro Henriques

EUROPA: O TODO E AS PÁTRIAS

Conferência pronunciada na Universidade Católica Portuguesa, a 13 de Fevereiro de 1989, na Semana de Estudos de Teologia sobre EUROPA: A Dimensão Ética.

Parece hoje fácil, demasiado fácil em tempos de paz, falar da realidade comum aos povos europeus, sobretudo se temos a pretensão de descobrir num nome — Europa — aquilo que constitui um enigma histórico. Escutemos, pois, o que no fatídico ano de 1917 foi escrito num campo de concentração alemão por alguém cujo filho mais velho fôra morto na frente, e cuja mulher ensurdecera:

«Aqui estou eu, sozinho com os meus pensamentos, e se os não conseguir submeter, eles acabarão por ser dominados pela minha dor, pelo meu tédio, pela minha ansiedade ante os que me são queridos e conduzir-me-ão à neurastenia e ao desespero. Tenho de reagir contra o meu destino. Há pessoas — escreve-me a minha mulher que está surda — a quem o infortúnio prostra, outras a quem tempera. Tenho de me decidir por ser deste último lote, para meu bem e dos meus ⁽¹⁾.

Tomada esta decisão íntima, este homem pediu papel e caneta e começou a escrever a sua história da Europa, que, apesar de inacabada, foi porventura a mais inspiradora das suas obras. Chamava-se Henri Pirenne.

Ora o que no reúne hoje aqui, em tempos fáceis, é o mesmo enigma a que Pirenne conseguiu sondar as paixões. O nome conhecemo-lo há vinte e oito séculos desde que no verso 357 da Teogonia, o beócio Hesíodo descreveu

(¹) Apud Henri Pirenne, « A History of Europe », Londres, George Allen & Unwin, 1936, p. 21 (Prefácio do autor).

Europa como uma das ninfas filhas de Oceano e de Tétis. A realidade é a das pátrias ocidentais cujo impacto civilizacional as tornou representativas da humanidade.

Toda a Europa intelectual do século XX—precedendo a Europa política e a Comunicação Social na actualidade—não parou de se interrogar sobre si própria. Durante a primeira metade do século o debate centrou-se na crise e na decadência. A partir da Segunda Guerra Mundial, debateu-se de que modo seria possível fazer renascer das cinzas as pátrias europeias. O debate mais recente está fixado na oportunidade da unificação europeia, embora não se percam de vista os horizontes mais amplos da integração ecuménica ⁽²⁾.

O que pode a filosofia acrescentar a este programa? Os filósofos são maus sofistas. As suas respostas não coincidem necessariamente com as opiniões triunfantes. Podem ser oportunas ou inoportunas.; o que não podem é ser evasivas, muito embora a sua validade seja sempre penúltima, disposta a ceder perante verdades demonstradas.

Ora um dos caminhos para introduzir no debate a dimensão filosófica, consistiria em seriar as posições dos filósofos acerca da Europa, desde os Pré-Socráticos até aos mais contemporâneos. Anaximandro distinguiu a Europa da Ásia e Aristóteles converteu esta distinção geográfica numa diferença mental. Leibniz e Bergson foram entusiastas de uma sociedade aberta europeia. Porém, percorrer uma tal galeria de opiniões, seria fastidioso e não promoveria qualquer atitude. Pior ainda: constituiria um erro metodológico, uma vez que não existe unanimidade filosófica acerca da Europa como realidade e como projecto histórico. O acordo entre filósofos situa-se num outro plano ⁽³⁾.

Poderíamos, outrossim, pensar que a filosofia da história, e mormente da história da Europa, constituiria o caminho de análise aconselhável. Seria então necessário apontar as visões gerais que definem supostas leis do decurso histórico da civilização europeia. Seria de novo a enumeração fastidiosa, inútil e errónea de sucessivas opiniões. Em resumo, não nos interessa uma doxografia.

⁽²⁾ Ver por todos Denis de Rougemont, «Vingt-huits Siècles d'Europe», Paris, Payot, 1961, 427 pp., *passim*.

⁽³⁾ *Ibid.* pp. 33-43; «L'ère des philosophes», pp. 117-161; «L'ère de la révolution de Kant a Hegel», pp. 163-229.

Importa-nos, sim, apurar que sentido poderá ter o nome de europa; que realidade lhe corresponde; se constitui um todo ou se uma realidade literalmente medíocre, situada entre os povos europeus que são as suas partes e a realidade ecuménica em que hoje vivemos. Importa ainda apurar como são seleccionados os factores essenciais da nossa identidade social e humana; que tipo de realidade histórica constituem; que tradição e que horizontes estão envolvidos na sua formação; que teleologia lhes corresponde e que respostas paradigmáticas nos poderão orientar. Eis o que aqui nos interessa.

1. *EUROPA: UMA EXISTÊNCIA SEM ESSÊNCIA*

Se nos detivermos no título desta Semana de Estudos — Europa — a Dimensão Ética — apercebemo-nos de que nela existe uma suspensão — suspensão decisiva para nos fazer pensar.

Poderemos ler o título quer como dimensão ética da Europa, quer como dimensão europeia da Ética. Ou está sobretudo em jogo a análise de uma variável ética e espiritual face a uma realidade europeia já determinada em si mesma; ou então, é preciso saber como é que uma realidade histórica indeterminada — a europa — afecta a realização dos fins universais do homem. Ou, ainda, já sabemos o que é a europa e procuramos nela o lugar de ética; ou conhecemos as tarefas éticas e queremos saber em que as afecta a dimensão europeia. São duas vias, dois caminhos distintos; não são necessariamente caminhos opostos. Mas precisamente para que não o sejam, temos de os elucidar.

Poderemos partir do princípio de que cada sociedade está organizada para sobreviver no mundo — é essa a sua dimensão pragmática — ao mesmo tempo que se preocupa com o sentido paradigmático da sua existência procurando ordenar-se pelo que é bom, belo e justo, para utilizarmos uma expressão cara a Santo Agostinho.

Se depois nos desfizermos de qualquer intencionalidade específica e das visões gerais inverificáveis das filosofias da história, e se partirmos à descoberta da realidade dos povos europeus, encontraremos um horizonte comum de relações milenares condicionadas por elementos geográficos, genéticos, linguísticos, económicos e tecnológicos.

Alguma Geopolítica definiu a Europa como uma península da Ásia, uma terra da orla marítima. A linguística aponta a raiz indo-europeia

comum dos idiomas do Ocidente. A Economia mostrou como os mercados europeus se deslocaram historicamente do Mediterrâneo para o Norte. A História assinala a origem ocidental das ciências e da tecnologia. O senso comum assimila o homem branco ao ocidental.

Mas será que este conjunto de invariantes forma uma essência? Até que ponto as regularidades assinaladas foram sempre compreendidas do mesmo modo? Não será que a existência de invariantes depende da atitude prévia de quem as procura? Não se derá o caso que a essa pretensa unidade europeia correspondem articulações históricas muito diferentes? Será que a unidade — que só é comum na medida em que é abstracta — não é mais do que um nome que nega realidades concretas?

Afinal também muitas línguas orientais provêm da raiz indo-europeia. E o caldeirão genético europeu não constitui qualquer tipo de raça branca, simples fenótipo. E os mercados económicos europeus sempre se caracterizaram pela sua abertura ao mundo. E a tecnologia, se nasceu na Europa tem hoje dimensão mundial. E todas estas negações de uma pretensa unidade europeia no plano pragmático, mais não são, aliás, do que um esboço das ainda maiores divergências paradigmáticas que surgem quando se tenta forçar o enigma europeu impondo-lhe uma essência e o seu cortejo de valores.

Numa fórmula destinada a ficar célebre, o literato francês Paul Valéry afirmou em 1922 o seguinte: (*).

«Considerarei europeus todos os povos que experimentarem ao longo da sua história as três influências que vou enunciar: a primeira é a de Roma. Roma é a medida eterna da potência organizada e estável. A segunda influência é o Cristianismo que visa atingir profundamente a consciência. Vem enfim a Grécia. Devemos-lhe a disciplina do espírito.»

O céptico Paul Valéry — é esse o seu mérito — não tinha a pretensão de fazer ciência — mas não só de depor numa fórmula lapidar a opinião corrente acerca da comunidade espiritual europeia. Para ele, como para muitos intelectuais, uma unidade espiritual é o resultado de uma soma de valores: Roma+Cristianismo+ Grécia=Europa. Um pouco primário...

A linguagem dos valores passa por consensual entre os que defendem o espírito contra as arremetidas do materialismo. É um lugar-comum bem-intencionado considerar primordial a defesa dos valores. Não é, contudo, uma linguagem muito lúcida quando oculta um profundo equívoco quanto

(*) *Ibid.*, pp. 334-5.

às manifestações do espírito. É muito possível que esse equívoco resulte da tibieza e da tepidez com que os confusos teóricos idealistas e os denodados práticos que os seguem se acantonam na «defesa dos valores» em vez de enfrentarem a «aventura do espírito».

Como quaisquer das outras sociedades concretas, os povos europeus procuram sobreviver e procuram ordenar-se. Poêm nisso uma urgência vital. Caso não tenham sucesso desaparecerão, assassinados pela história, como sucedeu aos Gauleses, liquidados pelo imperialismo romano. As sociedades coexistem em conjuntos cada vez mais amplos até que no termo da progressão torna pensável a humanidade. Mas qual é o peso concreto destes conjuntos?

Se espécie humana não fosse mais do que um conjunto de mamíferos, o problema estaria resolvido por si. Mas a espécie humana não é uma sociedade de bichos de essência estabilizada. A espécie humana está dependente das manifestações em que o espírito responde ao espírito, passando pelo homem.

A humanidade não é, pois, um dado concreto imediato, como o são as espécies animais. É uma conquista dos seres humanos que participam no processo e na aventura do ser no tempo e na comunidade, aventura enriquecida em cada geração. A realidade da história reside nesta tensão em que ao procurar sintonizar com a verdade, cada parte humana se torna representativa da humanidade que é o todo. É desta realidade espiritual concreta que é possível abstrair valores que simbolizam as etapas essenciais do fluxo de participação. E é neste sentido que os valores não são primordiais, podendo a sua «defesa» estar marcada pela autenticidade ou pela hipocrisia. Primordial é a vivência do espírito de onde os valores são derivados. E essa experiência que confere coesão aos valores não tem uma forma unitária. Querer unificá-la é destruir-lhe as condições tensionais de manifestação.

Com isto fica mais situada a meia-verdade enunciada, por tantos, em Paul Valéry. Não adianta falar de valores, caso não se esclarecer a sua génese experiencial na comunidade humana do espírito. Gera-se mesmo um equívoco se falarmos de valores europeus, tomando a Europa por um suposto princípio de unidade, submetendo o facto ao direito e o fenómeno ao númeno, depois de a realidade ter sido assim erroneamente cindida. Em primeiro lugar, os valores ou são ecuménicos, ou não são valores: tertium

non datur. Exige-o a comunidade do humano. Em segundo lugar, os valores são, ou demasiado, ou insuficientemente humanos; ficam aquém ou além do homem; não lhe respeitam a tensão espiritual da existncia; tertium oportet.

Procurar, pois, através da linguagem dos valores, uma essência ideal da Europa, é a consolação de uma Europa desconsolada, literalmente, sem Paráclito; é prolongar o uso da cabeça morta de um corpus mental positivista e historicista que ameaçou estiolar a inteligência ocidental. Temos hoje recursos mentais que nos permitem linguagens alternativas e soluções mais lúcidas do enigma da permanência das pátrias europeias.

Voltemos, pois, ao título suspenso desta Semana de Estudos. Quem se resigna a aceitar a Europa como uma essência unitária e a ética como um conjunto de valores que se lhe tem de adaptar, naturalmente que escreverá EURPA com letras grandes e Ética com letras pequenas. Quem assim procede já cedeu à ilusão de que é possível criar uma realidade humana segundo uma ordem de facto, para depois a transfigurar mediante uma essência válida de direito. Já esqueceu que factos e valores estão combinados nos planos paradigmático e pragmático em que as sociedades se movem. Já cedeu ao equívoco positivista de isolar as estruturas factuais do espírito que as anima. E já penetrou no equívoco historicista de confiar numa lei impessoal determinante dos acontecimentos históricos.

De um ponto de vista filosófico, pois, e deixando de parte de momento outras preocupações, o que aqui nos interessa é apurar a dimensão europeia da ÉTICA, ou seja: conhecer as operações paradigmáticas que permitiram seleccionar a Europa como um símbolo, não unitário mas sim teleológico, da manifestação dos fins éticos do homem. A ética é a realidade imperativa. A europa é a realidade problemática.

2. TELEOLOGIA DA EUROPA

A europa não tem uma essência mas tem uma história. Ter uma história significa: ocorreram nela acontecimentos decisivos, resultantes das respostas humanas à presença do espírito. Não ter uma essência significa: tais acontecimentos permitem-nos atribuir à europa o carácter de uma comunidade mas não permitem que a possamos definir independentemente do contributo das suas partes: as pátrias europeias.

O sentido da existência europeia não é enunciável de uma vez por todas. É um enigma em processo de revelação que depende da aportação das partes que o compoem. É uma finalidade que vai sendo corrigida na própria manifestação. É um sentido antagónico da uniformidade porquanto é uma finalidade que se vai tornando histórica. A teleologia não vive da identidade monocrática da essência; vive da homologação das diferenças; não resulta da unificação dos povos: ela é simultaneamente condição, meta, princípio e fim da sua manifestação múltimoda. Mata a europa quem a quiser unificar. Assim sucedeu com a dura violência das armas, porventura agora substituível pela violência mole da uniformização. Deixa viver a europa quem reconhece uma finalidade comum aos seus povos.

Ora a filosofia teve inquiridores rigorosos desta finalidade na sua dupla dimensão, ôntica e crónica, em particular Husserl e Voegelin. O primeiro abordou o tema da teleologia em artigos e conferências depois reunidos nessa obra cimeira que é o Livro da Crise das Ciências Europeias. O segundo deixou-a dispersa no seu opus magnum constituído pelos cinco volumes de Ordem e História ⁽⁵⁾.

Decorre da filosofia fenomenológica de Husserl que não é lícito procurar-se uma essência, isolando-a do seu processo de constituição na intersubjectividade temporal que é a história. Ora a forma espiritual da Europa, a ideia filosofica imanente à sua história, a sua teleologia, enfim, tem, para Husserl, uma data e um local de nascimento: a Grécia dos séculos VII e VI A. C. ⁽⁶⁾.

Aí rompeu uma nova forma espiritual que depois se desenvolveu em cultura coerente e sistemática — a filosofia. Dela resultaram as ciências específicas como aplicações da ciência universal do espírito. Porém, não será arbitrário conferir à filosofia este berço exclusivo, desprezando a génese do que convencionalmente se designa por filosofia hindu e chinesa?

Responde Husserl que o espírito da filosofia não é um acessório das culturas que surgem em configurações históricas diferentes. A generalidade morfológica destas não nos deve esconder a intencionalidade profunda de cada uma, nem nos deve cegar para as diferenças de princípio entre elas.

⁽⁵⁾ Eric Voegelin, «Order and History», volumes I-V, Louisiana State University Press, Baton Rouge, LA.

⁽⁶⁾ Cf. a conferência *Die Krisis des europaeischen menschentums und die philosophie*, ed. bilingue, Paris, Aubier, 1977, pp. 34-36. Cf. ainda *Die Krisis der europaeischen Wissenschaften und die transzendente paenomenologie*, Husserliana, vol. VI.

O ponto é que a filosofia europeia é a única cuja intencionalidade é universalizável. E essa intencionalidade consiste na atitude teórica, a busca desinteressada, comunitária e geracional da verdade das próprias coisas, ou melhor, dos actos em que as coisas se nos desvendam.

Esta análise de Husserl tipifica aquilo que toda a filosofia reivindica para si própria: constituir-se como o momento fundante do pensamento europeu. Não se julgue porém, que estas conclusões resultam exclusivamente de uma argumentação *pro domo nostra*. Resultam, sim, da consciência de que a história não é um processo uniforme no tempo, nas calhas do qual corra o ser. Mostram que a história nasce nos momentos epocais em que o ser eclode e se comunica.

Não surpreende assim, que seja em sede filosófica que se reconheça existir um segundo foco teleológico na história dos povos europeus. E desde os Alexandrinos com Plotino e Fílon, passando pela Escolástica, até variadas formulações contemporâneas, sempre a filosofia sitou em Israel essa outra atitude fundante. Aqui, nos escritos vetero-testamentários, surge o motivo histórico nos textos do Génesis, com o Povo Eleito em busca da Terra Prometida, em oposição à ordem cósmica de Faraó e ao seu Reino dos Mortos no Egipto. Tal dinâmica histórica manteve-se no confronto dos Profetas com a letra da Lei. E reaparece ainda no Deutero-Isaías mediante o simbolismo universal do Servo Sofredor que aguarda o Messias porque o próprio Israel já se ausentou de si próprio: o êxodo ocorre agora na interioridade humana (7).

Estes símbolos decisivos de Israel — a mensagem do Sinai, o novo sentido da Aliança, a espera do Messias, foram objecto de leituras mais sagradas ou mais profanas. A Torah tornou-se testamento para mais do que um herdeiro, não só teológico, como ideológico, como, no que agora importa, filosófico. Toda a filosofia antropológica, histórica, social, ética e política do Ocidente ficaria desfocada, caso perdessemos de vista este segundo motivo teleológico inciso nos pergaminhos, nas tábuas e nas pedras de Israel.

Contemplemos, pois, Atenas e Jerusalém: duas tradições autónomas e separadas dentro do complexo das culturas mediterrânicas. Algo mais seria necessário a fim de as reconhecer como os dois pólos e os dois focos de uma tensão da qual emergiria uma consciência completa da realidade. Esse algo mais não se poderia apresentar como um novo motivo teleológico,

(7) Eric Voegelin, *op. cit.*, Vol. I Israel, *passim*.

nem como uma corrente de pensamento, e menos ainda como um valor ideal. Teve de ser uma realidade crucial cuja existência é a verdade, para falar como Kierkegaard, e que assumisse para o homem a figura mais imediatamente comunicativa: a de um outro ser humano: esse algo mais é Jesus Cristo.

Não compete à filosofia senão situar a figura de Jesus Cristo como entidade aparte num mundo de entidades. Não cabe à filosofia dizer quem é Jesus Cristo, muito embora o teólogo e o filósofo possam estar reunidos no mesmo pensador. Porém, é perfeitamente razoável pedir aos autores cristãos a consciência de que a realidade de Jesus Cristo obriga a redimensionar o sentido teleológico da história.

Essa consciência histórica ficou delineada a partir de S. Paulo que estabeleceu a tríade formada pela anomia, a lei e a fé, em particular na Epístola aos Romanos. Lemos em Gálatas c. 3, v. 24-5 «A lei foi o pedagogo que nos conduziu à fé». E relemos em Romanos c.7, v.7: «Não conheci o pecado senão por meio da lei». Da ordem natural ou naturalismo de Helenos e Bárbaros, através da Velha Lei do Povo Hebraico, a humanidade avança para a Lei Nova que tem por nome Caridade. Assim começou a consciência histórica no Cristianismo ⁽⁸⁾.

Na perspectiva da filosofia da história, o Cristianismo constitui a experiência limite da compatibilidade entre o duplo motivo teleológico com base no qual se gera a história como acontecimento no ser. As formulações deste princípio variaram grandemente conforme a equação pessoal do pensador e seu interesse teológico e pastoral, como exemplifica Clemente de Alexandria ⁽⁹⁾. Mas a verdade é que o messianismo e o racionalismo, a radicalidade prática e a radicalidade teórica encontraram no Cristianismo um paradigma orientador.

Para que este paradigma se tornasse ordenador dos povos europeus teve de se associar aos mais variados recursos pragmáticos. Sem a base germânica de comunidades e códigos, sem a base romana do Direito e da disciplina, sem ciência árabe, línguas indo-europeias, mercadores africanos e produtos do novo mundo, não existiria Europa.

Todos estes recursos tiveram de ser integrados por uma fórmula espiritual. Os temas da preparatio evangelica, das sementes de razão, da paz providencial de Roma, das tribulações dos mártires — além de possuírem

⁽⁸⁾ Eric Voegelin, *op. cit.* Vol. IV, The ecumenic Age pp. 239-270, passim.

⁽⁹⁾ «Clemente de Alexandria», *Stromateis*, Cap. 1, pp. 105-147.

uma evidente motivação pastoral — configuraram a consciência histórica com que a Igreja reconheceu a herança da Antiguidade, criando o fundamento dos povos bárbaro-romanos dos Tempos Novos.

É nesta perspectiva que o Cristianismo constitui o dado incontornável que moldou a forma histórica da Europa, independentemente dos indícios de cristianização real que a visão romântica associa à época medieval. Foi este ponto de vista que ficou firmado por Agostinho de Hipona, um africano, note-se, que delineou a dinâmica da história das sociedades europeias. Em *A Cidade de Deus* Agostinho o teólogo enfrentou corajosamente as expectativas frenéticas do Milénio, considerando a presença de Jesus Cristo na sua Igreja como o segundo Advento. E o filósofo pôde estabelecer que a única história universal concebível seria a História Sagrada, História da Salvação que consistiria na edificação da cidade de Deus, face à qual as tribulações mundanas dos povos constituiriam mera história profana.

Esta concepção continuada na História Contra os Pagãos do bracarense Paulo Orósio constitui pedra de toque da compreensão medieval. A História Sagrada absorveu os motivos teleológicos, do que resultou uma identidade entre Cristandade e Europa. Jerónimo, Ambrósio, e Agostinho adoptam também a concepção a narrativa do Génesis acerca de Jafet, filho de Noé, como o antepassado comum dos povos europeus, conduzido a viver longe do povo eleito dos Semitas — filhos de Sem — e do povo maldito dos Camitas — reduzidos à escravatura ⁽¹⁰⁾.

Ao longo da Alta Idade Média consolida-se a assimilação da Cristandade à Europa. Todos os autores continuam a opor a Europa à Ásia, variando de tal modo os limites geográficos que surgem fórmulas simbólicas de identificação, tais como os célebres mapas que representam a Europa como um corpo humano ⁽¹¹⁾. Para S. Columbano, o Papa é «cabeça e flor da Europa» ⁽¹²⁾. Sulpício Severo refere a existência da «Europa dos Santos». Segundo Isidoro de Sevilha, um dos mais escutados autores medievais,

⁽¹⁰⁾ Juergen Fischer, «Oriens-Occidens Europa-Begriff und Gedank «Europa» in der spaeten Antike und im fruher Mittelaalter», Wiesbaden, F. Steiner Verlag, 1957, pp. 10-19 (Die Japhet-Historiel).

⁽¹¹⁾ Manuel Gandra, *A Europa Tem Rosto*, «Portugueses», n.º 6/7, Lisboa, pp. 43-47.

⁽¹²⁾ Denis de Rougemont, *op. cit.*, 48-51.

«Poitiers foi a vitória dos europeus contra os muçulmanos». Alcuíno designa a Europa como «o continente da fé». Henrique II, Imperador santificado é dito «glória da Europa».

A partir do século XI e durante toda a Baixa Idade Média, passam a escassear as referências à Europa. E contudo, historiadores como Friedrich Heer, Louis Halphen, Gonzague de Reynold e outros, designam este período como o do nascimento da Europa. Como esclarece esta contradição? O certo é que as condições de unidade até então verificadas foram a base indispensável para a emancipação das pátrias europeias. Certo é também que sem a ruptura com os enquadramentos imperiais — justificados pela noção de «translatio imperii» e levados a cabo por Carlos Magno e pelos imperadores romano-germânicos — teria sido impossível libertar toda a pujança expansiva das pátrias europeias, que os Descobrimentos acabaram por alargar ao mundo inteiro.

A Baixa Idade Média apresenta então o que os teóricos da época denominam a «Republica Christiana», aglomerado de estados à procura de um equilíbrio entre as aristocracias centrais que se reclama da «translatio imperii» e as comunidades nacionais que querem consolidar a sua identidade. Mais do que um rei quis ser imperador. Mais do que um imperador quis submeter o Papa. Mas no seu conjunto, as tensões entre o poder temporal e o poder espiritual foram indispensáveis à maturação civil e intelectual da «Respublica Christiana» que sempre procurou a concórdia nas grandes causas militares — as Cruzadas — intelectuais — as Universidades — e religiosas — a Unidade Pontifícia ⁽¹³⁾.

Esta atitude está patente na missiva de 1458 endereçada a Maomé II pelo Papa Pio II, no século o humanista Aeneas Silvius Piccolomini. Nela, o pontífice invoca o termo então clássico e arcaico de Europa como «a nossa casa». Grécia, Itália e Cristandade, eis a tríade representativa que deveria ser reunificada, ou pela persuasão, se Maomé II a isso se deixasse convencer, ou pela Cruzada, caso fosse necessário recorrer à força ⁽¹⁴⁾.

A visão agostiniana da história universal como história da Cristandade protagonizada pela Europa continuará a ser glosada nos séculos XVII, XVIII e XIX, não obstante as grandes transformações da história mundial.

⁽¹³⁾ Christopher Dawson, «A Formação da Europa», Braga, 1957, *passim*.

⁽¹⁴⁾ Denis de Rougemont, *op. cit.*, pp. 71-73.

Doutrinários como Bossuet e de Maistre são disso exemplo. Mas resultará a inadequação da visão agostiniana de um erro intrínseco ou de um anacronismo dos seus leitores modernos? Será necessário rejeitá-la à maneira dos intelectuais iluministas ou será preciso submetê-la a uma re-leitura, como por exemplo fez Giambattista Vico? O que iria suceder no Século das Luzes

3. A CONSCIÊNCIA EUROPOCÊNTRICA

O Século XVIII abriu uma crise na consciência que os povos europeus têm da sua história, crise prolongada até aos nossos dias. Aliás, todos os ingredientes estavam já acumulados.

Em primeiro lugar, sempre tinham existido brechas na assimilação da história universal à história da salvação. O que se haveria de pensar perante a resistência do Império Bizantino ortodoxo e do Império Árabe — Islâmico e das longínquas Índias e Chinás em se integrarem no movimento universal da Cristandade?

Facto ainda mais decisivo, os descobrimentos de portugueses e espanhóis trouxeram dados inauditos na Antiguidade sobre povos dos quatros continentes extra-europeus. Quando este enorme acervo de conhecimentos e de curiosidades foi acompanhado de uma má consciência quanto à visão teológica da história, quebrou-se o espelho agostiniano no qual a Cristandade se reflectira durante mais de um milénio.

A braços com os fragmentos do espelho quebrado, os ideológicos iluministas obcecaram-se com a ideia de que o europeu não estava só. A seu lado estavam os índios americanos, o Sábio Egípcio, o Chinês filósofo, o resignado Hindu, o Persa razoável, o indígena inocente das Ilhas dos Mares do Sul, e, fantasiando um pouco, também os habitantes de Liliput visitados por Gulliver, os do Sol e da Lua, segundo Cyrano de Bergerac e o Bom Selvagem de Rousseau, faziam parte da companhia.

Toda a galeria de iluministas — Fontenelle, Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Turgot, Gibbon, Condorcet, Lessing, Wieland — constataram que uma visão da história que deixava de fora tantos povos não poderia estar certa. E com a visão iam borda fora a concepção cristã subjacente, bem como a assimilação da Europa á Cristandade.

Voltaire no Ensaio Sobre a História Universal de 1756, Gibbon na Decadência e Queda do Império Romano, Condorcet no Esboço de História Universal, substituem a escatologia sagrada pela imanência histórica. Tal transformação tem os seus melindres. O progresso aparece como a lei geral da evolução da humanidade. Mas fora da Europa não se reconhecem progressos e tantos são os hiatos entre as culturas que acaba por ficar comprometida a marcha do progresso na história. Autores como Rousseau e Volney, por exemplo, argumentaram em contraponto ao iluminismo triunfante que os laços sociais e culturais trazem consigo os gérmenes da escravidão e da decadência.

Quando assentou a poeira de um século de iluminismo, viu-se que a modernidade se assumia como europocêntrica, ficando assim simultaneamente mais pregnant e mais relativizado o seu estatuto face ao resto do mundo.

Uma segunda revisão — mais profunda e relevante — da doutrina agostiana, surgiu com Hegel. A história do espírito apareceu então expandida para além do enquadramento greco-cristão, de modo a que todas as civilizações conhecidas dela pudessem participar. Apesar das lacunas historiográficas, o génio intuitivo de Hegel foi suficiente para detectar características individualizadoras nas culturas extra-europeias e para as integrar numa totalidade espiritual⁽¹⁵⁾.

O defeito radical do hegelianismo, porém, — e de que só hoje recuperamos — é que obliterou as fronteiras entre o verbo da filosofia e o verbo da revelação, tornando-os ambos ancilares de uma Gnose ou saber Absoluto. Tudo isto implicava um esquecimento da experiência subjectiva presente no espírito do indivíduo e da comunidade, ambos submetidos à doutrina dialéctica da negatividade. Quando esta doutrina dialéctica passou para as mãos dos irmãos Bauer, de Feuerbach e de Marx, originou uma visão dogmática da história que quase destruiu a inteligência ocidental nas várias versões marxistas do século XX⁽¹⁶⁾.

A dialéctica hegeliana originou ainda uma outra concepção da história universal. Uma instituição ou uma nação poderiam considerar-se os representantes da marcha do espírito na Terra. Foi esta a base teórica de boa

⁽¹⁵⁾ Ver por todas as obras, G. W. F. Hegel «The Philosophy of History», Nova Iorque, Willey Book Co, 1944.

⁽¹⁶⁾ Cf. I. M. Bochenski, «El materialismo dialectico», Madrid, Rialp, 1958.

parte dos nacionalismos oitocentistas, jacobinos ou conservadores. O filósofo de Berlim, aliás, estimulou a consciência prussiana com uma missão unificadora nos âmbitos germânicos, europeu e mesmo universal. As soluções pragmáticas da reunificação do Império Alemão e do Reino de Itália, há pouco mais de cem anos, por exemplo, são o eco dos paradigmas sociais agitados pelos grandes doutrinadores idealistas alemães — um Fichte, um Hegel, e a Escola História do Direito.

Pensadores e minorias de cada uma das nações europeias julgaram ver dentro destas, as energias suficientes para se proclamarem representantes exclusivas da humanidade. Renovava-se o choque entre potências espirituais e temporais que lutavam pela definição da Europa, muito embora o espírito já não fosse o da Cristandade, o que também afectava a identidade das pátrias. O embate dos povos europeus na 1.ª Grande Guerra não fez mais do que traduzir na paixão violenta das armas a luta cultural destes nacionalismos que tinham totalmente perdido de vista a teleologia constitutiva do ocidente; uma vez mais as aristocracias dominantes na Europa quiseram tornar-se exclusivas, submetendo ao seu império várias comunidades pátrias.

A experiência da 1.ª Grande Guerra — que foi mundial na sua extensão mas ainda europeia na sua génese e conclusão — foi o acontecimento pragmático que deixou à vista de todos o final de uma era de optimismo eurocêntrico, final prenunciado entre outros, por um Jacob Burkhardt ou por um Friedrich Nietzsche. Só o sucesso cimentava as pretensões dos nacionalismos místicos pan-europeus. Quando esse sucesso terminou de vez — o que ocorreu após a 2.ª Grande Guerra — uma nova vaga de cosmopolitismo varreu a Europa.

Tornou-se evidente que a história mundial deixara de ser a história da Europa e os povos do mundo aperceberam-se de que poderiam continuar a utilizar as premissas técnicas e culturais europeias, dispensando ou contrariando a sua matriz. Ocorreu aquilo a que Diez del Corral chamou o Rapto da Europa ⁽¹⁷⁾.

Quem primeiro evidenciou este fenómeno de um modo convincente foi Oswald Spengler. Com ele surgia um terceiro tipo de revisão da doutrina agostiniana: a concepção dos ciclos históricos, segundo a qual a

⁽¹⁷⁾ Luiz Diez del Corral, «Le rapt d'Europe», Paris, Stock, 1960 (Cap. II e epílogo).

única unidade aceitável de estudo da história é o ciclo composto pelo nascimento, maturação e decadência de uma civilização. E à vista dos europeus — segundo Spengler — estava uma fase final de declínio⁽¹⁸⁾.

Na obra *A Decadência do Ocidente*, surgida no ano de 1917, desaparecia qualquer visão geral da humanidade. Todas as civilizações viviam num presente fugaz antes de serem tragadas pelo tempo. E um por um, muitos dos intelectuais da primeira metade do século adoptaram variantes desta teoria. «Nós, as civilizações, sabemos agora que somos mortais!», afirmava Paul Valéry em 1922. «Nínive e Babilónia eram bonitos nomes!». «Alemanha e França também o são ... por enquanto». «Lusitania» — o nome de um barco torpeado pelos alemães — também era bonito nome.

A mesma lucidez, a mesma amargura e de certo modo o mesmo cinismo face à inexorabilidade aparente das leis da história, caracterizam os primeiros seis volumes de *Um Estudo de História*, de Arnold Toynbee. O livro é como que uma enfermaria de hospital para vinte e uma civilizações doentes. Um já morreram, outras estão agonizantes: uma atravessa uma crise profundíssima: é a Europa.

Sucede que — e essa é a originalidade de Toynbee que acabará por modificar profundamente senão o seu método pelo menos as suas conclusões nos últimos seis volumes da sua obra-prima — sucede que também é preciso olhar para a Europa com os olhos dos não ocidentais. Assim observada, a Europa aparece como o maior agressor dos tempos modernos, ré de crimes como a escravatura, a guerra de conquista, a exploração económica. Até que ponto as técnicas e os ideais que derramou pelo mundo poderão contrabalaçar esta culpabilidade sem precedentes, é, na terminologia própria de Toynbee, um desafio cujo desfecho é incerto, mas cujos precedentes não são animadores.

As derradeiras análises de Toynbee têm uma tonalidade que se aproxima muito do que o historiador espanhol Diez del Corral designou por «O Rapto de Europa». A racionalidade sistemática dos povos europeus criou meios pragmáticos que o resto do mundo aproveita. Mas — acrescenta Diez del Corral na sua fina análise dialéctica — o rapto tanto é problema para a vítima como para o agressor.

Poderá o agressor roubar um espólio, mas passa a utilizar uma forma mental que não gerou e que talvez não saiba gerir. Como salientou

(18) Oswald Spengler, «La decadencia de Occidente», Madrid, Calpe, 1925, (Introdução).

Keyserling, o Novo Mundo americano é essencialmente voluntarista e despreza o valor da contemplação teórica. O Velho Mundo asiático é essencialmente contemplativo e despreza o valor da acção. Não será na Europa que se consegue a melhor tensão criativa entre teoria e prática, contemplação e acção, Atenas e Jerusalém?

A fenomenologia do rapto de Europa é uma das mais lúcidas formas de análise da situação presente do todo europeu. Raymond Aron nada lhe acrescentou na sua recente *Apologia de Uma Europa Decadente*. A vítima Europa sente a força dos seus paradigmas diminuída pela falta de recursos pragmáticos. O mal do raptor é que a força das suas soluções pragmáticas está comprometida pela adopção de paradigmas estranhos — o que tanto vale para a sociedade russa, como americana, como japonesa. Em qualquer caso não é possível isolar a Europa de uma situação ecuménica, ou melhor de uma crise do ecumenismo. Os problemas pragmáticos que hoje se desenham para as pátrias europeias têm a dimensão da ecúmena. Negar isso seria sintoma do mais obtuso provincianismo.

Fenomenologia, porém, não é ontologia; descrição não é explicação, análise não é resposta. É nesta conjuntura que a Filosofia pode reintroduzir as suas propostas.

Explorando as virtualidades explicativas da fenomenologia. Edmund Husserl considerou no já referido Livro da Crise, que a crise da existência europeia manifesta em numerosos sintomas de desvitalização não é uma fatalidade. Para a compreender é necessário invocar o sentido teleológico: para a resolver é preciso restabelecer essa mesma teleologia.

O mundo europeu nasceu da forma espiritual presente na filosofia. Se este mundo está em declínio é porque perverteu o sentido das tarefas racionais originárias, reduzidas a um naturalismo e a um objectivismo que podem conquistar o mundo, mas que deprimem o sentido da objectividade e da individualidade das pessoas e das pátrias. A raiz da crise deve ser procurada no falhanço do racionalismo, no frenesim da técnica sem espírito que alastra ao mundo inteiro, e da ciência sem consciência que degrada secretamente as sociedades.

A subtileza e a profundidade ainda incompreendidas desta posição, e o que a distingue claramente das visões idealistas da história que se substituíram à teleologia cristã paulino-agostiniana, reside nas características que Husserl atribui às tarefas da razão. De facto, não é a ideia de

missão da racionalidade pura nem o movimento teleológico da razão que produz a história. A razão desenrola-se no processo histórico, mas não é sujeito desse processo.

São pois os desvios resultantes da apreensão subjectiva do sentido pleno da teleologia, da ideia de missão, que fazem a história. Tudo está condicionado pela subjectividade em que o homem recolhe o sentido objectivo que atribui à sua existência em comunidade. É lembrando a subjectividade que a razão encontra a sua razão de ser. Tal subjectividade pode tomar a forma de um indivíduo isolado, de uma pátria cultural, ou mesmo de toda a humanidade actual; não deixa de ser uma parte pela qual passa o sentido do todo; não se pode falar sequer de um todo sem identificar partes individualizadas⁽¹⁹⁾.

A proposta husserliana de superação. da crise da existência europeia esmaga os obstáculos positivistas que apresentam como impensável o encontro da subjectividade com a razão, das partes com o todo. Ora é precisamente neste encontro, assevera Husserl, que reside a única possibilidade de conferir um sentido à existência europeia.

A pujança pragmática da europa actual esconde ainda uma outra perturbação. Quando alguém elege um momento da história, uma época ou um século, um milénio ou um ano, a existência de um homem ou de uma geração como um ponto que confere um sentido decisivo e imanente aos acontecimentos sucessivos, estamos perante um procedimento historicista que o pensador alemão Eric Voegelin designou por historiogénese. O historicista força a realidade temporal de modo a que esta forme uma linha—de progresso, de retorno ou de decadência—que conduz inapelavelmente até ao seu presente culminante do especulador. Depois, presumindo ter nas suas mãos uma chave de sentido da história, silencia ou deturpa tudo o que não couber neste «leito de Procusto». Apresenta Voegelin numerosos exemplos de tais procedimentos desde a mais remota Antiguidade. Mas concentremo-nos somente nalguns casos modernos.

Quando os escritos herméticos—que foram erroneamente considerados como antigos textos egípcios—se tornaram objecto de erudição no século XVI, logo houve quem considerasse Moisés e a Bíblia na sequência

(19) Edmund Husserl 1, *op. cit.*, pp. 60-62, 68-70, 98-100. Cf Alexandre Fradique Morujão, «Subjectividade e História», Coimbra, 1969. (2.º estudo-A reflexão sobre a história na fenomenologia de Husserl).

de um progresso espiritual iniciado pelos Sacerdotes de Amon. Eis uma fantasmagoria de que a Flauta Mágica de Mozart constitui um brilhante conquanto superficial exemplo. Outros exemplos relacionados com os ritos e mitos maçónicos são mais densos e sinistros.

Quando as fontes da civilização chinesa começaram a ser conhecidas no século XVIII na Europa, induziram mais do que um espírito, entre os quais o de Hegel — a iniciar no Oriente a marcha da razão que entretanto se encaminharia para o seu crepúsculo ocidental.

Quando se acumularam materiais etnográficos suficientes, os povos primitivos ficaram na moda, e o seu comunismo tornou-se o ponto de partida de especulações de Marx e de Engels, que muito utilizaram os trabalhos de Morgan. Tais povos tornaram-se ainda o paraíso perdido de um Lévy-Straus ou de uma Margaret Mead cuja influência extra-científica foi notória.

Quando já no nosso século, as escavações da Mesopotâmia revelaram grandes jazidas de civilizações, houve historiadores prontos a defender que a história começa na Suméria ou em Babilónia.

Até agora o especulador parte de dados objectivos. Mas onde a natureza da historiogénese se revela como alucinante é nas narrativas que situam o início da cultura humana na acção de astronautas confundidos com deuses pela mitologia, e que vieram dos mesmos astros que a humanidade quer agora alcançar. Aqui até os dados são fantasistas, pelo que o procedimento de historiogénese aparece a nu na sua paranóia implacável.

Em resumo, conclui Eric Voegelin: quem não estiver satisfeito com a origem da História no Egipto, na China, na Índia, nos povos primitivos, pode obtê-la com os deuses astronautas. Tudo é permitido desde que a origem divina seja proibida. E não é de facto fácil substituir a história universal da salvação. As construções historicistas poderão ser mais eruditas ou mais chãs: em qualquer dos casos deturpam o significado do espírito na medida em que o reduzem a um acontecimento temporal⁽²⁰⁾.

Ora o processo da história não constitui uma narrativa a ser contada desde o princípio até ao final, feliz ou infausto. O processo da história humana não pode ter datas limites no passado e no futuro como pretende

⁽²⁰⁾ Eric Voegelin, *op. cit.*, pp. 2-6 (introdução).

a historiogénese. É antes uma irrupção espiritual a partir da qual o próprio tempo se constitui. O termo da história também não fica no tempo, e muito menos no presente; está sempre além de qualquer linha redutora que se estabeleça. O processo da história não forma uma linha — circular ou recta — na qual possamos seriar as irrupções espirituais como fenómenos empíricos. A realidade da história é a de um enigma em processo de manifestação.

Dadas estas considerações de Eric Voegelin, compreendemos porque razão tem tamanha importância o segundo motivo teleológico ocidental adoptado da experiência de Israel. É que na tensão messiânica instaurada entre Deus e o Povo Eleito, entre os Profetas e a Lei, entre os escribas e o Sofredor universal, está o modelo genuíno das cordenadas messiânicas da acção humana.

A complementaridade entre as ontologias da experiência histórica fornecidas por Husserl e Voegelin é agora mais patente. Em ambos, o objecto originário da nossa compreensão é o fluxo de experiência compreendido entre uma protofundação e uma escatologia. Em ambos essa experiência alarga-se a partir da intimidade, através da dimensão intersubjectiva, até atingir a plena comunidade do humano. Mas enquanto que Husserl privilegia aquilo que no homem é (ou permanece sendo) o seu ser constituído historicamente — Voegelin dá a primazia ao que no homem se transforma e está em devir para corresponder ao que transcende a experiência histórica original. Não são duas opiniões. São duas modalidades de filosofia. E com base nelas que poderemos extrair, algumas conclusões sobre a realidade histórica do todo europeu e das suas pátrias constitutivas.

CONCLUSÃO

Quando a modernidade abandonou a concepção paulino-agostiniana de uma história universal, viu-se crescer o sentimento europocêntrico. Passou este do optimismo das Luzes e do apogeu nacionalista de meados do século XIX ao pessimismo e ao choque dos povos dominantes até meados do nosso século. A terceira vaga europocêntrica a que agora assistimos coincide com o processo histórico em que os povos extra-europeus utilizam as premissas da Europa independentemente ou mesmo contra esta.

Ora a consciência europocêntrica alimenta-se de uma concepção linear da história: história de progresso, segundo o século das Luzes e os esplendores oitocentistas; história de declínio a partir dos finais do século XIX passando pelos grandes embates mundiais. A forma totalitária que o nacionalismo assumiu foi o reflexo mais visível de tais concepções paradigmáticas.

A mutação intelectual no nosso século — e no último pós-guerra em particular — permite que nos libertemos das concepções lineares da história, ou concepções historicistas. No ponto mais radical dessa mudança de mentalidade — a filosofia — foi possível instaurar uma teleologia da história a qual, uma vez debatida, apurada e comunicada poderá servir de paradigma orientador das soluções éticas e sociais.

Ora de acordo com essa renovada visão filosófica, uma realidade histórica deve ser concebida na tensão que comporta entre o todo que ela sintetiza e a parte que constitui. Uma realidade histórica como a Europa é um dos ordenamentos que, a par das pátrias e da ecúmena, se apresentam ao ser humano. Mas, diferentemente da pátria, não contém a unidade genética, linguística e geográfica que fazem desta uma certeza natural do homem. E diferentemente da humanidade ecuménica, a Europa é apenas uma unidade intermédia entre a pessoa e a humanidade ideal.

O que a filosofia diz à Europa é, pois, que trate de ponderar os equilíbrios pragmáticos que lhe convêm, deixando de parte a quimera de uma unidade civilizacional paradigmática. Tendo presente esta consideração essencial, a tarefa espiritual dos povos europeus consiste na reconstituição do sentido teleológico da história, o dom que a Europa pode fazer ao mundo e para o qual não existem alternativas.

Porém, ao arrepio do que a investigação filosófica e o debate intelectual vêm estabelecendo, as opções políticas e a comunicação social têm insistido na integração europeia, como uma imagem fortíssima mas de conteúdo conceptual vago, Significará a integração uma comunidade económica, uma unidade geopolítica, ou uma uniformização mental?

O ponto decisivo é que não está, de todo, demonstrado, que a «integração» europeia facilite a reconstituição do sentido teleológico da história mundial — tal como a Europa o concebeu — nem que facilite a resposta ecuménica que os problemas actuais exigem.

Consideram os porta-voz do europeísmo que a uniformização da Europa é um reforço automático das partes que a compõem, e que permitiria

economias de escala em todos os aspectos da vida económica e social. Ficaria outra vez pregnant a posição da Europa, o que, afinal, é um regresso ao europocentrismo iluminista que se sentia surpreendido pelos universos estrangeiros e irreductíveis. Tal posição tem sido submetida a inúmeras críticas. Sumariemos quatro de entre elas.

Em primeiro lugar não é evidente que a uniformização europeia seja um reforço automático do seu poderio mundial. Maiores aspirações de uma eventual super-potência europeia poderão também significar maiores reacções das super-potências já efectivas, o que depressa anularia as vantagens obtidas e poderia comprometer a paz.

Em segundo lugar não está demonstrado que a unificação dos povos europeus facilite a integração ecuménica. A europa foi sempre a pátria da individualidade e sempre encontrou formas nacionais próprias para contactar com o mundo. O equilíbrio ecuménico ficaria prejudicado se os povos de África e da Ásia passassem a ter de enfrentar um colosso europeu.

Em terceiro lugar a europa foi sempre a pátria da qualidade, tome esta a forma de uma sinfonia ou de um queijo, de uma casa ou de um vinho, de um bólido ou de uma metafísica. É compreensível que as enormes pressões pragmáticas que se abatem sobre as sociedades modernas exijam cada vez maior funcionalidade. Contudo a qualidade é na europa a consequência do regionalismo, as pequenas pátrias que resultam da diversidade paradigmática das grandes nações.

Finalmente, existe um formidável desafio: superar o utilitarismo. Na perspectiva filosófica, o esforço principal de uma geração deve ser pedagógico. Nenhum cuidado teórico ou prático é demasiado para incutir na geração que se avizinha a prevalência das opções paradigmáticas sobre as pragmáticas. Uma geração bem formada fará escolhas mais justas e correctas. Ora o utilitarismo dominante inverte esta hierarquia e tende a julgar todas as diligências públicas e sociais como meios úteis para atingir fins úteis, progressão que se reproduz «ad nauseam».

É um imperativo ético cortar cerce esta progressão e demonstrar que a eficiência das próprias soluções pragmáticas está dependente em último caso do espírito que as originou. As revoluções industriais dependeram da mentalidade tecnológica. A escolha de uma profissão, a ocupação dos tempos livres, os cuidados de saúde, a eficiência militar, tudo isso está em última análise dependente de atitudes espirituais. Não existe outra eficiência senão

a do espírito, eis uma verdade que temos de lembrar repetidamente, absorvido como está o nosso tempo no espectáculo dos seres corpóreos naturais e artificiais.

É em nome desta realidade imperativa — o espírito — que a filosofia pode discernir o que é perene na marcha da integração europeia. Como o mesmo vento pode levar uma embarcação até paragens muito distintas conforme a navegação, também o sentido e o alcance futuro do actual «processo de integração europeia» está totalmente dependente da capacidade das pátrias europeias em reforçarem os seus paradigmas. Deseja-se a maior unidade pragmática possível em nome da diversidade dos paradigmas nacionais e de uma teleologia comum.

Lembremos, a terminar, um curto e delicioso apólogo recolhido por Ortega y Gasset. Certo indivíduo de raça cigana, de muitas viagens e de muitos expedientes, fora confessar-se. Mas o sacerdote, por algum motivo desconfiado da piedosa intenção, pediu-lhe que indicasse os mandamentos da Lei de Deus. «Padre...» — respondeu o cigano — «eu ia começar a aprendê-los mas entretanto ouvi dizer que iam acabar...».

É bom que tenhamos a consciência clara de que há certas coisas que uma vez surgidas, não mais acabam. É delas que depende o nosso tempo e a nossa história. O resto vem por acréscimo.

Mendo Castro Henriques

**A CRISE DO MÉDIO ORIENTE
ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE PAZ**

Luiz Gonzaga Ferreira

A CRISE NO MÉDIO ORIENTE ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE PAZ

O PROCESSO DE PAZ NO MÉDIO ORIENTE. ABERTURAS E IN- TRANSIGÊNCIAS

Numa ocasião como esta, e perante uma audiência como é a vossa, há duas maneiras de apresentar o tema proposto. Abordá-lo do lado histórico, alinhando sucessiva e exaustivamente a cronologia dos acontecimentos — e aí logo se punha um problema qual é o do saber onde começar essa cronologia, nos anos longínquos do início da implantação económica do judeu na segunda metade do passado século, antes disso ou somente há quarenta anos quando se criava e instalava o estado sionista. E, mesmo neste último caso, a riqueza do caudal histórico é tão esmagadora, poucos locais haverá onde o fluir político e histórico seja tão denso e ritmado, que não só não o poderíamos abarcar e certamente não ficaria um segundo de tempo para interpretação dos factos históricos.

E aí surge a minha segunda hipótese de trabalho, agarrar um pedaço do viver político da região em causa, se possível o mais significativo, e tratar de compreender, com ele e por ele, o que é que está em jogo e o que é que poderá vir da amálgama de paixões, vontades, ódios, terrores e ambições que agitam os homens e os grupos e as comunidades, na área.

O passado ano primou sobre todos quanto a acontecimentos dramáticos e até espectaculares. Foi o arrancar da Intifada que se tinha por coisa de garotos ou jovens vadios sem beira nem eira e que viria a ser afinal o desencadeador de todos os outros acontecimentos susceptíveis de baralhar o jogo, dando-lhe já a textura da coisa política, foi a confirmação pela Cimeira de Argel do papel representativo e dirigente da OLP; foi o reconhecimento pelo Rei Hussein desse papel e a quebra dos laços que ligavam a Casa Hachemita à Cisjordânia e que lhe haviam permitido arvorar-se até então em representante do povo e da Causa Palestiniana; na sequência dessa atitude real, a reunião do CNP em Argel e a declaração de independência do

Estado Palestiniiano. Seria a Assembleia Geral das Nações Unidas em Genebra e o reconhecimento por Arafat e a OLP da existência de Israel; seria a histórica conferência de imprensa do dia seguinte em que Yasser Arafat aclarava o seu pensamento e reconhecia o direito à existência do Estado de Israel e sequente aceitação pelos Estados Unidos da OLP e do seu presidente como pessoa de diálogo.

Creio que pela análise, ou melhor dito, a tentativa de análise desses acontecimentos, se poderá conhecer uma fase das mais empolgantes e ousado dizer das mais construtivas do conflito Médio Oriental e apreender muito do que está por dentro da situação que se vive na região desde há tantos anos.

Como muito bem sabem, não há compartimentos estanques no tratamento de uma relação política, antes um imbricamento de factos, atitudes, conceitos e decisões que dão a verdadeira estrutura e substância de um dado momento político e ao mesmo tempo a multifacetam. Daí que o escapelo lógico dificilmente possa ser usado e que se tenha uma anatomia perfeita do fenómeno sob exame. Antes se deverá proceder por aproximações, recorrendo à inferência e até à intuição. Isso é ainda mais evidente na questão Médio Oriental e disso nos aperceberemos no decurso deste trabalho. Peço que perdoem de antemão o que afinal e no fundo só será aparente repetição, pois outra coisa não é que encadeamento de actos e situações.

A INTIFADA

A 9 de Dezembro de 1987, numa qualquer rua de Gaza um grupo de jovens, não tão inocentes como os querem pintar nem tão espontaneamente como isso, começavam a apedrejar os homens e veículos das Forças Israelitas de Ocupação e iniciavam um movimento activo de protesto que logo tomaria claro contorno de levantamento ou, em árabe, Intifada. A Guerra das Pedras iria transformar zonas inteiras de Gaza e depois da Cisjordânia e Jerusalém em verdadeiros campos de batalha. E o que, pelo inesperado numa população que parecia sofrer de uma fatalista inércia e pelo método usado, que em Jerusalém se quis crer inócuo e inoperante, e faz a muitos supor estar-se face a algo transitório que com uns bons açoites loga se dissiparia, revelar-se-ia antes como explosão controlada de desespero tanto face ao israelita como ao irmão árabe que um mês antes, na Cimeira Árabe de Amã, tratara a Causa Palestiniana como quantidade insignificante e relegara Arafat ao «rang» de impetrante sem credenciais e sem interesse ou prestígio para partilhar.

Muitos observadores se têm perguntado porquê só vinte anos depois da ocupação se daria tal levantamento. É evidente que todas as causas têm que ganhar «momentum», como a água que não ferve antes de uma certa temperatura. Há razões objectivas, como o aumento demográfico. Há razões psicológicas como o verificado desprezo árabe em Amã; há a crença de que a OLP se envolve demasiado em intrigas de facções; há ainda o fanático dinamismo da falange integrista. Mas há também o acúmulo de humilhação que tem seu tempo para, como tumor maligno, rebentar em ódio. Humilhação por vezes apenas temperada quando há chefes como o Brigadeiro-General Ephraim Sneh. É significativo relacionar como mudaram os processos das forças de ocupação depois que o general resignou do cargo de administrador civil do «West Bank» em Setembro de 87 e a data do levantamento. São pormenores como esse que marcam o «momentum» na história das sociedades.

Durante 20 anos houve uma quase aceitação dos factos da ocupação mesmo se vexatórios, alienantes e atentatórios da dignidade humana. Mas foi demasiada a acumulação e a pressão rebentou. A juventude influenciada e enquadrada pelos fundamentalistas lançou-se à rua e a resposta de Israel forçou e alimentou a resposta palestina.

Há variados imensos aspectos que a Intifada apresenta mas que aqui não caberá examinar pela relatividade do tempo. Salientarei apenas alguns que aparentemente mais importam para a definição do quadro em que ela se desenvolve e para as condições que poderão um dia levar ao único tratamento adequado do levantamento, quero dizer o tratamento político. A Intifada não foi ou é feita pela pequena burguesia tradicional dos territórios ocupados, mas por gente dos campos de refugiados. Daí que os campos passem a ter particular importância nesta fase da luta, tanto mais importante quanto oferecem medalha diversa dos campos de Sabra e Chatila ou «Mye-Mye» e Ain El Héloue em Beirute ou Saíde, onde os palestinianos sofrem a acção, enquanto aqui, nos Territórios Ocupados, são palestinianos que a impõem e lhe marcam o ritmo. A repressão individual ou as sanções colectivas, estas últimas em particular, rapidamente radicalizaram os palestinianos, e os espancamentos indiscriminados, as prisões, a destruição de casas e estabelecimentos, as deportações, não só se revelaram alimentadores do incêndio e não susceptíveis de o apagar, mas faziam abalar, como com as exacções das tropas de Ariel Sharon no Líbano, em 82, os alicerces morais da nação is-

raelita e passavam a dar de Israel uma imagem que com o tempo poderá ser de efeitos irreversíveis.

Israel ensaiou várias estratégias para tentar controlar e depois esmagar os manifestantes activos nos Territórios Ocupados: foram as deportações, o isolamento primeiro dos campos e depois de todo o espaço dos territórios. Foi o corte de água e da electricidade por intermitência nos campos de Mugaze e Bourej, os espancamentos indiscriminados de casa em casa.

As sanções colectivas causaram grande perturbação no lado israelita, em especial nos que as tinham de aplicar, e levaram a uma acção mais cerrada por parte dos elementos da OLP do interior, de formação islamista e não laica, que ordenaram a acção em zonas ainda não infectadas. O que levaria homens respeitáveis como o General Dan Shomron a reconhecer poderem as sanções colectivas tornar-se o fermento de novas confrontações.

A permanência da Intifada explica-se um pouco nisso que venho de mencionar.

Ao atingir os 100 dias, a sublevação em gaza e «West Bank», que começara por ser uma confrontação entre atiradores de pedras e jovens soldados do Tsahal, transformou-se numa permanente global confrontação intercomunidades, entre árabes e judeus, com cada um dos dois lados determinado a causar o maior mal ao outro, com cada lado disposto a usar o adversário. Se os israelitas afirmam com Itzhak Rabin, em sessão do Gabinete, «posso garantir que o Exército não será o primeiro a cansar-se», os palestinianos por seu turno recusam o cansaço e o abater dos braços. Ao contrário, como afirmava um especialista em ciência política do «West Bank», a Intifada reforçou o sentido de identidade palestiniana, de unidade, acrescentando que, como a mulher de Lot, já não podem olhar para trás, a única alternativa é ir para diante sempre. E no dizer de um dos mentores da resistência não violenta ao «Jerusalem Post», as sanções colectivas só têm contribuído para fortalecer moral e espiritualmente e unir os palestinianos.

Em fins de Março, panfletos e outras formas de comunicação incitavam à escalada dos ataques contra os soldados israelitas. Por essa altura já somavam 109 os mortos palestinianos.

Em Janeiro de 1988 Helena Cobban e Yagil Weinberger escreviam que a menos que Israel fosse forçado a cambiar a aproximação à questão palestiniana, a extrema-direita provavelmente ganharia significativa posição nas eleições legislativas do Outono o que só concorreria para alicerçar

a estratégia da violência entre as duas comunidades nos Territórios Ocupados. Não poderiam ser mais proféticos.

Esses autores alimentavam, por outro lado, a ideia de que estaria a emergir nos Territórios Ocupados uma nova casta de dirigentes que, mesmo se afiliada à exilada OLP, ainda assim constituiria uma nova força de diálogo que deveria ser utilizada para o contacto e negociação com as autoridades de Telavive, para as fazer sair da terrível contradição que é a de se serem uma sociedade justa e pura e ocuparem, ao mesmo tempo, terra alheia e dominarem populações que não lhes pertencem de direito desde há 20 anos e contra resoluções presentes e anteriores do Conselho de Segurança.

Mas como resolver a contradição entre essa necessidade e o triunfo de facções que radicalmente a repudiam?

Por isso alguém escrevia, alguns meses atrás, que a Guerra das Pedras começara não a 9 de Dezembro de 1987, data em que se registava o acontecimento da primeira pedra arremessada contra as forças do Tsahal, mas há vinte e um anos, quando, na onda da guerra de 1967, Israel ocupava a Cisjordânia e a faixa de Gaza e depois território da Síria nos altos de Golã.

A Intifada fez aprofundar um movimento de palestinização surdo e obscuro no interior que, como já se viu, só esperava o momento óptimo da mistura de ingredientes económicos, sociais, políticos, para se radicalizar.

O fenómeno da Intifada obriga desde logo a duas ordens de reflexões: uma respeitando a representação palestiniana; a outra Israel.

Simplesmente enganavam-se os que pensavam que ao Levantamento das Pedras e à aparente confessionalidade dos seus primeiros tempos se sucederia o esbatimento e depois o apagamento de Yasser Arafat e uma diminuição do poder e importância da organização OLP em favor ou dos integristas ou de organizações mais aguerridas porque declaradamente extremistas como as de Abou Nidal, de Ahme Jibril ou a FSNP de Abou Moussa, baseadas em Damasco. Era não conhecer o homem Arafat. Por outro lado se houve radicalização vertiginosa ela deu-se no encadeamento político dos acontecimentos e não exactamente no sentido mais caro às organizações extremistas — recordar-se-ão aqui, a propósito, as insistências de Arafat, obedecidas como se sabe, para que os sublevados não recorram ao uso de armas de fogo. O beneficiário seria a «clássica» organização OLP e os seus órgãos, em particular o CNP depois da «evacuação» de Amã do «West Bank» e a dissolução do Parlamento Jordano que tinha, como se sabe, representação avultada da Cisjordânia.

A certa altura quis-se fazer ver em Israel que a OLP estaria a ser posta em causa pela Intifada. Esta seria a explosão espontânea dos jovens desesperados do interior dos TO, mais precisamente dos campos de refugiados que não reconheceriam nem obedeceriam à central palestiniiana. Em Jerusalém quase se saudava o levantamento porque retirando representatividade à OLP logo a arrumava, e por iniciativa e feito dos próprios palestinianos, como intercutor para as conversações a que o mundo exterior pressionava: ausência de interlocutor, logo não necessidade de conversações. Itzhak Shamir e os seus podiam descansar.

Pouco a pouco se foi tendo a afirmação do contrário. Haverá uma direcção clandestina do levantamento, estruturada já em comités locais. Mas foi-se sabendo que a OLP continuava a ser o ponto fulcral de referência.

O assassinato de Abu Jihad lançaria os Territórios Ocupados numa jornada de violência — os chamados oito dias da raiva — que foi sem dúvida a mais mortífera, lembrando duas coisas aos israelitas: primeiro que a OLP ali está presente e onnipotente, e, segundo, que as represálias — o assassinato teve por razão responder ao ataque do autocarro de Dimona, no deserto de Negev — têm agora, e por sua vez, respostas mais complexas e já dentro de portas.

A primeira ideia que se podia assim tirar, depois de dez a doze semanas de Intifada e da necessária decantação, é que nada seria como dantes. Para já a OLP não mais poderia ignorar os palestinianos do interior — coisa que o aparelho da OLP tinha tendência a acentuar — em termos de organização, planeamento e decisão. E que agora a Central teria que manobrar com acrescida atenção através dos acontecimentos, de que não é exactamente a inspiradora. Mas nisso ela é exímia: não se viu Yasser Arafat indeciso a certa altura — mas logo se recompôs — sobre se, face ao ímpeto do movimento, não deveria pedir a revogação da Declaração do Cairo, por ele assinada em 1985 no auge da tentativa de aproximação ao Rei Hussein e do fabrico da plataforma jordano-palestiniiana, pela qual Declaração do Cairo a OLP se comprometia a abandonar a luta armada fora dos territórios ocupados? Felizmente que o não fez, pois nisso vai mais o sinal da Intifada.

Por outro lado, não se pode esquecer que a OLP dispõe de uma estrutura que os insurrectos do interior não estão em medida de reproduzir, para além da flexível articulação, que souberam imprimir, dos diferentes grupos de militantes em comités locais volantes dotados de grande auto-

mia da acção e constituídos por representantes dos Fath, da FPLP e do PCP. Enquanto isso a organização no exterior coordena o apoio ao movimento no plano financeiro e diplomático. Mas senhora de uma longa experiência, a organização esquivou arvorar-se, de uma maneira geral, em directora e orientadora da acção dos comités no interior. Constitui aliás um mistério muito bem resguardado até hoje a articulação da OLP e dos comités com a esQUIVA mas eficaz direcção unificada da Intifada.

Há pois uma lição a retirar por Israel: a despeito das adaptações tácticas, a verdade clara e insofismável, e provada em substância em distintos lugares e ocasiões, é que não há palestinianos em termos de organização e enquadramento sem a OLP.

Qualquer saída depara com o obstáculo OLP e com Arafat, uma e outro reciprocamente manietados. Arafat não pode avançar demasiado no caminho da moderação, se não recorde-se o assassinato de Sartawi em Montechoro, mas a organização, pese o extremismo de alguns, não pôde ainda passar-se de Arafat.

Esta uma constante do conflito palestiniano-israelita. A outra a intransigência de Israel, em parte justificada pelas atitudes obstrucionistas árabes e as acções que fizeram a tradição terrorista da Central.

A outra reflexão concerne Israel.

A Israel chegou a hora da desestabilização. Poderão as forças armadas despachadas para a direita e esquerda, ao Sul, a Leste ou Nordeste, dar a ideia que nada há que realmente faça periclitar o poder israelita, mas a doença lá está a minar um corpo que começou a deteriorar-se em Junho de 82 aquando da invasão do Líbano e a ocupação de Beirute, sob a mão de um radical Ariel Sharon.

O estranho é que ao mesmo tempo que se crê e se afirma que a sublevação, pela agudização que troxe à situação dos Territórios Ocupados, está concorrendo para a criação das condições propícias à negociação, também há quem sinta que essa solução se afasta cada vez mais e que nada há a esperar se não a constante obsessão da segurança e o cortejo de chocantes medidas para a garantir. Mesmo se isso custa ter dez vezes mais soldados para manter a ordem nos Territórios Ocupados e se ao lusco-fusco é mais prudente para um israelita manter-se afastado das ruas.

Mas, mesmo assim, cabe partilhar as perguntas de Richard Cohen no «Washington Post»: que custo está Israel preparado para pagar para manter

Gaza e a Cisjordânia? Até onde pensa ir Jerusalém para negar aos palestinos a sua própria pátria?

Para a maioria dos Israelitas, a opção parece fixada: resistir, não ceder, não ir para comprometimentos. Mas estará isso na medida do povo israelita, feito de memórias de expulsões, «progroms», massacres, guetos, conversões à força e, a derradeira prova, o holocausto? Ou será, pergunto eu ainda, que esse povo sofredor já o corrompeu a vilania da tortura e da execução sumária, do poder e do abuso que inebria, desde a malfadada jornada da invasão que levaria Ariel Sharon e Eytan até Beirute em 1982, e ao caso de triste memória de Sabra de Chatila, para que todo o passado se desvanecesse, aquele passado de perseguição que o levou a aspirar e a criar o segundo estado democrático na região, sendo o primeiro o do Líbano?

Por isso a Guerra das Pedras teve vários méritos e o não menor o de agitar as consciências de muitos israelitas, mesmo no interior do Likud, mesmo se a tendência geral aí é no sentido da negação de qualquer abertura. Foi o caso de Shlomo Lahat, «mayor» de Telavive, que declarava serem os Territórios Ocupados um fardo que importaria alijar, não o amedrontando enunciar o princípio da devolução da Cisjordânia à Jordânia, à exceção de Jerusalém, e os Golã à Síria.

E Moshé Amirav, da Comissão Central do Likud, chegava mesmo a falar, já em termos de representante de uma tendência dentro do partido, da necessidade de diálogo com personalidades próximas da OLP.

Esta agitação de consciências também abriria divisões dentro do Partido Trabalhista: a Intifada logo acentuaria velhas feridas entre Shimon Peres e Itzhak Rabin, este advogando como Ministro da Defesa, a única linguagem da manutenção da ordem pelo uso da força sem qualquer mínima concessão. Não foi Rabin a declarar em Janeiro de 1988 que «a primeira prioridade é o uso da força. Poder é bater», posto que espancar aparecia aos olhos dos defensores da ordem como mais eficaz do que as detenções. Publicamente se debateu o mérito da solução: se se prende um manifestante ele estará em liberdade de novo em 18 dias. Ao contrário, se se lhe parte a mão não poderá arremessar pedras antes de mês e meio.

Para Rabin qualquer movimento na questão palestina só poderá iniciar-se depois de esmagada a Intifada.

Desde o início que se pôs a pergunta a muita gente: a estratégia da violência, que Rabin tanto preconiza, tratá a tranquilidade aos Territórios Ocupados? E será possível que alguém conceba e defenda que pela violência indiscriminada do estado se abra a porta à negociação política? Rabin deu a imagem clara da cegueira em Janeiro do ano passado, quando, depois de uma ronda no «West Bank», declarava que ali não vira parceiro com que abrir uma negociação. Esquecia duas ordens de coisas. Primeiro, a nova realidade da Intifada e dos que interiormente a organizam. Segundo, a realidade já antiga dos notáveis palestinianos, como Hana Seniors, editor do «Al Fayr», de Jerusalém, ou Sari Nousseibeh, da Birzeit University, ou Freij de Nablouse.

Um intelectual como Seniors declarava por essa altura que visionava uma associação entre Israel, Jordânia e palestinianos no tipo do Benelux, com uma zona desmilitarizada com o Luxemburgo. Tal declaração não podia ser mais moderada, e também irrealista. Mas aqui o que importa salientar é a existência de um tipo de interlocutores moderados que poderão fazer a ponte com a OLP e com os insurrectos. E Rabin, um trabalhista, parecia inamovível no descartar e desconsiderar essas cartas preciosas do interior dos territórios.

Se se têm à partida povos da mesma raiz — pois o que são os israelitas senão gente da Palestina como os da Jordânia, da OLP, dos campos miseráveis de Saíde, ou de Beirute Sul —, também se têm decénios de sujeição, de humilhação e de desconfiança.

Os palestinianos, para além do sonho Seniors, só querem acabar com a ocupação.

Mas não se vê como isso se fará pelos tempos mais próximos, com a obsessão que se tornou para os israelitas a gestão da segurança.

DA INTIFADA À CIMEIRA DE ARGEL. RENASCIMENTO DA OLP

Como escrevi noutras ocasiões, Yasser Arafat é homem de variados epitáfios, renascendo porém de cada um mais forte e mais determinado. Isso se deu a seguir à invasão do Líbano e à expulsão de Beirute da direcção política e militar da OLP, agravada depois com o esmagamento do Fath em Trípoli, frente à acção conjugada do exército sírio e das milícias que lhe são afectas.

Deu-se, por exemplo, depois que a valsa hesitação de Arafat acabou por torpedear o acordo de Fevereiro de 1985, de Amã, para uma plataforma jordano-palestinaiana com vista a negociações com Israel, na base da troca de terras pela paz. Depois da Cimeira árabe, de Amã, de Novembro de 1987, parecia que a OLP e Arafat estavam de facto definitivamente arrumados. Já disso Israel se regozijava. Gerava-se a ideia, em Telavive, de que a intransigência e a dureza pagam juros, posto que Arafat, e com ele a Causa Palestinaiana se viam relegados a posição secundária, senão ínfima no conclave árabe.

As massas humanas dos campos de refugiados de Gaza, e depois da Cisjordânia, sentia-se traídas com a quase total ignorância, senão desprezo, da Cimeira de Amã pela causa e a sorte do povo palestinaiano, e aparentemente num impulso da hora, sem preparação, lançaram-se no ataque desarmado contra o ocupante. E a causa, que já o inimigo em Telavive ou os pretensos irmãos árabes nas capitais circundantes tinham por moribunda, renascia, e Arafat e a OLP cresciam para uma estatura que talvez antes jamais terão assumido, mesmo quando Arafat imperava em Beirute por cima do Governo Nacional do Líbano.

E passados apenas seis meses sobre a Cimeira da indeferança, a de Amã, em que foi apenas condescendentemente tolerado, Yasser Arafat tem pela frente uma outra cimeira, agora em Argel, convocada unicamente para lidar com a Intifada e as suas implicações. Arafat vai exigir que os 20 estados árabes anunciem publicamente o apoio à Intifada, garantam o lugar da OLP em toda e qualquer conferência ou negociação internacional que eventualmente venha a ser convocada e que reiterem a OLP como único legítimo representante do povo palestinaiano. No plano financeiro, Arafat propõe-se não aligeirar a pressão sobre os estados árabes para que mantenham o fluxo de subvencionamento da organização (a OLP queixar-se-ia que alguns estados não teriam fornecido até agora senão parte ínfima, 5 por cento do que haviam prometido).

Há quem adiante, Jordânia e Síria, por exemplo, e embora por distintas razões, que Arafat ainda não conseguira transformar o levantamento em instrumento susceptível de forçar o diálogo com Israel e os Estados Unidos (a Síria não usaria a mesma linguagem, pois falaria de forçar não o diálogo mas a evacuação dos territórios).

A reunião do Comité Central da OLP em Janeiro de 88 — que deveria ou pronunciar-se sobre o lançamento de um governo provisório, ou no exílio, ou decidir se seria antes de enveredar pela declaração de incondicional reconhecimento do direito de Israel a existir, com isso retirando-lhe argumento para não discutir o caso dos Territórios — ficou-se afinal pela declaração de apoio à Intifada, no que parecia dar razão a Hussein e Hafez Al Assad. Mas não se deveria ver aí uma fraqueza da direcção da OLP, antes o propósito, bem pensado, de não lançar a sua própria iniciativa de paz — sempre susceptível de provocar fortes tensões nas facções duras da Central Palestiniana — no membro em que viria a ter pela frente o vazio das administrações americana e israelita já em período de preparação de eleições. Deveriam Amã e Damasco antes chamar a atenção para o facto de que foram precisos sete meses de sublevação nos Territórios Ocupados e mais de 200 mortos para que os estados árabes se decidissem a considerar o caso, e isso até depois de insistente pressão da OLP. Mas já se conhecem as contradições árabes e o importante para Arafat foi que a Cimeira acabou por realizar-se com o número recorde de 17 Reis e chefes de Estado.

Yasser Arafat e os que lhe são afectos, dentro do CC da OLP, tiveram o cuidado de orientar os trabalhos da Cimeira ao proporem que fosse reanimado o plano de Fez, que tem o triplo mérito de haver saído de uma cimeira árabe, de haver merecido a aprovação de Moscovo e de haver sido julgado positivo por Washington por conter o implícito reconhecimento de Israel ao admitir o direito de todos os Estados da região à existência.

Arafat não podia esconder a sua satisfação a 9 de Junho de 1988, no termo da Cimeira. É importante debruçarmo-nos um pouco sobre essa Cimeira, não só em si mesma como por ter constituído o ponto de partida para uma decisão histórica na região com implicações determinantes para o desbravar de soluções.

No momento preciso da iniciativa de paz de George Schultz e em que Reagan e Gorbachev previam reunir-se para tratar, entre outros pontos, os conflitos regionais, A OLP viu-se confirmada no seu papel de único legítimo representante do povo palestiniano na condução da luta até ao estabelecimento de um estado palestiniano. E ao mesmo tempo confrontada com uma imprevista tremenda responsabilidade.

O levantamento popular foi objecto de resolução à parte. E a Cimeira saudou a vontade poderosa que anima o povo palestiniano para libertar os

Territórios Ocupados, exercer o direito ao retorno ao princípio da autodeterminação e estabelecer o estado independente sob a direcção da OLP, seu único exclusivo representante legítimo.

Os dirigentes árabes recordaram as resoluções adoptadas no decorrer dos anos e das várias cimeiras, designadamente na de Fez, em 1982, que previa a criação de um estado palestino independente depois de um período intercalar durante o qual a Cisjordânia e Gaza passariam sob o controlo da ONU.

Os Chefes de Estado presentes em Argel reafirmaram o apoio à convocação da Conferência Internacional sob a égide da ONU, na base da legalidade e das resoluções internacionais, apelando para a retirada de Israel de todos os territórios palestinos e árabes ocupados e garantindo os direitos inalienáveis do povo palestino. A Conferência deveria contar com os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e com todas as partes no conflito, incluindo a OLP, em pé de igualdade e com os mesmos direitos das outras partes. Neste ponto a Cimeira adoptou a aproximação pragmática do Rei Hussein que preferia não se precisar desde logo os poderes exactos da Conferência — há aí grandes divergências entre as posições israelo-americanas e as árabes com a Síria à cabeça — e a forma sob que apareceriam constituídas as delegações.

Arafat, ao falar em Argel, afirmou que aos três «não» do Plano Schultz — não à autodeterminação, não ao estado palestino independente e não à OLP — a Cimeira respondera com três «sim».

Questão de grande interesse, pelo que depois, passadas apenas semanas, se seguiria em Amã, foi a frontal posição do Rei Hussein que, se reconheceu algum mérito ao Plano Schultz — ao contrário de Hafez Al Assad e Yasser Arafat —, logo denunciou as limitações congénitas das iniciativas americanas que, sendo ditadas no mais aceso das crises, usualmente se desfazem em fumo passada a crista da crise. Importante foi também o apelo do Rei ao apoio unânime dos Estados árabes à Intifada e à aceitação firme da OLP como único legítimo representante do povo palestino, quando até aí sempre havia oposto reservas. Logo se veria o que tinha em pensamento e até onde iria o seu desprendimento da causa palestina, atitude que não foi ditada pelo despeito, como alguns disseram, ao ver que os Chefes de Estado árabes presentes em Argel se mostravam demasiado ansiosos e

apressados em outorgar a total responsabilidade da Causa Palestiniana a Yasser Arafat.

Já antes, em Maio, o Rei Hussein deixara entrever o caminho que viria a seguir.

Veremos, a seu tempo, como nos meses seguintes se articulariam os «SIM» da reunião de Argel e os «NÃO», segundo Arafat, da tese George Schultz.

HUSSEIN ROMPE COM A CISJORDÂNIA. CORTADOS OS LAÇOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS

Pouco tempo era passado sobre a Cimeira de Argel, e quando muitos se interrogavam se não teria sido a reunião apenas uma outra manifestação oratória, sem grande impacte no plano das coisas concretas da guerra e da paz, o Rei Hussein da Jordânia tomava uma atitude que, baralhando todos os dados conhecidos, obrigaria os vários intervenientes directos e indirectos no conflito israelo-árabe a uma revisão profunda e rápida da questão.

Numa alocução radiodifundida do dia 31 de Julho de 1988 o Rei anunciava a quebra dos «laços legais e administrativos» entre a Jordânia e a Cisjordânia, com o que respondia, disse, aos desejos e à vontade da OLP, reiteradamente expressos, de se apresentar como o único legítimo representante do povo palestino. A medida espectacular, prenhe de consequências políticas, sociais e económicas, seguia-se à da anulação do plano de desenvolvimento a favor dos Territórios Ocupados já anunciada no dia 28, e à dissolução da Assembleia Nacional jordana, que se tinha por foro do povo palestino no interior, no seguinte dia 29.

O Rei afirmaria que a Jordânia não é a Palestina e que por conseguinte o estado palestino independente será estabelecido na terra palestina depois que se liberte da ocupação israelita. Insistindo que a Jordânia nunca em nenhum caso quis substituir-se ao povo palestino e não formulara jamais qualquer reivindicação sobre a terra palestina, pôs entretanto de sobreaviso contra qualquer tentativa de desestabilização dentro da Jordânia (cabe sempre lembrar que 60 por cento da população do reino é palestina) e assegurou que será reprimida qualquer ameaça contra a unidade nacional jordana. E não são vãs palavras se se recorda a repressão que ficou conhecida pelo Setembro Negro. Afirmou que a Jordânia continuará a participar no pro-

cesso de paz, mas só e apenas no plano e ao nível dos demais estados árabes interessados. Passados que não eram três meses e era feita drástica revisão deste último ponto, como logo veremos.

Se a decisão real é uma resposta, e um não menor desafio à OLP e aos demais estados árabes, ela é antes de tudo mais o primeiro grande resultado da Intifada. Muitos, quase toda a gente se interrogava sobre o seguimento da sublevação: uma guerra de usura permanente sem qualquer objectivo à vista que não fosse atacar o adversário? Ou haveria uma qualquer alternativa? A decisão jordana, tomada na consciência clara pelo Rei de que a Intifada não era só dirigida contra o ocupante israelita, mas em parte também contra o responsável pela Administração da Cisjordânia — e nessa clarividência o monarca prevenia o futuro —, obriga, como se disse, à total revisão de posições e põe frente a frente sem intermediário, e também sem subterfúgio ou escapatória ilusionista, os dois povos que lutam por terra e legitimidade sobre ela: os povos palestino e israelita.

É certo que os palestinos já se viam mais na OLP do que na Jordânia. Mas esta era, até 31 de Julho, parte jurídica e política e social no drama. Agora o descomprometimento, a par de todas as consequências práticas — passaportes, exportações, pagamento de salários, tutela das instituições sociais, e das escolas e universidades, etc. —, põe totalmente, e pela primeira vez na história da organização da diáspora através da central OLP, nas mãos desta última a responsabilidade não por células terroristas, não por hostes guerreiras sem campo de batalha, não por campo de refugiados, mas por uma sociedade civil organizada em moldes correntes e normais de existência diária, certamente muito difíceis para quem só tem sido perito em questões de clandestinidade e subversão.

O anúncio causou geral estupefacção, e as palavras perplexidade, desconcerto, perturbação e inquietude liam-se nos comentários em Telavive e em Nablouse, em Washington e na imprensa da Europa.

Os trabalhistas viram na decisão real um golpe na política que sempre haviam preconizado desde os tempos de Golda Meir, ou seja a opção jordana. Para Itzhak Shamir o descomprometimento proclamado pelo monarca e a advertência contra toda a tentativa de pôr em causa a nação hachemita, de maioria palestina, confirmavam o que sempre pensara e defendera: que o conceito de nação palestina é uma perfeita invenção árabe para justificar a guerra e os propósitos anti-Israel.

O Rei Hussein, depois das primeiras reacções nervosas de várias partes, reafirmaria a disponibilidade do seu país para tratar e cooperar com a OLP, e já a meados de Agosto uma delegação da OLP chegava a Amã para conversações que se desenrolaram em clima útil.

Arafat teria podido explorar pela negativa a atitude jordana, que, sendo antes de toda outra consideração uma verdadeira e corajosa definição política, não deixava de ter, como já se disse, o seu elemento de desafio geral, à OLP e a Israel, aos americanos e aos irmãos árabes.

Arafat preferiu jogar pela moderação e num espírito construtivo. Daí as imediatas conversações de Amã e a quase total ausência de reacção pública emocional.

Mas os trabalhos de Arafat e da OLP não são só o de concerto e entendimento com Amã. Há uma imagem perante o mundo que tem de ser refeita e esta a ocasião. Perdê-la poderá ser irremediável.

Se a OLP sente a necessidade urgente de preencher o vazio jurídico e administrativo que a decisão de Amã criou no «West Bank» — e Ariel Sharon atento já quis, como única resposta à atitude do Rei, pressionar o Primeiro-Ministro Shamir a anexar pura e simplesmente o território —, há porém que prepará-lo e esperar que o CNP assuma o seu papel ao decidir sobre a crucial questão da proclamação da independência e da formação de um governo no exílio, ou governo provisório.

Mas não há decisões estanques e isoladas, antes um entrosamento que comporta quatro capítulos fundamentais: o reconhecimento de Israel; a lei fundamental palestina; a declaração da independência; e o governo provisório ou governo no exílio.

Sobre estes temas básicos e a maneira como serão analisados, tratados e digeridos e depois concretizados, já então se dizia que dariam da OLP e do CNP a medida da resposta dos palestinos ao desafio do Rei Hussein: se serão objecto de ambiguidade e tergiversações, como no passado, ou se serão tratados antes com espírito e grandeza de estado.

Teve-se um primeiro indício público, e perante conclave respeitável como é o Parlamento Europeu, do que poderia ser a resposta da OLP, isto é, resposta responsável.

Foi indício algo tímido, não suficientemente concreto para que os deputados europeus pudessem dizer-se depositários da primeira verdadeira manifestação de Arafat como entidade política totalmente responsável

face à nova situação criada com o fim do Reino Árabe Unido de Hussein da Jordânia. Mas talvez não pudesse ser de outra forma, se se pensa que os órgãos palestinos estavam então em pleno debate preparatório para a sessão extraordinária do CNP e havia aí que acautelar as arestas vivas das facções mais extremistas de Habache, Jibril ou Hawatemeh.

Se não houve ali um reconhecimento explícito do Estado de Israel e não se pôde ainda esvaziar essa eterna questão, já Yasser Arafat pôde dizer que estendia a mão ao inimigo para fazer a paz, ao mesmo tempo que desdobrava perante os deputados exaustiva listagem das iniciativas políticas da OLP. E falou da aceitação das Resoluções 242 e 338, se acopladas com o reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestino, a começar pelo da autodeterminação, e o da aceitação do princípio da Conferência de Paz nos termos propostos pela parte árabe e a União Soviética, ou seja a evacuação das forças israelitas dos Territórios Ocupados em 1967, a sua entrega à Administração das NU ou a uma força europeia sob controlo internacional por um período limitado. E isso tudo evidentemente acompanhado do reconhecimento pelos EU e por Israel da parte palestina como interlocutor válido, e o abandono da busca de ficções que tem sido tarefa de Israel no passado.

Há aqui um ponto de interesse e que é o de Telavive não esconder a apreensão face aos ganhos diplomáticos que a Central Palestiniana e Yasser Arafat vinham conseguindo desde que se desencadeara o levantamento nos Territórios Ocupados.

No Outono escrevia, a esse propósito, que são esses ganhos diplomáticos que se espera Arafat saiba contabilizar no bom sentido, para que as reservas que alguns, Washington e Jerusalém, têm levantado à sua pessoa se dissolvam perante uma renovada estatura de estadista. Nisso vai a sorte e o destino de milhões de pessoas na região tão martirizada do Médio Oriente.

PALESTINIANOS E ISRAELITAS — O IRRECONCILIÁVEL?

Homens como Shamir, Eytan e Sharon, obsessionados com a sobrevivência do Estado de Israel e daí propensos à cegueira Política e a não considerarem senão o que se ajusta às teses extremas que perfilham, deviam mesmo assim prestar atenção a certos indícios, aos sinais vindos de lados vários e que dizem que a questão palestina não pode ser descartada.

Dir-se-á, e com forte razão, que tão-pouco o lado árabe, e em primeiro lugar a OLP, têm dado provas de flexibilidade política necessária.

E uma intolerância, para mais activa, chama o activismo da outra intolerância.

Com efeito foram os árabes a proclamar gritantemente a tese dos «três não» quando na Cimeira de Khartoum, em fins de 1967, a seguir a mais uma guerra israleo-árabe, disseram: «não à negociação, não à paz e não ao reconhecimento».

E no mesmo pé se manteria inabalável a Central Palestiniana, pois quando fazia crer que aceitava certos arranjos, como a plataforma jordaniano-palestiniana de Fevereiro de 1985 architectada por Hussein na expectativa de negociações com Israel e os EU, continuava a passar ao lado da questão vital do reconhecimento do Estado de Israel.

Dizia antes que os conservadores e extremistas do Likud e afins deveriam prestar atenção a certos sinais com vista a uma global e não enganosa aproximação da questão da nação palestiniana.

Primeiro foi o desprezo com que trataram a Intifada, tendo-a por arruaça de adolescentes que depressa se esvaziaria. Depois foi a inicial reacção do Primeiro-Ministro Itzhak Shamir ao descomprometimento do Rei Hussein em relação à Cisjordânia. Nessa ocasião o Primeiro-Ministro israelita ironizava sobre a ficção da existência de um povo palestiniano.

Os sinais a que aludia e que devem fazer reflectir sobre a textura da nação palestiniana, e evitar a ligeireza na aproximação ao problema, foram dados, por exemplo, por ocasião da «Guerra dos Campos» no Líbano. Guerra trágica que opôs as forças do AMAL de Nabih Berri, afectas a Damasco, e as da OLP, primeiro nos campos de Sabra e Chatila e depois nos de Bourjel Barajneh ainda em Beirute, e nos de «Mye-Mye» e Ein el Héloué já no Sul, ao lado de Saíde. Hazer al Assad, que exigia de Nabih Berri e do AMAL que esmagasse o que restava do FATH no Líbano (recorde-se que o Presidente Assad foi virtual aliado dos israelitas de Ariel Sharon e Eytan na operação de expulsão do Líbano de Arafat e da direcção militar da OLP em 82 e 83), empurrou para a luta a FSSP, do coronel Abou Moussa, dissidente do FATH, encarregado pelo presidente sírio de formar uma espécie de organização que pudesse vir a constituir uma alternativa à Central Palestiniana liderada por Arafat.

Ver-se-ia então o dissidente Abou Moussa ordenar às suas baterias alinhadas no Aley, nos contrafortes do Chouf, que metralhassem não os campos palestinos como lhe fora encomendado, antes bombardear as hostes do AMAL, que era presumido ajudar no seu movimento de tenaz aos campos de Sabra e Chatila. Esse facto, de desobediência às ordens de Damasco, que entre outros concorreu para que «a Guerra dos Campos», iniciada em Março de 1985, se prolongasse por cerca de três anos no meio do maior horror e miséria das populações civis palestinianas envolvidas, teve por impulsor o sentimento de nação que primou por cima do ódio das facções, da rivalidade que opõe Abou Moussa e Yasser Arafat, por cima mesmo do risco de com tal indisciplina poder ver-se Abou Moussa privado do apoio de Hafez Al Assad, sem financiamento e abrigo para si e para os seus homens. Essas considerações não pesaram na percepção que teve da ameaça que pendia sobre o povo palestiniano na sua integridade, acima de divergências políticas e de lutas de poder.

O «Levantamento das Pedras» que foi tão ligeira e inconscientemente menosprezado por homens como Itzhak Shamir e Itzhak Rabin — e não se viu e escutou Ariel Sharon, quando esperava recuperar o lugar de ministro da defesa no novo governo Shamir, afirmar que se fosse ele o ministro da defesa, a Intifada teria sido esmagada em dois dias — constituiu um marco fundamental na unidade palestiniana, talvez o marco que fixou a viragem histórica nas concepções, processos e objectivos não só dos órgãos reconhecidos do povo palestiniano, mas deste mesmo no que se tem por expressão integrada de uma colectividade humana que pela dispersão da diáspora, a exploração, miséria e humilhação sofridas às mãos de inimigos e ditos irmãos, se sentia esquartejada e perdida.

E representa ainda o desmentido concreto, diariamente reafirmado na guerra, na morte e no sofrimento, da tese segundo a qual a questão palestiniana pode ser ignorada ou de que se dissipará com o tempo, tese cara a certos falcões de Telavive.

É pois uma noção e uma realidade com que Israel e a sociedade internacional terão de lidar e conviver.

E se há muitos palestinianos como Edward W. Said do CNP — que o Secretário de Estado George Schultz chamaria ao Departamento de Estado para consultas antes do seu vai e vem de meados de 88 ao Médio Oriente na esperança de fazer valer o plano de paz norte-americano — que se admitem

concientemente já não ser possível voltar atrás, isto é, à época anterior à implantação do Estado de Israel — logo a admissão implícita da existência do mesmo —, também afirmam que nem Israel nem os Estados Unidos podem manter a ficção da não existência da nação palestiniiana e da não representatividade da OLP e dizem ainda esses palestiniianos de dentro e de fora dos «Territórios Ocupados» que a paz tem de ser negociada com a nação palestiniiana, através dos representantes que escolha e não dos que lhe queiram impor. Veremos depois como a parte americana o entendeu.

Essa afirmação nacional e o reconhecimento de que os palestiniianos são parte principal implicam mudanças de atitude, de linguagem, de processos e métodos, e é por isso que vemos já responsáveis políticos do Conselho Nacional Palestiniiano a proclamarem-se em plano bem distante do da Cimeira Árabe de Khartoum de 1967. Onde se erguia a barreira dos «TRÊS NÃO», agora admitem estar em posição de dizer sim a negociações directas, sim ao reconhecimento de Israel, sim à paz e a fronteira seguras, desde que esses SIM se encontrem com outros SIM do lado de Israel.

Permitir-me-ão aqui um pequeno parêntesis para reflectirmos sobre uma frase de há pouco. Um membro do CNP admite publicamente nas páginas do «Washington-Post», e antes nas conversas com Schultz, que os palestiniianos estão prontos a dizer sim a conversações directas. Mesmo sem esquecer que tal posição não é ou foi ainda assumida pela OLP e logo a não compromete, e tendo consciência de que a amálgama que é a Central Palestiniiana comporta partidos e formações de todo o cariz — incluindo o extremista como sejam os movimentos de Habache e Ahmed Jibril ou que sempre se opõem a todo o compromisso e já se incompatibilizaram com Arafat pelo que tiveram como cedências em 1985, face a Hussein da Jordânia —, representa tal afirmação uma viragem fundamental na aproximação política ao problema. Recordar-se-ão que um outro parceiro árabe foi levado ao banco da ignomínia árabe quando ousou negociar directamente com Israel. O Egipto só agora, e depois da Cimeira do Outuno de 1987 em Amã, vai saindo do limbo a que foi remetido com esse gesto de extraordinário e esclarecido realismo. Recordar-se-á ainda que os esforços, em 1985, do Presidente Ronald Reagan e do seu emissário Richard Murphy falharam redondamente, assim como os Shimon Peres então Primeiro-Ministro de Israel, porque tanto este país como os Estados Unidos — se hoje são já a favor da

convocação de uma conferência internacional de paz para o MO, e isso graças ao bom entendimento surgido entretanto e desde o Outono de 1986 com a URSS, naquela altura alinhavam indefectivelmente com as teses israelitas — só admitiam conversações directas, tese que na altura descartava por impossível mesmo um conciliador pró-ocidental como o Rei Hussein. A OLP por seu turno nem admitia a hipótese, mesmo a facção mais moderada e propícia a algum tipo de conversações.

Falei há pouco de viragem, e de facto estamos aí perante algo que seria irónico se não contivesse o fermento da tragédia.

Como em Março último muito bem observava Anthony Lewis, árabes e judeus cambiaram posições, mesmo se umas e outras se oferecem dentro de si mesmas com variadas facetas e matizes.

Conhecem-se os episódios e as emoções que precederam ou acompanharam a formação do Estado de Israel. Nesse dias, distantes já de 40 anos, os históricos de Israel propunham negociações directas com os vizinhos, sem condições. Os chefes árabes recusaram desde esse primeiro momento encontrar-se ou falar com qualquer responsável israelita. Aliás não lhes reconheciam a existência. Vêm desse tempo os mapas que ainda hoje se vendem em Beirute ou Damasco em que é demarcada a antiga Terra da Palestina, como tal designada e sem a mínima menção ao Estado de Israel de antes ou depois de 1967, ou seja as fronteiras de 48 ou essas mais o espaço ocupado depois da guerra de 1967, Gaza, Sinai e «West Bank» e os altos do Golã.

Havia nessa altura em Israel quem, com responsabilidades, advogasse de novo a abertura de negociações destinadas a estabelecer as modalidades de devolução dos Territórios Ocupados. Disso falava também a resolução do Conselho de Segurança. A devolução seria feita em troca de paz e segurança. De novo a rejeição por parte dos árabes, e é dessa época a Cimeira dos «TRÊS NÃO», a de Khartoum.

Mas aí inscrevia-se já, em termos de recusa e bloqueio frontais, a incapacidade de Israel para por seu turno tornar a rejeição visceral que sente e a opõe à OLP e a Yasser Arafat, sob o pretexto, em parte compreensível, de se tratar de um chefe e de uma organização terroristas, de negarem os palestinianos a existência do Estado de Israel e logo o repúdio da Resolução 181.

Estava-se, ao que parecia, num impasse insolúvel. Seria preciso um golpe de teatro para o abalar e desbloquear. Deu-o o Presidente Anwar Sadate com a viagem a Jerusalém em 1977. Estava-se aí numa primeira fase operacional das proposições fundamentais israelitas. Precisamente a obtenção de paz contra a entrega de terra. O Acordo de Campo David, como tratado de paz, punha termo ao estado de guerra e marcava a retirada de Israel do Sinai. Depois da fronteira Sul, Israel tentou numa segunda fase garantir-se a do Norte ou parte dela. No rasto da invasão do Líbano, de 1982, e da peculiar eleição de Ismael no Outono desse ano, negociava-se o Acordo de Naqura de 17 de Maio de 1983, que deveria se de paz entre os dois estados. Telavive esqueceu-se de associar a Síria, outro estado do Norte-Nordeste. E Damasco fez o que se sabe através das milícias de Walid Joumblatt e Nabi Berri e doutras forças como o PSS. E Ismael teve de arquivar o acordo de 17 de Maio e compor com as forças nacionais.

Parecia que de novo o muro da intratabilidade se erguia entre os vizinhos no Médio Oriente. Mas a pouco e pouco foram-se reconhecendo algumas brechas. Arafat, isolado, longe do campo de acção posto que catapultado para Tunis e com parte dos órgãos da OLP em Bagdade, acede a partilhar a ideia do Rei Hussein de uma plataforma negocial com americanos e israelitas no quadro de uma conferência internacional. Persistem reservas, a Síria clama traição, a OLP está dividida e não secunda na sua totalidade a aparente abertura do seu chefe. Mas já é um passo pois começa a desenhar-se no lado árabe a aceitação da entidade designada por Estado de Israel, mesmo em capitais como Damasco ou por uma organização como a Central Palestiniana. E Assad como Hussein e ainda a OLP admitem já negociar com Israel no quadro de uma conferência internacional. Com os cinco do Conselho de Segurança e todas as partes interessadas. A tese dos árabes passa agora a ser, ironia das coisas, a que previamente marcara a estratégia israelita: paz contra terra.

E aí se esboça a trágica ironia a que já nos referimos. No momento em que os árabes se aproximam das teses iniciais israelitas — e que até certo ponto se continuam em Shimon Peres — a obsessão da segurança, que obscurece para além do razoável a mente dos israelitas, fá-los pender não para as concepções trabalhistas mas para as do Likud, para as de homens como Shamir, Eytan, Kahane ou Sharon.

Já por ocasião das atribuladas diligências de Richard Murphy em 85 e 86, nas quais Shimon Peres, então primeiro-ministro, punha toda a sua esperança, como depois e ainda recentemente com as missões Schultz a favor de um plano de paz em duas fases, Itzhak Shamir rejeitada qualquer nova cedência de terras e considera que o Acordo de Campo David se esgotou com a devolução da península do Sinai e que, por conseguinte, está preenchida a obrigação decorrente da Resolução 242.

O Primeiro-Ministro recusa assim o princípio de «paz contra terra» e logo o de qualquer plano de paz que nele se fundamente. E até agora não se viu que possa arquitectar-se qualquer plano de paz que o não contemple. Shamir recusa até o princípio da Conferência Internacional de Paz.

Até à tomada de posição do Rei Hussein de «désengagement» do «West Bank», Shamir podia admitir muito esticadamente negociações directas com a Jordânia como representante da Causa Palestiniana. Com o descomprometimento de Hussein, Shamir e os seus consideram que deixou de haver uma Causa Palestiniana e um interlocutor idóneo.

Nem a Intifada, nem a demonstração insofismável através dela de que a OLP é o condutor e único representante da nação palestiniana, demovem o velho e obstinado dirigente israelita. Como já e viu, o argumento do terrorismo não deve tornar-se em dogma de fé. Se assim fora, Shamir não seria primeiro-ministro.

É de esperar que vozes como as do General Yehoshafat Harbaki venham a ser escutadas. Até porque pelas funções que desempenhou, chefe da inteligência militar, sabe do que fala. E o que fala é no sentido do acomodamento. Diz que não será de um dia para o outro que os ódios, as suspeitas e os velhos lemas e obsessões, como o da exterminação do Estado de Israel, se evaporarão. Mas o certo é também que se não é possível eliminar por completo os sonhos viciosos de uns quantos, a ausência de acomodamento político só os fará frutificar e expandir.

Ora é este contexto de mudança que a OLP e Arafat e o CNP parecem reforçar e alargar, enquanto em Israel forças há, embora com limitações, e do lado palestiniano também as há e também poderosas, dispostas a contrariar e impedir o caminho dos que são a favor da mudança.

Yasser Arafat afirmou recentemente aceitar a Resolução 242, com a retirada de Israel dos Territórios Ocupados e garantias de reconhecimento e segurança das fronteiras anteriores à ocupação. Edward Said proclama a necessidade de reafirmar, clarificar e reforçar as aspirações políticas da

nação palestiniiana, mas abolindo a «inadmissível ideia de exterminação, exulsão e eliminação» do Estado e do povo de Israel. Começa, mesmo se em forma ainda difusa, hesitante, até sofrendo de contradições, a desenhar-se um perfil e pensamento de estado.

Se a Intifada veio precipitar pela sua verdade e pela sua força como expressão de um povo que todos, israelitas e irmãos árabes, tem humilhado e martirizado — e que ele próprio tem tardado em encontra-se —, a cristalização de ideias e aspirações no sentido de uma definição política, a decisão inesperada do Rei Hussein de descartar o seu país de toda a responsabilidade de administrar e representar a Cisjordânia abriu as portas a uma nova responsabilidade para a OLP e para Arafat e criou uma oportunidade única para a afirmação da personalidade do povo da Palestina perante si e perante o mundo.

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM ISRAEL

As eleições legislativas israelitas do Outono de 88 não foram, logo de início, consideradas um fenómeno político rotineiro numa democracia em que estará em jogo uma redistribuição de lugares no Parlamento e a consequente constituição de um governo que, nas suas linhas gerais, agirá no plano externo à semelhança e dentro dos parâmetros do que substituiu. Para Israel e mais do que as anteriores de 84, por virtude da acuidade trazida pela Intifada ao caso dos Territórios, as legislativas de 1988 poderiam significar, mesmo se muitos dos interessados o negam, o carreamento dos materiais estruturais da construção do futuro ou, ao contrário, a demora sobre atitudes e métodos que só usarão o tecido e a alma democráticos do país pela degradação moral que a violência institucionalizada como processo de gestão sempre engendra.

A experiência alternante ensaiada depois das anteriores legislativas teve que lidar, é certo, com terríveis problemas, problemas de toda a ordem, sobressaindo os da segurança, como sempre foi o caso desde a fundação do estado há 40 anos, e as sequelas da invasão do Líbano em 82. Mas primeiro Shimon Peres e depois Itzhak Shamir tinham no Sul uma situação resolvida e sem quaisquer indícios de deterioração, no Norte um tácito «modus» vivendo com os sírios em relação ao Líbano Sul, onde Israel tinha a haver-se apenas com as episódicas explosões de furor islamista dos Hezzbalah

ou dos adeptos do Fatah que se encobriam da capa civil dos campos de refugiados ou ainda dos outros agrupamentos mais à esquerda. Mas a Leste contava Israel com um território ocupado militarmente e administrado conjuntamente e até certo ponto com o Rei da Jordânia, que para Israel servia ainda de antecâmara a todas as construções mais ou menos nebulosas, respeitando o futuro não só dos territórios como o da crise em geral — pois sempre podiam os estrategistas israelitas jogar e brandir como excusa os desfazamentos e desentendimentos em torno a qualquer aspecto da representação da causa palestiniana, repartidas que estavam as «allégeances» entre o Rei e a OLP de Arafat —, e ao mesmo tempo o estatuto dos Territórios Ocupados sob suserania do monarca jordano oferecia-se como referência quase mítica quando os mesmos estrategistas políticos pretendiam fazer crer na abertura e disponibilidade para a negociação e a concertação — recorde-se aqui que vem do tempo da senhora Golda Meyr a chamada «opção jordana».

A Intifada em primeiro lugar, e depois o descomprometimento da monarquia hachemita em relação ao «West Bank», precipitaram uma evolução que já se não compadecerá com diatribes entre os dirigentes trabalhistas e os do Likud e com fácil recurso às acusações recíprocas como truque ilusionista que escamoteia a realidade. Agora há um facto que não admite sofismas e que reclama a coragem de um movimento para uma real abertura e a partilha mutuamente consentida, em oposição à tese da manutenção de um «status quo» que só trará maior miséria moral e física, política e económica.

Se não bastará recordar como exemplo da corrupção que a violência intuituída arrasta, o caso de Salém quando jovens soldados do Tsahal metodicamente soterravam quatro habitantes dessa aldeia já antes copiosamente espancados. Ou ainda o de Beita onde se assistiria à terrível repressão dos espacamentos, da prisão e das demolições, mesmo depois de se saber que a jovem israelita morta a tiro o fora não de mão palestiniana mas de um dos guardas do grupo de jovens que, em gesto de provocação — «temos de mostrar-lhe quem somos e quem manda» —, decidira contra a razão ir passear de bicicleta para junto da aldeia palestiniana.

É um fundo de medo e consequente arrogância contra uma massa humilhada, perseguida, e que está descobrindo os caminhos da reacção que marca a campanha eleitoral e lhe dita os resultados.

O medo que separa os cristãos dos muçulmanos e dos druzos no Líbano e que está causando a ruína da Terra do Cedro é o mesmo que opõe as duas comunidades na Palestina. Patente desde que os judeus começaram no século passado a penetração económica — mas o terror e o ódio não são tão recentes como isso. Não recordava Richard Cohen no «Washington Post», e recorrendo-se da Bíblia, que os antigos hebreus ao entrarem na terra da Palestina por Jericó aí dizimaram pela espada os cananeus, destruindo tudo o que estava na cidade, homem e mulher, jovens e anciãos, vacas, carneiros e burros. — Foi em aumento com o passar dos anos e a lenta consolidação comunitária. Deu o medo origem à segunda diáspora da região — a primeira fora a dos próprios hebreus — e cresceu até à obsessão com a instalação do estado hebraico e as guerras israelo-árabes que se sucederam e que precipitaram a trágica aceleração da diáspora palestiniiana. Tomaria o medo novo expressão e uma agudeza inesperada com o início da Intifada a 9 de Dezembro. Mas se em muitos espíritos esse medo, mesclado de arrogância, como já se disse, leva a uma maior intransigência e à total rejeição, por muitos, de qualquer gesto que possa significar alteração do «status quo», para outros abriu a consciência à necessidade de separar as comunidades, de tirar o palestiniiano da vista e do contacto. E isso, convinham os mais avisados, mediante uma só solução, a retirada israelita para o interior da sua própria fronteira — diga-se aqui rapidamente que certos extremistas de Jerusalém chegaram a propor o contrário: a expulsão total de todos os palestiniianos dos Territórios Ocupados.

Em plena acção da Intifada e consequente repressão, uns e outros seriam em Israel bruscamente confrontados com um poema palestiniiano que os sacudiria até à raiz de todas as convicções, e se a uns fez vacilar sobre o bem fundado de uma eventual política de negociação, aos outros reforçou a crença de que diálogo só na ponta das armas.

Escreveu Mahmood Darwish, dirigindo-se ao judeu:

«Vive onde quiseses mas não entre nós.

É tempo de saíres, judeu

Sai e morre onde quiseses mas não entre nós.

Sai da nossa terra, sai

Do nosso continente, do nosso mar

Do nosso trigo, do nosso sal, sai das nossas penas

De tudo sai.

Vai-te embora, longe
Da memória das memórias.»

Como escrevia um comentador israelita, os poemas não mentem. E essa verdade que o poema sublinharia ergueu alto a reacção. O primeiro-ministro referiu-se-lhe na Knesseth e o escritor Haim Guri diria dele que avivava no mais secreto do subconsciente dos judeus todos os muros destruídos de Jerusalém.

E o que mais desconcerta é a circunstância de Darwish, director cultural da OLP, ser tido como um moderado, apelando frequentes vezes para a coexistência e o diálogo entre as comunidades.

Assim é que em Fevereiro já se dizia que se há israelitas que lamentam que as coisas tenham degenerado ao ponto que se conhece, consideram eles mesmos a repressão, até aos limites que a segurança exige, como um mal necessário e que não há outra escolha e outra saída. Daí os sentimentos contraditórios, e que ao fim grande parte da nação apoie manifesta ou resignadamente o imobilismo de Itzhak Shamir, que sem reboço, antes com a tranquilidade de quem lida de igual para igual, força que lhe vem da sintonia com o sentimento nacional, se permite invalidar a iniciativa americana de George Schultz que, perante a pressão dos acontecimentos nos Territórios Ocupados, buscava retomar o princípio da Resolução 242 de «paz em troca da terra». O plano americano depararia com as maiores reticências por parte dos árabes moderados e a frontal oposição dos duros como Hafez Al Assad. Mas nem uns nem outros tiveram de se preocupar pois seria Shamir a chamar a si a tarefa da rejeição da iniciativa americana.

Isso não deverá ter constituído surpresa de maior para o Secretário de Estado posto que há três anos, aquando da hipótese da plataforma jordano-palestiniana, diligentemente negociada por um dos seus colaboradores, o Secretário-Adjunto Richard Murphy, já Itzhak Shamir recusava a fórmula, no que tinha a companhia da Síria, como me acentuava em Damasco, em fins de 1985 e ainda recentemente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Dr. Farouk Al Sharaa.

Por razões diametralmente opostas os dois ministros dos Negócios Estrangeiros, sírio e israelita (então Shamir assumia a pasta), repudiavam a iniciativa americana de 85. Para Damasco é mentira imperdoável querer negociar em termos de retorno de apenas 40 por cento dos Territórios Ocupados — limite onde poderiam chegar os trabalhistas, enquanto o Likud então como agora — e

e não hesitavam em dizê-lo a Washington — tomam por inaceitável se não como traição, a cedência da mais mínima parcela do território adquirido em 1967. Por isso dizia um deputado ultraconservador que as teses trabalhistas a serem implementadas conduziriam directamente a uma guerra civil.

Não são poucos os dirigentes do Likud que, de forma mais ou menos velada, falam de tal risco ao defenderem a tese de que só um partido solidamente nacionalista como o Likud estará em condições de, como no passado com Begin, negociar e assinar novos acordos tipo Campo David. E deixam entender que pela teia de compromettimentos e cedências que comporta uma gestão trabalhista a época de Campo David teria sido não a do êxito, que se viu, mas de guerra interna, de irmãos suspeitos então irreconciliáveis.

E veja-se bem onde pode chegar a intransigência:

Shamir e Likud dizem aceitar a Resolução 242 do Conselho de Segurança, mas ao mesmo tempo recusam qualquer solução que inclua a eventualidade do abandono dos territórios de Gaza e «West Bank». A contradição é resolvida por Shamir facilmente: Israel satisfaz as disposições da Resolução e esgotou-a quando ao abrigo dos acordos de Campo David devolveu ao Egipto a Península do Sinai. E acrescenta que não só o acordo de Campo David deixara de lado os casos de «West Bank» e Gaza, que poderiam ser objecto de futuras eventuais negociações, como, e são palavras de Itzhak Shamir, «eram ocupados militarmente e ilegalmente pela Jordânia e o Egipto», e logo não tinham por que ser-lhes devolvidos.

A questão da Intifada aparece-nos sob estranhos contraditórios reflexos no que respeita à percepção pela opinião israelita e que exemplificam de forma gritante a complexidade da questão e a confusão que vem gerando: nas sondagens de opinião em Israel 70 a 75 por cento dos interrogados disseram querer ainda uma maior dureza no tratamento dos palestinianos da Intifada. Mas ao mesmo tempo aparece um dado completamente oposto, ou seja: 75 por cento exigem negociações imediatas, havendo mesmo mais de 50 por cento que não se oporiam a conversações com a OLP.

Para os trabalhistas a convicção é que não é possível continuar a dominar um outro povo, sem risco de contaminar e matar a prazo a democracia.

O compromisso territorial é a única solução, posto que a anexação desejada pelos Shamir e Sharon não só levaria à ruptura com o Egipto, à abertura de uma crise com os EU e a Europa, ao aumento da intolerância

política dos estados árabes e à guerra. Sem falar do fardo económico, fonte de estagnação ou paralisia.

Como a anexação significaria demograficamente a derrota de Israel: visto a dinâmica demográfica dos palestinianos, o país contará em 2000 com 54 por cento de judeus. Daí que Itzhak Rabin diga, face a esse espectro, que não quer um estado binacional, fermento de libanização.

Ora e como bem escrevia Alan Frachon, segurança não é só a militar nas fronteiras, mas também a integridade moral, ou seja, a preservação do carácter étnico-demográfico do estado, que mal se acomoda com a ocupação.

Isso não compreenderam os votantes israelitas que iriam criar condições para que o Likud imponha as suas teses e que os partidos da extrema-direita exclusivista vissem aumentado o espaço de afirmação e audiência.

Para Robert Goldmann, o que o Médio Oriente e especificamente a Palestina precisam é de pluralismo e democracia, não a insolúvel questão de saber-se quem é indígena na área.

Não podendo voltar-se atrás, há antes que buscar um padrão pluralístico que possibilite que povos e estados vivam lado a lado com garantia de liberdades básicas para os indivíduos e as minorias. Essa é também a visão política do partido de Shimon Peres, embora se o acuse, e adiante se verá, de ambiguidades que a tese esvaziam e fazem da doutrina trabalhista um esboço indefinido que dificilmente se poderá ter por um projecto de paz.

Shamir proclama-se a favor da paz, mas uma paz verdadeira, não a paz por qualquer preço como se diz ser o caso de Peres.

Nesse ângulo, Shamir tem como facto único marcante do seu mandato como primeiro-ministro, nos últimos 2 anos, a blocagem do projecto Peres de conferência internacional e a inviabilização do plano de paz americano de George Schultz.

Para o Likud, e com razão aparente, a cedência dos Territórios Ocupados não satisfaria o apetite dos palestinianos — como não os satisfará uma confederação com a Jordânia que logo tratariam de engolir inteiramente acabando com a monarquia hachemita. Para o Likud um estado palestiniano nos Territórios Ocupados não seria senão uma etapa na luta pela totalidade da Palestina. E Shamir vai mais longe na análise para dizer que a questão palestiniana não é a verdadeira causa do conflito israelo-árabe. A questão palestiniana é um pretexto, o instrumento visível de uma política que engloba

o interesse geral árabe, a saber que os árabes nunca aceitarão a presença israelita na terra que têm por exclusivamente árabe.

Por isso ceder aos palestinianos não significará solucionar o conflito israelo-árabe. Só concorreria para o agravar.

E é ouvir a tranquila impassível análise dos acontecimentos em Gaza e «West Bank» que expressa o Likud: «é preciso aguentar, nada ceder, ser paciente. A batalha dos territórios é um conflito de vontades e tecnicamente um simples caso de manutenção de ordem». E acrescenta que se à vontade e sem restrições, em poucas semanas resolve o assunto. Não o confessa apenas Ariel Sharon, o falcão por excelência, mas outros paladinos da dureza e intransigência dentro do Likud. Dos partidos religiosos nem é preciso esforço para saber o que pensam.

Os dois partidos saíram para a campanha praticamente em posições iguais. No primeiro impacte da Intifada — Dezembro de 87 — o Partido Trabalhista ganhou uma margem que parecia confortável. Mas o prosseguimento do levantamento e o radicalismo Likud durante a fase mais acesa — e as primeiras baixas do lado israelita — se por um lado provocaram divisões mesmo dentro do Tsahal, o que poderia levar a crer que a margem de Peres iria em aumento, por outro, e pela acção do reflexo angustioso e angustiado da segurança, iria trazer apoios a Itshak Shamir e ao Likud, passando esse movimento de balança a dar-lhe até uma certa fixa vantagem.

As sucessivas viagens de George Schultz ao Médio Oriente, e as suas diligências quanto à cedência territorial por etapas e sancionada por conferência internacional e a sua manifesta propensão por Shimon Peres, fizeram por reacção de contrários que pendesse uma parte do eleitorado a favor da posição oposta.

Mas ninguém podia mesmo assim dizer, quando um mês separava os partidos do escrutínio, quem levaria a melhor: como poderá explicar-se esse empate quando está em causa uma questão de tão vital importância?

O drama está em que embora Shamir e Peres se oponham quanto ao processo das negociações, cedência ou não cedência, mesmo parcial, da Samaria e da Judeia, ou a faixa de Gaza, já se sentam na mesma cadeira quanto a condições prévias, condições prévias, entenda-se, no que respeita a plataforma trabalhista, posto que para Likud não as tem como tal antes e apenas como dados básicos da recusa de qualquer plano que admita a evacuação de alguma parte dos Territórios.

Há na verdade surpreendentes similitudes, como diz Frankel do «Washington Post», nos conceitos nucleares dos dois partidos: ambos concordam na rejeição de negociações com a OLP, que não podem os Territórios Ocupados servir para instalar um estado independente palestino, que não deve Israel regressar às fronteiras anteriores a 1967. E são ambos pela indivisibilidade de Jerusalém — como se sabe, ponto sagrado nas reivindicações árabes.

Por outro lado, para a maioria dos palestinos o plano de Shimon Peres, de uma saída negociada dos Territórios Ocupados com o Rei Hussein, não vai mais longe do que o plano de autonomia ressuscitado à pressa por Itzhak Shamir para contrabater o plano de paz de George Schultz. Ambos passam por cima dos reais interesses do povo palestino.

Têm os palestinos a percepção de que com a Intifada empurraram a classe política israelita para o que será sem dúvida uma solidariedade forçada mas que no fundo traduz a unanimidade do pensamento e do sentimento israelita, seja-se de esquerda seja-se de direita. A prova está em que foi um ministro trabalhista, o da Defesa, o bom agente da dureza do Primeiro-Ministro direita. E não se pense que aqui caio em contradição com anteriores afirmações sobre o aparecimento de forças a favor do compromisso. Não se esqueça que Israel é parte do Médio Oriente, daí as contraditórias sondagens há pouco referidas.

Além disso há algumas diferenças — por exemplo, o Partido Trabalhista aceitaria eventualmente falar com a OLP logo que a organização reconheça a existência de Israel e o seu direito a proteger fronteiras, espírito das Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança. O mesmo partido crê que o adversário engolirá a tese de que o Tsahal deixe as cidades mas continue a controlar certos eixos, colinas e outros pontos estratégicos (o que, como vimos, a Síria recusa terminantemente e certamente qualquer entidade palestina que venha a constituir-se) — mas, no fundo, no íntimo de todos os que aproximam o problema, e em primeiro lugar o próprio povo israelita e os árabes circundantes, subsiste a percepção de que os trabalhistas e o Likud ambos alimentam sentimento profundo de que têm pela frente uma guerra que só acabará quando o adversário for quebrado e que a nenhum interessa a formação de um estado palestino — daí a insistência da Síria na paridade estratégica.

Talvez, e numa extrema concessão ao outro lado da segurança, pudessem trabalhistas e Likud admitir a tese de William Safire de que a solução para

o problema residirá na eliminação da coroa hachemita, que tem por artificial e obsoleta. E a constituição de um estado novo para além do Jordão, controlado pelos palestínianos e não pela minoria jordana, aliás de raiz estranha à região.

Mas mesmo assim estariam os perigos que tanto atormentam os israelitas efectivamente eliminados? Ou não se fingirá jogar aí uma carta que de antemão se sabe inviabilizada?

Mas voltemos à questão candente das eleições legislativas e dos comprometedores resultados obtidos.

Concluído o escrutínio reproduzir-se-ia o impasse de antes entre as duas formações, mas como um elemento que afirma a radicalização do estado hebreu: a confiança acrescida que o eleitorado concedeu aos partidos religiosos, que passam a ditar a conduta política, a tal ponto que Shamir nem esperou ser pressentido como é de uso pelo presidente para logo iniciar conversações a 2 de Novembro com os chefes daqueles partidos ultra-ortodoxos. Aliás sem resultado.

Prevaleceram os argumentos da direita a favor de uma «profundidade estratégica» e da ideologia do «Grande Israel».

Não só a esquerda molerada que representa o Partido Trabalhista sai vencida como a ideia de União Nacional que prevalecia desde 1984. Confirma-se assim a inclinação à direita iniciada com Begin em 1977.

E o partido Likud que se queria nacional — foi um dos temas da campanha e do «campo nacional» que entende guardar Gaza e Cisjordânia — ao deixar a coligação com os trabalhistas fica em certa larga medida enfeudado à extrema-direita. Isso poderá trazer dividendos no plano interno. Mas a existência de Israel joga-se tanto aí como no plano externo e nesse plano os excessos dos doutrinários só cavarão o isolamento do estado israelita.

E tanto assim é que a derrota de Shimon Peres foi vivamente ressentida no Cairo e em Amã e deu lugar a decepção em Washington, que apostava nos trabalhistas. Aliás a direita israelita não se furtara a classificar de «ingerências grosseiras» os apoios indiscretos de Hussein e Arafat à formação trabalhista — e não podia ter outro efeito o imprudente apelo de Yasser Arafat ao voto útil dos árabes do interior.

A OLP logo reagiria dizendo que a vitória direitaista representa um «golpe fatal para a paz», mesmo se acrescentando os porta-vozes da Central

Palestiniana que os resultados das eleições e a perspectiva de maior «violência, ódio e terrorismo» que agora ditam a acção os partidários religiosos do uso indiscriminado da força, não interromperiam os trabalhos no interior da organização com vista à proxima proclamação do estado palestiniano e tampouco deteria a Intifada nos Territórios Ocupados que irá até que o pleno direito à autodeterminação seja reconhecido e aplicado.

Em Amã, o Ministro Taher el Masri afirmava que a vitória dos partidos da direita significa a continuação do uso da força. O Egipto de Hosni Moubarak que ainda há um mês embalara numa acção de conciliação entre o Rei Hussein e Yasser Arafat numa tentativa de ressuscitar a «opção jordana» tão cara ao chefe dos trabalhistas, Shimon Peres, e com isso de em alguma forma influenciar o resultado das eleições, se se mostrava publicamente bom perdedor quando com o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros Abdel Meguid dizia que o seu país «tratará obviamente com qualquer novo governo israelita», já tinha desabafo diferente quando em privado se ouviam outros altos funcionários.

A reacção em Damasco, segundo o «Tishrin», chegado ao regime, é de que qualquer vencedor das eleições prosseguirá os mesmos objectivos, ou seja a apropriação da terra árabe. Como não podia deixar de ser, os extremistas palestinianos com sede em Damasco veriam nos resultados a razão de ser da rejeição das teses moderadas de Arafat.

Mas no meio do desconcerto e desilusão, a primeira nota realista viria afinal do próprio campo palestiniano. Alguns comentadores palestinianos sugeriam que há vantagens na vitória de Likud pois aí se sabe com que lidar, enquanto Shimon Peres sempre se mostra vago, inseguro, não fiável.

Isso vai no fio daquela tesse que tem por cerne a memória viva em Israel de que não foram estrelas trabalhistas como Ben Gourion ou Golda Meyr quem trouxe ao povo israelita o primeiro tratado de paz, mas sim o iniciador da vaga conservadora, Menhaem Beguin, homem duro e à partida intransigente e alheio, bem no espírito Likud, a cedências e compromissos, mas que em Israel teve a ousadia, a coragem e a determinação para levar a cabo a surpreendente operação de paz com o Egipto.

Como bem vêem alguns comentadores internacionais, Shamir terá que ser maior ginasta e mais virtuoso na pirueta do que o seu antecessor, para que seriamente os árabes o venham a tomar por homem de paz.

Há indícios que se não podem «a priori» excluir da análise, indícios surgidos das fileiras likudistas e até do seu chefe máximo. Citava-se em fins de Outubro, como a exorcisar os riscos de guerra civil contidos na proposta trabalhista, os dizeres do «Mayor» de Telavive, Shlomo Lahat, likudista: «creio que é inevitável um estado palestino; creio infelizmente que a OLP representa o povo palestino. E sei que o preço da paz e de uma segurança real é a retirada (dos AO). Por isso apelo ao voto no Likud porque é o único que será capaz de pôr em marcha um tal processo de paz».

Rosenthal escrevia no «New York Times» há meses que o ponto crucial é sempre o mesmo: para os israelitas nada é menos seguro do que pensar que fazendo concessões territoriais os palestinos se contentarão com isso e desistirão da exigência de eliminação total do Estado de Israel. Os árabes, e com eles os palestinos, no fundo do pensamento de todo o israelita continuariam, como já noutra ocasião se disse, a considerar Israel como criação ocidental, a imposição de um conceito estrangeiro em terra árabe.

Por detrás dessa oposta visualização da questão alinham-se anos de crises, guerras, terror e sofrimento, medo, suspeita e hostilidades. Não é de um momento para o outro, pensa ainda Rosenthal, que se poderá encontrar a via. Há que dar tempo para que cada uma das partes digira a nova realidade e chegue à prática da tese do «mayor» de Telavive.

Aí surgem dois elementos chave: primeiro a autoridade necessária para empreender a viragem, autoridade que assiste ao Likud e a Itzhak Shamir, que fortes da auréola de aparente intransigência contra quaisquer concessões e da solidez moral que recolhem do posicionamento nacionalista podem sair à liça e a seu tempo negociar no melhor sentido para o povo israelita.

Fica-nos mencionar o outro factor chave, o tempo. E aí recordo como esperança as palavras do Primeiro-Ministro Itzhak Shamir em Maio último. Ainda que reiterando que jamais sairão da Judeia, da Samaria e de Gaza, acrescentava mesmo assim: «tenho algo em mente, algo que não posso agora revelar, que vai para além da autonomia» dos milhão e meio de palestinos do «West Bank» e de Gaza.

Aí se insere a questão do tempo, qual o justo momento em que a iniciativa, seja ela qual for, se imponha e ressalve a segurança e a integridade de uns e os direitos dos outros.

RECONDUZIDA A OPÇÃO JORDANA, ARTIFÍCIO OU SOLUÇÃO?

Em Setembro último o Presidente Hosni Mubarak saía em viagem por vários países da Europa. Havia propósitos domésticos na agenda das visitas à Jugoslávia, França, RFA e Grã-Bretanha, mas Mubarak e os seus próximos esforçaram-se em fazer crer que a razão principal residiria no desejo de tratar as questões que ensombram o Médio Oriente e que giram em torno à disputa israelo-palestiniana. O Egipto quer de facto recuperar um lugar cimeiro no tratamento da crise. A visita de Yasser Arafat imediatamente antes da saída do País para a Europa foi encarada como meio de assegurar-lhe posição de relevo no processo.

Esse desejo profundo do Presidente Mubarak que consolidaria os ganhos políticos obtidos desde a Cimeira de Amã do Outono de 1987, da qual decorreria o sucessivo restabelecimento de relações diplomáticas das capitais do Golfo com o Egipto (cortadas desde Campo David, e que recentemente ainda teve etapa decisiva com a troca de embaixadores entre Argel e o Cairo), viria a ter espectacular manifestação com o encontro de Aqaba que marcou a reconciliação Arafat-Hussein e a recuperação da opção jordana ao admitir-se de novo a hipótese de confederação jordano-palestiniana.

Já havia alguns indícios de que a carta jordana poderia voltar a ser trunfo no jogo Médio Oriental. Hani Hassan, conselheiro político do Presidente da OLP, diria no Cairo semanas antes que a organização encararia favoravelmente juntar-se à Jordânia numa espécie de confederação, por isso, especificou, poder satisfazer as objecções norte-americanas e israelitas quanto a um estado palestino independente. A afirmação de Hassan tomava todo um especial peso sabendo-se que estava ligado à preparação da sessão extraordinária do parlamento no exílio — o CNP — que deveria ocupar-se precisamente da resposta à decisão do Rei Hussein de cortar os laços que mantinha com a Cisjordânia, remetendo a sua responsabilidade ao único espaço territorial e populacional da Transjordânia.

Mas mesmo assim colheu de surpresa, até porque nada filtrara sobre o projecto, a notícia de que a 22 de Outubro se reuniam durante várias horas em Aqaba o Rei Hussein da Jordânia, o Presidente Hosni Mubarak e o chefe da OLP Yassar Arafat. Era assim restabelecido o diálogo interrompido há três meses. O conselheiro político de Mubarak, Oussama e Baz, podia dizer, antes de partir de Aqaba para Bagdade, que «todos os elementos constitutivos de um estado palestino estão presentemente reunido

se Israel se retira dos territórios ocupados e que um laço, sob a forma de uma confederação, poderá ser estabelecido entre a Jordânia e o futuro estado palestino».

Esta opção, apoiada por Washington, fora abandonada pelo Rei Hussein após a ruptura em Fevereiro de 1986 da plataforma de coordenação política entre Amã e a OLP, estabelecida somente um ano antes, por acordo assinado na capital jordana e que por sua vez Arafat denunciaria em Abril daquele ano de 1986. E Arafat declararia por seu turno, ao aproximar-se de Hussein, que visava realçar «a coordenação entre as duas partes, a fim de elaborar uma posição comum sobre a realização de uma conferência de paz no Próximo Oriente».

Não escapou a ninguém o quê ou quem visavam os três chefes árabes: com tal iniciativa Mubarak, Hussein e Arafat buscavam fazer pender a sorte das eleições para o lado de Shimon Peres. Aliás Al Baz diria mesmo que a reunião da Aqaba constituía uma mensagem ao eleitor israelita, e acrescentaria «nós dizemos-lhes: se desejais a paz nós estamos preparados. Há um parceiro árabe pronto para negociar».

A opção jordana vale o que têm valido tantos projectos, ideias e planos, arquitectados por todos aqueles que permanente ou fortuitamente se julgam em medida de pesar sobre o destino da região. Já ela foi objecto de especulação no passado, já a glosaram em variadíssimos tons e não se saiu disso.

As reacções não se fizeram esperar, e do lado das organizações mais extremas da OLP ou dos dissidentes com base em Damasco, sejam o Fatah — Comando Geral de Abuu Nidal — ou a FSNP do coronel Abou Moussa. E a Frente Popular de Libertação da Palestina, com Georges Habbache a exigir em Beirute o adiamento da sessão do CNP já com data marcada para Argel.

Se os sírios se abstiveram de logo comentar a Cimeira de Aqaba — só dias depois a imprensa síria condenaria «os dirigentes árabes que se imaginam que as eleições israelitas podem conduzir à paz» —, já em Telavive ela daria lugar a violento repúdio do que é tido por «ingerência árabe nos assuntos internos de Israel». Youssef Ben Aharon, chefe de Gabinete de Shamir, chegaria a lamentar já em termos de condenação, a participação na Cimeira de um chefe de estado em paz com Israel que dessa forma ajudaria a OLP a destruir Israel. Deploraria ainda a manobra que tem por grosseira, que é a de levar a OLP a participar num governo visando ocupar junta-

mente com a Jordânia territórios dos quais se reclama a retirada de Israel e em relação aos quais o monarca hachemita havia apenas há 3 meses suspendido todos os laços.

Abban Eban, Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros do Knesseth, regozijar-se-ia com o facto de haver elementos moderados no mundo árabe que tentam recuperar o processo de paz, fazendo o possível para modificar as posições da OLP em relação ao estado hebreu. E o jornal «Haaretz» (independente) escrevia ser evidente querer o Rei retomar o seu papel de representante da Jordânia e dos palestinianos dos territórios na perspectiva de uma conferência internacional. E se Washington logo se felicitou da «aproximação política» que foi a Cimeira de Aqaba, Israel, assim como a Síria, viam-se confrontados com um novo ou ressuscitado dado político que pelo menos abre a muitas interrogações e com elas ameaça demolir certos argumentos atrás dos quais muitos em Israel se escudam.

Não deixa de ser estranho, por outro lado, que em três meses o Rei Hussein inicie um movimento inverso, até certo ponto, ao do que anunciara a 31 de Julho e logo implementara.

Haverá razões várias, mas talvez possamos destacar duas fundamentalmente, e em rigor invocar uma terceira que em certa forma redourará a posição do monarca. A primeira provirá do temor de que com o corte dos laços com o «West Bank», os dadores de fundos árabes à Jordânia que já veria uma quebra de um bilião nos princípios dos anos 80 para apenas 400 milhões de dólares no passado ano, sequem drasticamente a fonte. O outro motivo seria o de ver-se a Jordânia completamente descartada do processo de paz, quando até 31 de Julho fora «pivot» e foco inspirador. A terceira razão basear-se-ia na crença de que sendo politicamente certa, a decisão real não levara em conta aspectos económicos e humanitários importantes.

Seja como for, e apesar dos sorrisos de circunstância dos actores participantes de Aqaba, as reservas de antes e as desconfianças de agora não desamparam nas relações entre a OLP e a monarquia hachemita. Disso foi testemunha a intervenção do Rei Hussein no programa da ABC «NIGHTLINE» onde usou de várias subtilidades, interpretadas pelos observadores internacionais como mensagens aos israelitas e à OLP e neste caso para significar a Yasser Arafat, na precisa ocasião em que o encontrava em Aqaba, que não se lembre de pôr a mão nos palestinianos da Jordânia — há que sempre recordar o Setembro Negro — e que ele, o Rei, ainda pode,

se devidamente solicitado, retomar a cruz de representante legítimo do povo palestino.

Assim é o estado natural das coisas no Médio Oriente.

O CONSELHO NACIONAL PALESTINIANO NA ARGÉLIA. PROCLAMAÇÃO DO ESTADO PALESTINIANO

Depois da crucial decisão do Rei Hussein de 31 de Julho de 1988, a OLP e Yasser Arafat — que teve aí procedimento assaz correcto evitando que a emoção primasse sobre a reflexão — se viam confrontados a dois desafios a que teriam de responder depressa e bem. O primeiro, em relação ao qual já tardava uma resposta, era a própria Intifada. Haveria que capitalizar o ganho interno e externo que vinha sendo obtido na Guerra das Pedras. Agora Hussein da Jordânia aumentava a parada e Arafat não a podia continuar ignorando, sem grave risco.

Foi assim dito que ao Parlamento no Exílio caberia tomar as medidas que a situação requeria, avançando-se desde logo aquelas que pelo seu impacto se afiguravam como únicas susceptíveis de corresponder à gravidade e importância do desafio que era posto ao povo palestino. Iniciava-se um processo sem dúvida difícil, que não tão cedo se concluirá, sendo certo que a sessão do CNP em Argel, a 12 de Novembro, não era senão um patamar no longo percurso da paz no MO.

Depois de variada negociação, um porta-voz da OLP podia já dizer a 10 de Outubro em Tunis que os chefes palestinos tinham chegado a acordo sobre a declaração de independência do estado palestino, acrescentando que ela se basearia na Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, de 1947, que propunha a divisão da Palestina em dois estados, israelita e árabe. Disse também que o Comité Executivo ainda preparava o texto da declaração política da OLP sobre o processo de paz no Médio Oriente, mas esquivou responder sobre o grau de reconhecimento de Israel que a OLP estaria apta a assumir.

Houve vária hesitação quanto à data e local da reunião extraordinária do CNP, mas finalmente acordariam os dirigentes palestinos sobre o primeiro local sugerido, Argel, e a data de 12 de Novembro, não sem que, já nas vésperas da reunião, a 4 de Novembro, George Habbache, chefe do FPLP, como já se referiu antes, reclamasse o adiamento sob o pretexto de

que o resultado das eleições israelitas fôra uma bofetada para os defensores da moderação, exigindo ainda que não fosse abandonada a opção militar como primeiro objectivo.

Ao Parlamento no Exílio — CNP — cabiam tarefas fundamentais:

1 — O reconhecimento de Israel. Arafat afirmava ao «New York Times», em 1984, dispor de uma só carta, o reconhecimento de Israel, e que só a jogará quando algo obtenha de substancial. Sabe-se, por outro lado, como se opõem ao reconhecimento homens como Habache, Jibril ou Hawateme;h;

2 — Lei Fundamental Palestiniana, que data de 1964, e que declarava nulas e como não existentes a divisão da Palestina de 1947 e a criação do Estado de Israel. Ou seja, pelo texto da carta fundamental o Estado de Israel terá de ser banido da região. Houve uma indicação positiva neste sentido quando Abou Iyad, segundo da OLP, dizia pensar a organização na criação de um estado palestino cujo programa político seria muito diferente da Carta Nacional actual;

3 — Declaração de Independência. Como já se referiu, a ideia seria basear a declaração unilateral de independência na Resolução 181, não se sentindo porém obrigada a OLP a aceitar as fronteiras previstas na dita Resolução: 57 por cento do território da Palestina para Israel e 43 por cento para um estado árabe palestino. Sabendo-se que a actual Cisjordânia e Gaza perfazem apenas 23 por cento do território do antigo Mandato da Palestina, logo se vê a implicação séria da advertência de Abou Iyad. Apesar de todas as armadilhas como essa e outras que contêm a declaração de independência, quer para israelitas — que por isso a repudiarão — quer para os próprios palestinos, ela revestiria, como bem viu Jean Pierre Langellier, uma tripla vantagem: acentuar mais o carácter palestino da Cisjordânia, abandonada aparentemente pela Jordânia, complicar a opção israelita da anexação e reforçar o estatuto diplomático da OLP;

4 — Governo no Exílio ou Governo Provisório — têm encorajado a OLP nesse sentido e depois de Sadate em 1973, Marrocos, Argélia e URSS. Em Dezembro de 87 Arafat dissera já que o assunto exigia exame aprofundado. O descomprometimento jordano de 31 de Julho tornou o assunto mais premente. A solução comporta muitas incógnitas, tais como a composição do governo ou a repartição entre os actuais dirigentes, isto é, entre os

chefes do exterior e do interior. Além disso, advertem os opositores, despromoveria o carácter militar da libertação da Palestina, tarefa primeira e central do estatuto da Organização.

Foi adiantada a ideia de um governo no exílio que no entender do proponente, Abou Iyad, evitaria por agora o escolha maior da definição das fronteiras, que só deverá sair da negociação entre as duas partes;

5 — Renúncia ao Terrorismo — conhecem-se as posições de Habbache sobre o uso da violência como única arma susceptível de fazer valer os direitos do povo palestino. Com ele alinham Jibril ou Hawatmeh, para não falar de Abou Abbas, e a Síria, entre outros estados. Há ainda uma série de grupos, pequenos ou pouco mais que isso, mas de provada terrível eficácia, como o Fatah — Comando Geral de Abou Nidal. Vê-se mal como se inclinam todos esses defensores da violência perante um eventual compromisso que só aceite o tratamento político da questão.

A 12 de Novembro, e apenas horas depois das últimas discussões e de arrancados os últimos débeis compromissos aos ultras, reunia em Argel, no Club des Pins, o Conselho Nacional Palestino — parlamento no exílio — que na noite do seguinte dia 14, e pela voz do Presidente do Conselho Executivo da OLP, sr. Yasser Arafat, proclamava a criação de um Estado Independente na Palestina: «o Conselho Nacional Palestino, em nome de Deus e em nome do povo árabe palestino, proclama o estabelecimento do Estado da Palestina sobre a nossa terra palestina com a Jerusalém Santa — Al-Qods Al-Cherif — por capital».

A par de uma certa inquietude ressentida em Jerusalém, logo viria o repúdio total. Itzhak Shamir declararia na rádio não só que a decisão «representa um passo mais da organização árabe terrorista na sua guerra contra a existência de Israel», como ela agora obriga a uma nova «luta diplomática de Israel para convencer todas as nações que pelo reconhecimento estarão ajudando os que querem exterminar o Estado de Israel».

Outro pensamento tiveram muitos estados, começando pela Argélia e a Turquia, que logo se precipitaram a reconhecer o novo estado.

A Europa mostrou-se mais reservada, e a posição assumida, além de reflectir a preocupação de não agravar Israel, busca o pretexto do carácter assaz vago da decisão que seria algo prematura, sem base jurídica dada a falta de um território com fronteiras bem determinadas e autoridades representativas legitimadas.

Os Estados Unidos afirmaram «encorajador» e contendo um «elemento positivo» o passo dado em Argel, mas logo diriam que os outros aí dados ficaram aquém do que era necessário para que se dissesse estar a questão efectivamente desbloqueada e nos carris certos.

Na verdade, que lado da balança é o mais rico, quando se compara o que foi ou não decidido e acordado em Argel pelo CNP? De um lado houve a declaração de independência de um estado palestino; a aceitação das Resoluções 242 e 338, do Conselho de Segurança, o que significa o implícito reconhecimento de Israel; e a renúncia ao terrorismo. Já é bastante, mas o que ficou por dizer? Não foram especificadas as fronteiras do novo estado, apenas mencionado que Gaza e Cisjordânia nelas se incluirão; não foi dado o passo decisivo e que importava, do reconhecimento explícito de Israel — o que levaria «Le Monde» a falar de um «Rubicon dans la pointe des pieds». Já em Estrasburgo, semanas antes, o chefe da OLP se mostrara esquivo a um pronunciamento claro quanto ao reconhecimento de Israel. Como já se disse isso era compreensível, estando ainda por realizar a sessão do CNP.

Mas, mais do que tudo, o CNP não anulou o artigo 22 da Carta Fundamental Palestiniana, aquele que proclamava a exigência da exterminação de Israel. Daí Shamir e até Peres falarem de farsa a moderação de Arafat e da OLP.

Não repudiou ou banuiu os ataques no interior de Israel ou nos Territórios Ocupados, antes reiterou o recurso à luta pela independência e a resistência ao ocupante.

E até Shimon Peres (um dos visados pelas decisões de Argel, sendo o outro George Bush) diria desalentado que «por detrás de uma cortina de fumo... de moderação, os palestinianos terão na verdade adoptado uma posição ainda mais extrema».

Poderá ter havido muita sincera emoção nas lágrimas dos assistentes no Club des Pins quando Arafat anunciou a criação do estado palestino. Mas passado esse momento de exaltação e ainda em Argel, homens como Habbache reduziam-lhe a importância e davam com isso razão a Washington e Jerusalém. Disse ele que lhe parecia duvidoso que as decisões tomadas significassem o reconhecimento mesmo implícito de Israel. Nos Territórios Ocupados, os responsáveis clandestinos da Intifada se queixavam,

por seu turno, de haver a OLP desperdiçado o capital acumulado com o levantamento e perdido assim a ocasião para negociar o fim da ocupação.

E há quem recorde que não em data muito longe — em Março de 88 — foi o Fath a anunciar em Beirute que o carro armadilhado, descoberto junto do hotel que abrigava George Schultz em Amã, visava precisamente este último. E ainda entre outros, recentes, o caso do ataque e sequestro do autocarro do laboratório nuclear de Dimona. Também não concorrerá para que os EU ou Israel aceitem sem hesitar a declaração sobre terrorismo quando se sabe que Abou Abbas, autor da aventura do Achille Lauro, se permitiu o tom sarcástico quando falou do assassinato do paraplético Klinhoffer.

Muitos observadores na Europa e nos Estados Unidos crêem que as decisões de Argel vêm demasiado tarde — e as novas hesitações de Arafat e da OLP, tal como a demora em responder ao projecto Moubarak, fazem-lhe recordar a recusa em 1947 do Cairo, Damasco, Amã e Bagdade do plano de partilha da Palestina e, vinte anos depois, os três «NÃO» de Khartoum — ou reconhecem-lhe apenas um valor simbólico, a que os dirigentes palestinos se viram obrigados perante o sucesso da Intifada e, como já se disse, pelo vácuo provocado pela retirada do Rei Hussein. E as decisões viriam tarde porque não só politicamente a facção israelita da intransigência consolidou posições, como o demonstraram as eleições de 84 e agora as deste ano, como a valsa hesitação geral deu tempo a que se formasse dentro de Israel uma força que até já assusta todo o israelita ponderado e adepto da forma democrática do seu país, e que ameaça subverter a racionalidade que o sionismo quis imprimir ao Estado de Israel como forma de o lançar no caminho do progresso e da modernidade, força essa que, como no Irão, ameaça imobilizar a acção política sob a vaga obscurantista e negra do integerismo.

Quando se pensa no ímpeto que ganham essas facções fanáticas, ainda há anos minúsculas, mas hoje já tentáculos longos endurecidos, e se recorda que têm pela frente na mesma terra e lugar uma outra forma de integrismo, o de carácter islâmico que logo na noite em que era proclamada a independência do estado palestino isso denunciava como manobra apressada para roubar a vitória da Intifada, ter-se-á talvez a imagem das dificuldades com que se deparam os responsáveis, a que não escaparão os likudistas mesmo

se agora se regozijam com posições extremadas de partidos como Herut e dos que lhe ficam ainda à direita.

Yves Cuau escrevia que Arafat teria alcançado dois êxitos em Argel, pesando porém muito diferentemente em relação aos interesses e preocupações de Jerusalém.

O primeiro êxito seria o do reforço da sua autoridade, no que ponho desde já as maiores dúvidas mesmo se se invoca a derrogação do princípio do consenso para adoptar o da maioria. A segunda vitória de Arafat viria da aceitação da Resolução 242 e do abandono do terrorismo, o que entreabriria a porta à integração oportuna da OLP num eventual processo de paz.

Por isso William Quandt, antigo conselheiro de Carter e perito do Médio Oriente, diria que sendo adquirido que não poderá haver solução negociada nos Territórios Ocupados sem a OLP, a reunião do CNP em Argel poderia ser o sinal de que o que fora uma organização terrorista estaria a dar a volta e a tratar de converter-se numa entidade já com estatura e modos de estado. Se assim for, erróneo será atentar apenas nas limitações e fraco alcance das decisões tomadas, devendo antes esperar-se que Arafat, depois de ver os resultados do passo dado, logo outros dê, melhor clarifique o seu pensamento e mais explícito se afirme. Isto escrevia em fins des Novembro de 88. Depois, parte desses passos já foram dados.

Os israelitas parecem com Shamir estar prontos para maior dureza nos Territórios Ocupados e para rejeitar Arafat e a OLP. Não lograrão senão mais exasperar os palestinianos do interior, reforçar a convicção da ineficácia da moderação nos ultras de Damasco e relançar as acções violentas na Galileia e as terroristas onde rendam bons juros. E corre-se assim o risco de ver Yasser Arafat cumprir a ameaça que não se coíbiu de brandir em Argel quando afirmou «eu posso a todo o momento voltar à presença do CNP e declarar que a moderação não paga».

Também há um outro elemento — que alguns muito invocam — e o desalento do chefe clandestino da Intifada há pouco referida dá todo o peso a este ponto e que vem formando a consciência, a percepção do que está bem no fundo das coisas reais que hoje balizam a causa palestiniana. Ou seja que mesmo reconhecendo sempre o papel representativo e a força aglutinadora da OLP, não é o que ela fará ou dirá que determinará verdadeiramente o curso dos acontecimentos, mas os 1 700 000 palestinianos vivendo sob uma ocupação e que embora tardiamente aprenderam a lidar com o

ódio que a humilhação institucionalizada lhes gerou. A lidar com o ódio e a usá-lo.

Diz-se que o Presidente Georges Bush se opõe a um estado palestino independente. Por outro lado, os seus conselheiros diriam que as posições definidas em Argel o foram em forma ambígua e inadequada, mas que seria importante não desprezá-las sob o pretexto de nada trazerem de novo. Diriam ainda que a aceitação das Resoluções 242 e 338 é um meio passo em frente pelos menos.

Quando isto escrevo, Georges Bush tem já programadas as visitas a Washington de Hosni Mubarak, do Rei Hussein e de Itzhak Shamir. Os dois primeiros fazem logo lembrar a reunião de Aqaba. E isso vai ao encontro da tese do grupo Bush que entende dever a Jordânia jogar um papel importante no processo de paz, incluindo o de associar-se aos palestinos numa confederação jordano-palestina.

Mas é evidente que como primeira resposta americana à nova imagem que a OLP e Arafat e o CNP se quiseram dar em Argel, e com ela criar o ambiente à abertura do processo de paz, nada podia ser mais elucidativo do que a recusa de Georges Schultz em conceder visto ao chefe da OLP para deslocar-se a Nova Iorque e aí enfrentar a Assembleia Geral das Nações Unidas, gesto logo classificado de passo em falso, mesmo em Washington.

E muitos observadores no Médio Oriente diriam essa recusa elucidativa também sobre quem determina o quê na política externa norte-americana para o Médio Oriente.

Do segundo desafio, a resposta da OLP ao vazio jurídico e administrativo criado na Cisjordânia, adiante falaremos.

ACELERAÇÃO DO PROCESSO PALESTINIANO

— A OLP reconhece Israel e consolida posições

— O reconhecimento norte-americano

Depois da recusa de Georges Schultz ao pedido de visto «para» que Arafat viajasse a Nova Iorque e confrontasse a Assembleia Geral, no debate sobre a Palestina, retirava-se momentaneamente a impressão de que a Intifada e a reunião do CNP em Argel seriam factos de um outro planeta, distante do que habitam um Itzhak Shamir ou um Schultz, muito embora tivessem

um e outro daqueles factos históricos levantado a causa palestiniana a um cimo político jamais atingido.

A seriação dos acontecimentos apontava entretanto para toda uma outra reflexão:

1 — A Intifada tivera o mérito de conter e precisar os objectivos da OLP, ao reflectir a vontade e a capacidade do povo palestiniano do interior de coexistir com Israel.

2 — O prolongamento da Intifada tornara claro que não mais poderia ser iludida a causa palestiniana.

3 — A Intifada servira o firme estabelecimento da representatividade da OLP e de Arafat.

4 — Para o que concorrera também a desmobilização do Rei Hussein em relação à Cisjordânia.

5 — A evolução de muitos estados árabes para a tácita aceitação de Israel.

Por isso podia Bassam Abu Sharif proclamar, depois de Argel, que a OLP já avançara para posições que lhe permitem reclamar o reconhecimento pelos EU. Mas, ao contrário, a recusa de Schultz não só não augurava quanto ao reconhecimento da representatividade da OLP, como parecia varrer todos os recentes adquiridos e dava a ideia de não evolução do processo. Primavam antes as posições de Shamir e até de Peres, que diriam ser a moderação de Arafat simples produto cosmético.

E entretanto e contra a expectativa, ritmo não seria quebrado com a recusa americana. Não só Arafat não cedeu à tentação de seguir os extremistas da Central Palestiniana, como a recusa de Schultz se revestiu do mérito de forçar a jogada da OLP, com Arafat a aumentar as paradas.

Porque Arafat continuava a usar a mesma embalagem ambígua, e havia que forçar-lhe as defesas e desimpedir a praça. Nos momentos cruciais da recente evolução política de Yasser Arafat se viria que as palavras que deviam ser decisivas e claras saíam da sua boca enroladas em algodão, senão propositadamente limitadas, como na renúncia ao terrorismo compassada com a insistência no direito dos palestinianos a «resistir à opressão por todos os meios».

Nem a consideração de que isso lhe impunha a estratégia no interior da OLP para evitar a ruptura com os extremistas ou, como escrevem Scott

Macleod e James Jackson, o próprio assassinato (recorde-se sempre Sartawi), faziam demover Washington, para nem falar de Telavive.

Fora no CNP em Argel, a 15 de Novembro, com a declaração de independência; fora em Estocolmo, a 7 de Dezembro, quando Arafat encontrou Hauser e mais quatro proeminentes judeus norte-americanos, fora em Genebra a 13 do mesmo mês no apelo à paz perante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Em todas elas persistia a linguagem do algodão e em todas Arafat limitava-se a reconhecer a existência de Israel, não o direito moral de Israel, não o direito moral de Israel a existir como estado. É certo ainda, e há que acentuá-lo aqui, no preciso momento em que em Argel o CNP adoptava uma resolução renunciando ao terrorismo em termos gerais, não só admitia a continuação de ataques em Israel e nos Territórios Ocupados, como se assistia à infiltração de comandos terroristas idos do Líbano para a Galileia do Norte.

Foi preciso uma conferência de imprensa, a 14 de Dezembro, para que Abou Amad arrancasse para a definição política nuclear: «no meu discurso de ontem (o que pronunciara perante a AG) ficou claro que nós consideramos... o direito, de todas as partes envolvidas no conflito do Médio Oriente, a existir em paz e segurança, e, como mencionei, incluindo o Estado da Palestina, Israel e outros vizinhos».

Israel, temendo já os reflexos desde apuramento de expressão por parte de Arafat, desencadeava, numa manifesta e ostensiva manobra destinada a provocar uma reacção violenta dos palestinianos que os desacreditasse, lançava nessa mesma ocasião o mais massivo «raid» por terra, ar e mar, depois da invasão de 1982, contra um posto de comando da Frente Popular para a Libertação da Palestina — Comando Geral de Ahmed Jibril, a Sul do aeroporto de Beirute, em Naameh, cerca de Damour.

Entretanto, já na sessão genebriana da Assembleia das Nações Unidas, o Embaixador Walter Vernon exortara Israel a evacuar os Territórios Ocupados. Tinha-se aí um sinal. E a cadência dos marcos políticos estabelecidos por Arafat, e até o impacte da violência e desproporção do ataque a Naamen, levariam Ronald Reagan a terminar o seu duplo mandato com uma iniciativa à Gorbachev. George Schultz proclamaria assim, no dia 14 de Dezembro, que «os Estados Unidos estão preparados para um diálogo substantivo com representantes da OLP». Punha-se assim termo à blocagem levantada por

Henry Kissinger em 1975 — preenchimento dos dois quesitos fundamentais: reconhecimento de Israel, abandono do terrorismo. Instruções foram dadas para que o Embaixador em Tunis, Robert Pellereau, contactasse o Quartel-General da OLP e logo marcasse o primeiro encontro.

Como se disse, respondem assim os EU em forma espectacular à dinâmica e agressividade da política externa de Mikhail Gorbachev. E alteram profundamente a paisagem política do Médio Oriente, e imprimem uma dinâmica de futuro à causa palestiniana, incluindo a OLP e os Territórios Ocupados, e quer o queira ou não Israel.

À praticamente unânime cadeia de reacções positivas se não entusiastas, na Europa e ao longo da nação árabe, opôs-se o estado de choque e de angústia das forças políticas em Israel. E em algumas, mais do que desgosto, se deverá ver e sentir repúdio visceral ao que têm por traição norte-americana.

Está Israel agora só e isolado na recusa a qualquer contacto com a OLP. No princípio da tormenta, buscaram o Likud e o Partido Trabalhista inspiração para ir além do impasse de mais de cinquenta dias na formação de governo, embora não nos termos ultrajantes da plataforma inicial do Likud. Esse reequilíbrio ideológico trará alguma dose de bom senso à política externa de Israel? Será possível, por exemplo, ultrapassar a cláusula chave da formação da coligação Likud-Trabalhista, a saber que um e outro dos seus constituintes rejeitam expressamente todo e qualquer diálogo com a OLP?

Como escreve Alain Gresh, «a história no Próximo Oriente hesita». Hesita, para depois desembocar sobre uma solução em que não haverá senão ganhadores? Porque a alternativa é estar-se de novo a desenhar os contornos de uma ocasião falhada e perdida, com todas as implicações de que se conhece o cortejo letal e fúnebre.

Como escrevi há meses, «só fica um caminho, a negociação. Nisso vai a sobrevivência de Israel. Nisso se alicerça a justiça para com um povo martirizado. Nisso se reconstituirá a integridade do Líbano, livre então de refugiados palestinianos, e da Síria e de Israel... Para isso é preciso negociar, negociar sem preconceitos, sem querer fazer da mesa de negociações outro campo de batalha para um só vencedor. A paz só se fará no Médio Oriente quando todos a ganharem. Um ano depois Gresh chega à mesma conclusão. Porque outra não poderá haver. De muitos padrinhos tem a causa médio-oriental beneficiado ultimamente. Primeiro os bons ofícios do Ministro dos Estrangeiros da Suécia, Stan Andersson, do Presidente Hosni Mubarak

e do Primeiro-Ministro Turgal Ozal, que permitiram o documento de Estocolmo e depois o discurso de Geneve e a conferência de imprensa que levaria ao diálogo directo americano-palestiniano em Tunis.

Agora é de novo Hosni Mubarak, numa prática política de «pequenos passos», na sua dança-tango de aproximação a Israel na busca da paz. Itzhak Shamir parece, por uma vez, não fugir ao passo. E se a missão Fernando Ordóñez conheceu o fracasso, talvez porque demasiado sôfrega, a de Lord Plumb já encontraria algum eco, pois conforme notícia «La Revue du Liban», de Beirute, seria o próprio Shamir a afirmar então que «poderiam vir a estabelecer-se contactos directos entre as partes em conflito em presença de representantes das grandes potências ou da organização internacional». E o jornal de Telavive «A Nação», escrevia a 5 de Janeiro sobre um plano de paz israelita prevendo um período de autonomia palestina de 3 anos nos Territórios Ocupados, a que se seguiriam negociações entre delegados palestinos eleitos com vista à criação de uma confederação jordano-palestina. É evidente que este plano está repleto de alçapões, mas é um começo, como foi a valsa hesitação de Arafat com respeito ao reconhecimento de Israel.

Como é a declaração de Arens, novo Ministro dos Estrangeiros em Telavive, de que o seu governo ainda não se fixara no regulamento a dar ao conflito israelo-árabe, mas que «trabalha», actualmente, na formulação da sua política sobre este conflito.

Como muito bem escreve Strobe Talbott «décadas de familiaridade com papel de Arafat, tanto do Dr. Hyde como de Mr. Jekyll, alimentaram senão o desprezo e o ódio ao menos a profunda suspeição». Suspeição, embora em grau diverso, também levantam os propósitos de Shamir e Arens.

Por isso dizia a «Revue du Liban», de Janeiro de 89, que aí se deveria estar em presença de uma fórmula para consumo interno no que respeita os dizeres de um e outro dos dirigentes likudistas, e acrescentava: «Chassez le naturel, il revient au galop.» Com isso dizendo que no fundo é o Likud refractário ao diálogo e persistente na recusa em trocar terra por paz. Será assim ou caminhar-se-á para uma fase nova de ambiguidades, desta vez marcadamente israelita?

Voltando a Talbot, aí veremos ser ele de opinião que a flexibilidade recente de Arafat «... Sounds like double-talk». It is double talk». E diz ainda que frequentemente a linguagem da política é essa, particularmente no

Médio Oriente. Tanto do lado árabe como do lado israelita. Vamos pois esperar que em matéria de flexibilidade, que aqui se inicia por um jogo de espelhos deformantes, isto é, de ambiguidades, isso dê, à sua maneira e moda, para os dois lados. Heverá apenas que aproveitar as boas vontades e os bons padrinhos para que seja o melhor de cada lado a preponderar.

Foi a Intifada que levou ao CNP de Argel e a Estocolmo e a Geneva. Foi Estocolmo e Geneva que levaram à abertura do diálogo norte-americano-OLP. Como dizia alguém, a OLP aceitou agora o direito de Israel a existir e os EU aceitaram essa aceitação. Isso depois de muita ambiguidade do lado da OLP. Itzhak Shamir recusa mover-se de uma só polegada do «West Bank». Mas já fala de plano autonómico e de confederação jordano-palestiniana. Isto é, deixa entender movimento. Há nisso ambiguidade? Esperemos que sim — e muita. Que lhe permita dar volta no momento adequado. Mas há quem tema o contrário. Como ainda dizia o comentador político norte americano, a ambiguidade israelita não é suficientemente grande e que no momento em que a «...OLP e os seus chefes se vão tornando menos rejeicionistas, os de Israel estão a tornar-se mais. Israel pode estar a proceder a uma autotransformação da pior espécie». Que se vá o mau augúrio e esperemos que a pressão demova as resistências hebraicas.

Aos palestinianos ofereciam-se duas possibilidades antes do 8 de Dezembro de 1987, início da Intifada: negociações ou luta armada. Mas negociações certamente em posição enfraquecida. A Intifada aparece, «a posteriori», como uma terceira via, posto que desencadeou a tomada de posição de Hussein e esta abre espaço a uma outra possibilidade de estratégia: a da afirmação da personalidade política não na escalada do terror, mas através da declaração de independência que a avizinha do estatuto de estado.

Será essa, aliás, como escrevia Jerome Segal, da Universidade de Maryland, a única forma de não perderem a Intifada e o encontro com a história.

Quando Israel, falaciosamente aliás, se cria já ao abrigo de ameaças depois da assinatura do tratado de paz com Sadate, eis que dentro da sua esfera e jurisdição lhe rebenta um abcesso que ameça contaminá-la do interior, infecção que, como escrevia André Fontaine, não seria debelada tão cedo. É era ele ainda a invocar os propósitos do Rei Hussein que já em 85 os tivera parecidos em conversações comigo em Amã: de que urge fazer algo no que respeita o problema palestiniano senão será o desespero total.

E este é fermento para todas as violências que ninguém poderá dizer se serão circunscritas.

Toda a gente responsável parece sabê-lo: já em Campo David se falava de «autoridade autónoma». As Nações Unidas e o Conselho Europeu reconheceram-no. Brejnev e Carter e ainda Giscard d'Estaing falaram de pátria ou «foyer» palestino e todos se ficaram pelas palavras, paralisados, a começar pelos directos interessados.

Mas o drama, a tragédia com mais propriedade, é que se está em presença de duas nações que o medo separa, pois que as duas ancoradas ainda em propósitos, e acções consequentes, diametralmente opostos, até agora representados, por exemplo, na Resolução do 12.º Conselho Nacional Palestino (Parlamento), de Junho de 1974, pela qual a OLP se comprometia «a lutar contra qualquer projecto de entidade palestina cujo preço seja o reconhecimento do inimigo», e as de Begin, em 19 de Março de 1979, quando em pleno debate de ratificação dos acordos de Campo David afirmava: «Israel jamais permitirá que seja criado um estado palestino na Cisjordânia». Aí está a raiz da intransigência, da intratabilidade das duas partes. Aí está a raiz do levantamento popular nos Territórios Ocupados.

Aí estará a raiz da destruição se, no seguimento das teses de Begin e Shamir, e na total ignorância do mundo externo, persistirem numa política que vá desembarcar na anexação.

Porque anexação é estado binacional e estado nacional é o Líbano potenciado. Contra isso se levantam Rabin e Yeshofat Harbaki, ambos numa visão clara do conteúdo vivo do conceito de defesa nacional, que reclama uma comum defesa do interesse nacional. E não haverá essa comum defesa num estado constituído de duas nações que se voltam as costas. E logo antagónicas nos seus interesses próprios.

A Intifada, mais do que qualquer outro elemento na história de 40 anos de Estado de Israel, mesmo nos piores momentos do Youm Kippour em que não falhou a crença de que o exército resolveria o problema, veio criar uma psicose do futuro. Para onde quer que nos voltemos lá está a questão do futuro: com quem e como? Todas as análises nisso se debruçam e demoram. Porque agora, ao contrário do tempo das guerras, já não é certo, mesmo entre os intolerantes e os imobilistas, que a vitória armada seja tão segura como isso.

Que isso pese no coração e na mente dos homens da região, israelitas e palestinos, e faça deles os construtores do futuro.

Luiz Gonzaga Ferreira

Embaixador

OBRAS E IMPRENSA CONSULTADAS

POLITIQUE ÉTRANGÈRE — Institut Français de Relations Internationales.

PANORAMA D'ACTUALITÉ, Beirute, anos 84-87.

FOREIGN AFFAIRS — Council on Foreign Affairs, New York, n.º Spring 1988.

L'OFFENSE ET LE PARDON — Amine Gemayel.

COMMUNAUTÉS ET POUVOIR AU LIBAN — Georges Charaf, Édition du CÉDRE.

«LA REVUE DU LIBAN», Beirute; «L'ORIENT LE JOUR», Beirute; «DAILY MORNING», Beirute; «NOUVEAU MAGAZINE», Beirute; «TISHRIN», Damasco; «JORDAN TIMES», Amã; «TIME» e «NEWSWEEK», USA; «HERALD TRIBUNE», Zurique; «LE MONDE», «LE FIGARO», «L'EXPRESS», Paris.

**A SITUAÇÃO ENERGÉTICA NACIONAL
E A NOVA ORDEM ENERGÉTICA A DESENVOLVER**

A SITUAÇÃO ENERGÉTICA NACIONAL E A NOVA ORDEM ESTRATÉGICA A DESENVOLVER

I — A SITUAÇÃO ENERGÉTICA NACIONAL

A situação energética nacional pode caracterizar-se por:

- a) Fortíssima dependência externa quanto ao abastecimento energético do País (rondando os 85 por cento).
- b) Enorme peso do petróleo bruto nessa dependência (sensivelmente 75 por cento do consumo total dos combustíveis).
- c) Diversificação das fontes energéticas muito reduzida.
- d) Peso exagerado da energia no PIB o que mostra o carácter energívoro das principais indústrias nacionais.
- e) Consumo energético «per capita» muito inferior ao da generalidade dos países europeus.
- f) Necessidade de aumentar significativamente o consumo de energia para aumentar o desenvolvimento da economia nacional.
- g) Conhecimento incompleto dos recursos energéticos nacionais.

A ilustrar a caracterização feita apresentam-se alguns quadros elucidativos.

QUADRO I
BALANÇO ENERGÉTICO (1986)

Energia primária	12 449 Ktep
Nacional	1 844 Ktep
Estrangeira	10 605 Ktep

Se desagregarmos os valores do QUADRO I temos a seguinte imagem (QUADRO II).

QUADRO II
ENERGIA PRIMARIA CONSUMIDA (1986)

De origem nacional 14,8%	— Carvão	138 Ktep
	— Hidroelectricidade	735 Ktep
	— Lenhas e resíduos	971 Ktep
De origem Estrangeira 85,2%	— Carvão	1 312 Ktep
	— Petróleo	9 131 Ktep
	— Electricidade	162 Ktep

Temos pois uma dependência externa no ano em consideração (1986) de 85,2 por cento contra cerca de 43 por cento como média da CEE.

Interessará agora averiguar como repartimos, por tipos de fontes, a energia primária que consumimos (QUADRO III).

QUADRO III
REPARTIÇÃO DA ENERGIA PRIMARIA POR FONTES

Fonte		%
Carvão		11,7
Petróleo		73,3
Hidroelectricidade		7,2
Lenhas e resíduos		7,8

Também nesta repartição verificamos a fortíssima dependência de uma só fonte, a do petróleo, contra o que se passa na generalidade dos países da CEE (QUADRO IV).

QUADRO IV
REPARTIÇÃO DA ENERGIA PRIMARIA POR FONTES NA CEE (%)

Carvão	23,2
Petróleo	45,0
Gás natural	18,0
Energia nuclear	12,0
Hídrica/geométrica	1,5
Outras	0,3

No entanto convém acompanhar a análise da situação energética nacional com a ventilação do consumo da energia final por sectores de actividade económica. É o que fazemos ao apresentar os valores do QUADRO V em que se cotejam os valores nacionais com os da média dos países da CEE.

QUADRO V

CONSUMO DA ENERGIA FINAL POR SECTORES DE ACTIVIDADE

<i>Sectores</i>	<i>Consumo de energia final</i>	
	<i>Média CEE %</i>	<i>Portugal %</i>
Indústria	31,5	40,1
Transportes	26,8	36,3
Doméstico/Serviços	38,4	18,1
Agricultura e Pescas	3,4	5,4

Verifica-se que a indústria nacional, menos evoluída que a comunitária, é, contudo, mais energívora. Acresce que o nosso país consome também mais energia nos transportes com toda a debilidade que este sector contém. No residencial e serviços a despeito de as condições climáticas favorecerem menor dispêndio de energia, o melhor bem-estar da média dos países comunitários explica o gasto do dobro da energia da que consagramos a este sector.

Estão assim detectados pontos fulcrais da nossa situação energética:

- uma indústria que necessita de utilizar de modo mais racional a energia que gasta;
- um sector de transportes a pedir urgentes medidas que vão da melhoria das condições de tráfego até modificações estruturais no transporte de bens e pessoas;
- um sector residencial que deverá aumentar o seu gasto em função da melhoria das condições de vida.

Na sequência do que afirmamos vale a pena analisar as capitações energéticas nacionais e sua comparação com as comunitárias (QUADRO VI).

QUADRO VI

	<i>Capitação bruta</i>	<i>Capitação dos sectores doméstico/serviços</i>
Portugal	1013 Kgep/hab	170 Kgep/hab
Média CEE	3194 Kgep/hab	876 Kgep/hab

No sector da indústria tem-se (QUADRO VII).

QUADRO VII

Portugal	297 Kgep/hab
Média CEE	661 Kgep/hab

Tem interesse retomar os valores do consumo de energia final referidos no QUADRO V e proceder à sua ventilação (QUADRO VIII).

QUADRO VIII

<i>Sector</i>	<i>% Total</i>	<i>Ventilação</i>	<i>% parcial</i>
Indústria	40,2	Carvão Petróleo Electricidade Lenhas e resíduos	10,9 60,3 18,8 10,0
Transportes	36,3	Rodoviário Ferroviário Aéreo	84,3 — petróleo 100 7,4 } petróleo 51 } electricidade 49 8,3 — petróleo 100
Doméstico/ /serviços	18,1	Carvão Petróleo Electricidade Lenhas e resíduos	0,2 41,0 37,4 21,4
Agricultura e pescas	5,4	Carvão Petróleo Electricidade Lenhas e resíduos	— 95,7 2,9 1,4

A ventilação apresentada é elucidativa no que concerne ao enorme peso que o consumo de petróleo tem na nossa economia. Esse «peso» é gritante no sector dos transportes e da agricultura e pescas e muito relevante nos dois restantes. Por outro lado verifica-se que o peso das lenhas é importante quer no uso doméstico quer na própria indústria.

Igualmente vamos retomar os valores do QUADRO III e inseri-los em um conjunto de dados, desde 1973, que nos dão uma perspectiva do tipo de energia primária que temos vindo a consumir desde o primeiro choque petrolífero (QUADRO IX).

QUADRO IX
TIPO DE ENERGIA PRIMARIA CONSUMIDA (%)

<i>Tipo de energia</i>	1973	1979	1980	1981	1984	1985	1986
Carvão	6,7	4,6	4,2	3,6	3,8	6,9	11,7
Petróleo	75,4	78,1	79,9	82,0	80,8	75,0	73,3
Hidroelectricidade	8,7	10,0	8,5	6,9	8,0	10,0	7,2
Lenha e resíduos	9,2	7,3	7,4	7,5	7,4	8,1	7,8

É notável a persistência no consumo do petróleo. Só tardiamente se está a assistir à integração crescente do consumo do carvão que se aproxima agora dos 12 por cento. A hidroelectricidade situa-se em níveis estáveis entre 7 a 10 por cento consoante o ano hidrológico é seco ou húmido. É de salientar que a participação das «lenhas e resíduos» acompanha a da hidroelectricidade.

De especial interesse são os valores do QUADRO X.

QUADRO X
CONSUMOS PARA A PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE

<i>Tipo de energia primária</i>	ANOS		
	1981 %	1985 %	1986 %
Carvão	3,6	8,0	22,5
Petróleo	74,6	53,1	51,9
Hídrica	17,6	33,4	21,6
Lenhas e resíduos	4,2	5,5	4,0
Coeficiente de hidraulicidade	0,54	1,02	0,76

Com efeitos pelos valores do QUADRO X se verifica que a contribuição do consumo do carvão se acentua. Verifica-se ainda como a quota-parte da energia hídrica está íntima e directamente relacionada com o regime hidrológico do ano em causa. 1981 foi um ano acentuadamente seco, 1985 foi um bom ano hídrico. É de interesse o acentuado decréscimo da queima de petróleo para a produção de electricidade.

II — UMA NOVA ORDEM ENERGÉTICA

Do exposto e ilustrado nos diversos quadros apresentados há que definir uma nova ordem energética para o país. Esta supõe os seguintes vectores a serem devidamente considerados:

- utilização racional da energia procurando melhorar a eficiência dos consumos específicos de produção e de funcionamento;
- melhor conhecimento dos recursos energéticos nacionais, nomeadamente as energias renováveis sempre que economicamente justificável;
- diminuir a dependência energética do exterior, em especial do petróleo, diversificando adequadamente as fontes de energia primária;
- desenvolver processos, tecnologias, equipamentos e produtos energéticos adoptando-os à realidade do nosso país e ao modelo de desenvolvimento económico adoptado.

A implementação da nova ordem energética implícita nos vectores apontados supõe o envolvimento dos mais diversos sectores sócio-económicos. Na realidade o carácter horizontal do sector energético impõe a sua articulação com todos os sectores que aquele percorre transversalmente.

Assim salientam-se como mais relevantes as acções seguintes já referidas no PRODESREDI.

- *Infra-estruturas de base*: a necessidade de criar, melhorar e reforçar os canais de acesso rodoviários, ferroviários e marítimos, e de prover de meios logísticos capazes de promover fluidez no escoamento de bens e pessoas, (vagões, material de tracção, ramais ferroviários, cais marítimos, estrutura ferroviária urbana, estradas, construção de interfaces para transporte intermodal).

- *Infra-estruturas tecnológicas*: necessidade de promover o desenvolvimento de tecnologias energéticas para diversificação e utilização racional de energia com as inerentes consequências ao nível das acções de I, D & D.
- *Indústria*: como sector fortemente consumidor, justifica uma acção concertada no sentido da melhoria da sua eficiência energética com repercursões directas no aumento da competitividade. Algumas unidades apresentam grandes potencialidades de autoprodução de energia que há também que incentivar.
- *Agricultura e Pescas*: aproveitamento e utilização de fontes de energias renováveis no sector primário e no sector de actividade de transformação de produtos agrícolas e de pesca.
- *Turismo*: Incluído no sector dos serviços, que de uma forma geral se encontra em franca expansão no sentido de tercearização da economia, apresenta a tendência para um aumento importante da energia consumida. Torna-se assim necessário melhorar a concepção das instalações do ponto de vista energético e a procura de soluções e energias alternativas, nomeadamente a energia eléctrica.
- *Saúde e Educação*: como sectores consumidores devem ser o motor de muitas soluções alternativas de aquecimento de águas e ambiente, construção racional e gestão de consumos.
- *Emprego, Formação e Ensino*: a necessidade de formar e reciclar técnicos para a Energia e reconverter técnicos que, por exigência da gestão energética e da racionalização das empresas, deixarão de ser utilizados no sector.
- *Habitação e Construção*: criação de regras e condições técnicas de forma a minimizar o factor energético no binómio conforto/consumo de energia.

III — O PLANO ENERGÉTICO NACIONAL

Pretende o Governo possuir um Plano Energético Nacional que nas palavras do Ministro da Indústria e Energia na posse dos seus Grupo Executivo e Comissão Consultiva deverá ser «um instrumento flexível e continuado de reflexão e reunião de informação sobre o sector», criando-se um «forum onde estejam presentes as diferentes interfaces entre a energia e outras áreas».

A planificação energética implica uma abordagem coerente dos dados estatísticos comparáveis e o uso adequado de uma metodologia. Supõe a realização de várias etapas tais como: análise do mercado em causa, definição do objectivo a atingir, escolha dos meios a empregar para isso, qual o suporte político para esses meios e flexibilização entre os objectivos procurados e definidos e os meios encontrados de modo a permitir adaptações às modificações estruturais eventuais da cena energética.

O PEN deverá corresponder a um acto de concepção e de reflexão sobre o futuro contendo um conjunto de jactos de luz iluminando escolhas possíveis, contendo os elementos necessários que os suportam de modo a possibilitar uma política energética que compete ao Governo definir e implementar.

Numa sociedade relativamente rígida quanto ao consumo energético em qualquer dos seus sectores (primário, secundário e terciário), em um país com várias vulnerabilidades sócio-económicas marcantes, uma vigorosa política energética poderá e deverá ser um dos pontos de apoio da renovação e do desenvolvimento que tanto desejamos.

E quando nos referimos às grandes vulnerabilidades que nos são endémicas, para além do pesadíssimo défice energético que nos impõe a importação de mais de 80 por cento da energia primária que consumimos, estamos a pensar no elevado défice alimentar que nos obriga a importar cerca de metade do que comemos, estamos a pensar na grande assimetria qualitativa e quantitativa no que diz respeito à ocupação humana, industrial e científico-cultural da nação, traduzida no contraste entre um litoral activo e veloz e um interior desertificado e lento, estamos ainda a pensar na debilidade do nosso parque industrial e na forte carência científico-tecnológica que nos caracteriza.

Para obviar a tais vulnerabilidades uma correcta política energética dará contributos relevantes.

Esperamos que tais contributos se traduzam, pelo menos por dois efeitos muito importantes: um «efeito tecnológico» e um «efeito estrutural».

O «efeito estrutural», que será determinante na homogeneização do desenvolvimento nacional, supõe o deslocamento adequado das estruturas do primário, do secundário e do terciário no sentido do uso racional da energia com os seus concomitantes ajustamentos. Não haja dúvidas que este «efeito estrutural» precisa de uma mola que vença a nossa inércia, alguma dela com peso histórico, e que a «mola energética» se nos afigura a mais

ágil para promover as mutações urgentes. Mas este «efeito estrutural» exige como suporte um outro efeito: o «efeito tecnológico». Este supõe a evolução das técnicas no sentido de uma maior eficácia adaptando o aparelho produtivo ao sistema de preços reais da energia.

IV — INSTRUMENTOS PARA A PROMOÇÃO E APOIO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Referimos oportunamente os quatro vectores básicos da nova ordem energética a instalar no país, bem como algumas acções relevantes e sequentes a implementar.

Os principais instrumentos recentemente postos a funcionar como motor de arranque daquela nova ordem energética são:

- 1 — O Programa Comunitário Valoren
- 2 — Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia (SIURE)
- 3 — Legislação sobre a produção independente de energia eléctrica
- 4 — Regulamento da gestão do consumo de energia
- 5 — O programa de Demonstração em Energia da Direcção-Geral XVII da CEE.

O Programa Comunitário VALOREN em realização no quinquénio 1987-1991, dispõe de cerca de 10,5 milhões de contos do FEDER e procura o desenvolvimento regional por meio da valorização do potencial energético endógeno, da utilização racional da energia e da substituição do petróleo.

Até Agosto de 1988, a aplicação do Programa Valoren às candidaturas das entidades públicas levou à aprovação de comparticipações a fundo perdido no valor de 2 173 390 contos. Este montante corresponde a 55,2 por cento do investimento correspondente às 136 candidaturas seleccionadas.

A comparticipação em projectos de entidades privadas enquadráveis neste programa será iniciada com a entrada em vigor do SIURE.

No QUADRO XI apresenta-se o potencial dos recursos energéticos renováveis tomados de FERREIRA & CABRAL (1987).

Muitos autores salientam que a «economia de energia» é o nosso maior «jazigo energético» que urge explorar, consistindo consequentemente uma importante «fonte energética».

Tomamos do estudo de FERREIRA & CABRAL (1987), referindo no QUADRO XII o potencial energético da utilização racional de energia.

QUADRO XI
 POTENCIAL DOS RECURSOS ENERGÉTICOS RENOVÁVEIS
 PORTUGAL

<i>Tipo de Energia</i>	<i>Potencial Estimado Ktep/ano</i>	<i>Estrutura (%)</i>
Solar térmico	215	4,6
Solar fotovoltaico	5	0,1
Eólica	38	0,8
Hídrica	1700	37
Biomassa sólida	2500	54
Biogás	10	0,2
Geotermia baixa entalpia	8	0,2
Geotermia alta entalpia	151	3,1
TOTAL	4627	100

QUADRO XII
 POTENCIAL ENERGÉTICO DA UTILIZAÇÃO RACIONAL DE ENERGIA
 PORTUGAL

(Ktep/ano)

<i>Regiões</i>	<i>Potencial Assegurado (a)</i>	<i>Potencial Estimado (b)</i>	<i>Total (a) + (b)</i>	<i>Estrutura (%)</i>
NORTE	90.0	60.0	150.0	25.0
CENTRO	96.0	67.0	163.0	27.2
LISBOA E VALE DO TEJO	160.0	116.0	276.0	46.0
ALENTEJO	1.5	1.0	2.5	0.4
ALGARVE	1.0	1.0	2.0	0.3
AÇORES	2.5	2.0	4.5	0.8
MADEIRA	1.0	1.0	2.0	0.3
TOTAL	352.0	248.0	600.0	100.0
INVESTIMENTO (10 ⁹ esc) 1987 (c)	40.0	28.0	68.0	—

Fonte: Direcção-Geral de Energia

(a) Potencial economicamente favorável e realizável em 5 anos

(b) Potencial estimado e economicamente viável, a adicionar ao potencial assegurado

(c) Estimativa

Admite-se que o potencial energético da utilização racional de energia é de cerca de 600 Ktep/ano prevendo-se para a sua utilização um investimento da ordem de 68 milhões de contos, com tempos de retorno bruto do investimento que vão de alguns meses a cinco anos.

O regulamento sobre produtores independentes de energia eléctrica (Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio e Portaria n.º 445/88, de 8 de Julho) institucionaliza a actividade da produção descentralizada de energia eléctrica. Deste modo qualquer entidade pode exercer, de forma independente da EDP, a produção de energia eléctrica a partir de recursos renováveis, combustíveis nacionais ou resíduos (potências instaladas até 10 000 KVA) ou a partir de instalações de cogeração incluindo o aproveitamento de efluentes térmicos.

Estabeleceu-se o enquadramento jurídico necessário para o aproveitamento de boa parte das potencialidades energéticas endógenas que se admite que no sector das pequenas centrais hidroeléctricas deve ascender a 1000 GWh anuais.

O sistema de incentivos à utilização racional de energia — SIURE — reformula o anterior Sistema de Estímulos, sendo de salientar:

- a) a abertura do Sistema a todos os consumidores e formas de produção de energia, em qualquer sector de actividade, apenas se excluindo os consumidores domésticos;
- b) o alargamento do tipo de operações e despesas elegíveis sendo de considerar as actividades de estudos, projectos e auditorias energéticas;
- c) a articulação dos apoios nacionais com os programas comunitários de apoio aos investimentos e às actividades de I, D&D no sector energético.

O SIURE prevê três fases anuais de entrega de candidaturas (Janeiro, Maio e Setembro), tendo já existido uma fase extraordinária (de 6 de Julho a 19 de Agosto de 1988). O SIURE foi criado pelo Decreto-Lei n.º 188/88, de 27 de Maio e regulamentado pela Portaria n.º 334/88 da mesma data.

O regulamento de gestão do consumo de energia (Decreto-Lei n.º 58/82, de 26 de Fevereiro e Portaria n.º 359/82, de 7 de Abril) contém os princípios da gestão da energia e define as obrigações dos maiores consumidores no que concerne ao conhecimento das condições em que usam a energia, bem como a definição e execução de medidas e investimentos para reduzirem os seus consumos específicos. Este regulamento foi revita-

lizado com a publicação, em 1987, dos consumos específicos de energia de referência para 22 subsectores industriais. Mais recentemente (Despacho n.º 10/88, de 17 de Maio — D. R. II Série de 1988.05.30) generaliza a sua aplicação aos consumidores intensivos de todas as actividades.

Para a realização dos estudos (auditoriais energéticos e programas de actuação) assim como dos investimentos, podem as entidades abrangidas por este Regulamento recorrer aos apoios do SIURE.

O programa de Demonstração em Energia é importante pois permite a promoção das novas tecnologias energéticas nos domínios das economias de energia, dos recursos energéticos alternativos, da substituição dos hidrocarbonetos e da liquefação/gasificação dos combustíveis sólidos.

O apoio financeiro da Comunidade pode ser atribuído a um projecto no seu conjunto ou a suas diferentes fases. Este apoio pode ser, no máximo, igual a 40 por cento do custo do projecto.

Nos QUADROS XIII e XIV refere-se o esforço que a Comunidade vem fazendo com o programa de Demonstração em Energia iniciado em 1978 e a terminar em 1989, bem como os benefícios que Portugal colherá com os projectos apresentados em 1988.

QUADRO XIII

RESULTADOS DO PROGRAMA DE DEMONSTRAÇÃO EM ENERGIA

1978-1987

<i>Tipo de projecto</i>	<i>N.º de Projectos</i>	<i>Apoio total MECU</i>
Fontes energéticas alternativas	720	225
Conservação de energia	571	224
Gasificação e liquefação de carvões	50	193
Substituição de hidrocarbonetos	104	101

Portugal beneficiou em 1986 e 1987 de uma comparticipação comunitária da ordem dos 647 000 contos.

QUADRO XIV

<i>Projecto</i>	<i>Custo total Contos</i>	<i>Participação comunitária Contos</i>
Produção de Biogás/Electricidade a partir de resíduos florestais — Vagos.	185 950	52 680
Construção de uma unidade integrada de produção de Carvão Vegetal e Cal a partir de resíduos florestais — Penacova.	138 000	47 200
Electrificação pela via fotovoltaica de uma aldeia de pescadores — Iha da Berlenga.	47 598	19 039
Utilização de recursos geotérmicos de baixa entalpia em 2 Hospitais — Lisboa.	423 405	83 386
Recuperação de calor residual numa cimenteira — Souselas, Centro.	2 110 000	432 000
Recuperação de uma central mini-hídrica abandonada — Rei de Moinhos.	130 000	33 600
Produção de calor a partir da combustão em leito fluidizado de resíduos de cortiça — Lourosa.	151 200	50 400
Instalação de uma central de gaseificação de eucalipto — fábricas da Soporcel.	700 000	124 300
Produção combinada de calor e electricidade em fábricas de aglomerados de madeira — Mangualde.	946 000	152 400
Utilização de uma nova geração de painéis concentrados (CPC 1.2X) no aquecimento de águas numa fábrica de curtumes — Benedita.	21 650	8 500
Estudo de viabilidade da instalação de uma central integrada de carvões portugueses de baixa qualidade.	43 680	17 472
Construção de uma caldeira de leito fluidizado para queima de carvões portugueses de baixa qualidade.	75 600	30 231

Para o ano passado (1988) a situação está ilustrado no QUADRO XIV. Verifica-se que os 12 projectos apresentados e aceites envolvem um investimento total da ordem de 5 milhões de contos sendo a contrapartida global da CEE de cerca de 20 por cento, ou seja um milhão de contos.

Lúis Aires de Barros

Professor do IST

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, J. J. & CABRAL, M. (1987, «Os Recursos Energéticos Nacionais no Âmbito do Programa Valoren». 2.º Encontro de Dirigentes do SNPRCN, tróia.

**ACERCA DOS AÇORES E DO ACTUAL TRAÇADO
DOS LIMITES DOS COMANDOS ATLÂNTICOS DA OTAN**

Raul François Martins

ACERCA DOS AÇORES E DO ACTUAL TRAÇADO DOS LIMITES DOS COMANDOS ATLÂNTICOS DA OTAN

1. As diferentes opiniões e a colocação do problema

Desde o fim da década de setenta que tem vindo a ganhar força, entre analistas e responsáveis políticos portugueses, a ideia da conveniência, para Portugal, na alteração do traçado dos limites dos Comandos atlânticos, de forma a que os Açores passassem da área de responsabilidade do WESTLANT, com sede nos EUA, para a área IBERLANT, com sede em Lisboa. A partir da entrada da Espanha para a OTAN, a convicção dessa conveniência reforçou-se, e o actual governo, bem como os chefes militares portugueses, têm-na expressado pública e repetidamente. Responsáveis da Aliança, como o general Altenburg, ex-presidente do Comité Militar, e Lord Carrington, ex-secretário geral, ambos quando ainda no desempenho daquelas funções, também exprimiram publicamente a sua aprovação ao ponto de vista português sobre essa matéria ⁽¹⁾. Recentemente, declarações do Governo português afirmam a anuência dos EUA à transferência dos Açores, transferência que porém se limitaria às responsabilidades de defesa territorial das próprias ilhas (que são as do ISCOM AZORES) e não às responsabilidades de vigilância e controle da vasta área marítima que, para esses efeitos, depende das Forças dos EUA baseadas nos Açores.

Não tem, porém, sido unânime, entre os analistas e políticos portugueses, a adesão àquela ideia. Nos últimos tempos, sobretudo, tem-se verificado, ao que me parece, um relativo aumento da frequência de artigos pondo em causa as possíveis vantagens da alteração pretendida ⁽²⁾. Uns argumentam a irrelevância dessa alteração, recordando que tanto o

⁽¹⁾ Veja-se, por exemplo, artigo de 2 de Março de 1987, no jornal «Cambio 16» da autoria de Edmundo Couto Torres, correspondente em Lisboa.

⁽²⁾ Esses artigos têm sido publicados em diversos jornais, diários e semanais, escritos por alguns dos mais conceituados e conhecidos especialistas portugueses nestas matérias.

IBERLANT como o WESTLANT são comandos subordinados do ACLANT, com sede nos EUA, que o comando do IBERLANT, embora atribuído a um almirante português, não é um comando português mas sim um comando OTAN, e que o traçado dos limites dos vários Comandos OTAN tem a ver com as responsabilidades geoestratégicas daqueles Comandos na perspectiva global daquela Organização, e não com os espaços de soberania dos vários países membros, aduzindo com demonstração de tal facto a repartição dos territórios de vários outros países por Comandos diferentes, e também a atribuição de Forças militares do mesmo país a vários Comandos, como acontece aliás em Portugal, com forças atribuídas ao ACE e ao ACLANT. Outros, argumentam mesmo a inconveniência, para os interesses portugueses, da inclusão dos Açores no IBERLANT, alegando que tal inclusão implicaria necessariamente a possibilidade da Espanha obter o controle da parte atlântica do eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, amputando assim o IBERLANT das suas responsabilidades na vigilância e controle dos acessos do Atlântico Sul para o Norte e das entradas atlânticas no estreito de Gibraltar, afastando Portugal duma área que esses analistas consideram de interesse vital para a Segurança Nacional, perca essa que não seria compensada pela integração dos Açores numa «entidade desvitalizada» como é o IBERLANT. Alegam ainda, na mesma linha de argumentação, o facto de que constituiria uma vulnerabilidade nacional conceder à organização militar da OTAN o papel de «agregador da coesão dos territórios portugueses», «sendo um grave risco de soberania entender o espaço estratégico nacional como a secção portuguesa da OTAN», acrescentando por vezes que a situação que viria a ser criada com a inclusão dos Açores e exclusão das Canárias viria agravar a dependência portuguesa relativamente aos EUA, enquanto que a permanência dos Açores no WESTLANT poderia funcionar, de certo modo, como equilibradora da pressão hegemónica da Espanha. Finalmente, têm aparecido também argumentos pondo em relevo a dificuldade da Aliança poder aceitar uma proposta que conduziria à fragmentação do IBERLANT em duas áreas (Madeira-Açores a Norte, Canárias a Sul) com todas as implicações negativas que isso traz aos importantes «requisitos estratégicos e políticos postos pela direcção e controlo de qualquer área ou ponto focal marítimo».

Estes argumentos, que procurei listar de forma sintética e que me parecem conter o essencial da oposição à ideia da inclusão dos Açores

no IBERLANT, organizam-se em torno de três aspectos: questões que poderemos talvez designar por «técnicas», relacionadas com a própria organização e funcionamento da estrutura militar da Aliança, questões político-estratégicas relacionadas com o papel da Espanha no Atlântico, questões político-estratégicas ligadas à relação bi-lateral entre Portugal e os EUA. Julgo que os aspectos relacionados com a organização e funcionamento da estrutura militar da Aliança não são relevantes para o fundo do problema, isto é, não serão geradores nem das dinâmicas que pretendem a alteração dos limites do IBERLANT, nem daquelas que se lhes opõem, mas funcionarão apenas como obstáculos ou condições àquela. O fundo de todo este problema estará pois ligado às relações entre Portugal, a Espanha e os EUA e residirá muito menos no âmbito geral da OTAN, do que no dos problemas de Segurança e de Soberania no interior da Região Ibero-Magrebiana, em cujo contexto deve ser analisado. É o que tentarei fazer a seguir.

2. Portugal e Espanha: Unidos pela Geografia, separados pela História

As relações entre Portugal e a Espanha têm duas determinantes profundas, permanentes, geradoras contínuas de influências culturais e psicosociológicas, e de condicionantes materiais, que são a Geografia e a História. A Geografia faz de Portugal uma pequena faixa junto ao Atlântico no extremo da Península mais afastado da Europa, isto é, periférico numa região que já é periférica, e envolvido por todos os lados terrestres por uma Espanha cerca de quatro vezes mais extensa e mais populosa, seu único vizinho. Isto é, a Espanha cerca Portugal, monopolizando as suas fronteiras terrestres, domina-o com a sua maior dimensão, interpõe-se entre ele e o resto do Continente em cujo extremo Ocidental se situa. Quanto à História, faz de Portugal o único sobrevivente de um punhado de países que se constituíram na Península durante a Idade Média, representante pertinaz da tendência politicamente «fragmentadora/centrífuga» que, na Península, como em muitas outras regiões geograficamente definidas, sempre coexistiu com, e se opôs à, tendência «unificadora/centrípeta». Pelo contrário, a Espanha resultou do exercício desta tendência unificadora, e sentir-se-á sempre incompleta enquanto a sua soberania não se estender à totalidade geográfica que a Península representa.

Desde a fundação da nacionalidade, as relações entre Portugal e Castela, depois entre Portugal e a Espanha que resultou do êxito unificador de Castela, foram sempre marcadas por conflitos surgidos do confronto destas tendências, materializadas na vontade de independência de Portugal, e na vontade de hegemonia da Espanha.

A estas duas determinantes profundas, juntam-se hoje três aspectos da realidade social, política, e económica, do dois Estados, e do contexto internacional que os envolve, que, entre muitos outros, me parecem especialmente relevantes em termos de influência directa nas relações mútuas. São eles o desigual desenvolvimento económico, a questão autonómica, e a situação sócio-política dos dois países.

O desigual desenvolvimento económico, que é um fenómeno relativamente recente — iniciado nos anos sessenta — mas que marca já uma muito grande diferença na riqueza das duas comunidades, permite à Espanha gastar muito mais do que Portugal, mesmo que, eventualmente, comprometendo percentagens mais baixas do seu PNB, com as suas Forças Armadas, que assim se tornaram muito mais poderosas do que as portuguesas, não apenas na proporção da desigual dimensão dos dois países, que seria de um para três ou para quatro, mas numa proporção que ronda o um para seis quanto a efectivos, e em proporções ainda mais desvantajosas quanto à modernidade, quantidade, e eficiência, dos sistemas de armas.

Permite também à Espanha gastar mais dinheiro com a cultura e a educação, acontecendo assim que o dinamismo das iniciativas culturais espanholas ofusca para o exterior a modéstia (e também falta de originalidade) das portuguesas, como se está vendo, por exemplo, a propósito dos Descobrimentos, e que as Universidades Espanholas sejam em número e dimensão que lhes permite ter vagas disponíveis, as quais têm sido aproveitadas por estudantes portugueses impedidos de frequentar as nacionais, insuficientes para as nossas necessidades. Permite ainda à Espanha, através do seu superior dinamismo económico, vir a dominar progressivamente, não só os fluxos comerciais e financeiros entre os dois países, como até o próprio tecido produtivo português, pela via dos investimentos, da aquisição de capital social, da instalação de agências, sucursais e delegações, etc. Isto é, a desigualdade do desenvolvimento económico, tendo-se tornado muito grande (produto nacional bruto «per capita» espanhol duplo do português), potencializando a desigual dimensão dos dois países, não só veio dar à

Espanha o estatuto de grande potência militar da região ibero-magrebiana, o que só por si é elemento importante de hegemonia, como também a torna centro de atracção cultural e de influência económica, um e outro também vectores de hegemonia. Na história das relações entre os dois povos, há um outro momento em que a economia espanhola, então em ascensão, se contrapôs ao depauperamento da economia portuguesa esgotada por um excessivo esforço: foi na segunda metade do século XVI, e preparou 1580. Se é verdade que a História não se repete, isso não implica que, circunstâncias semelhantes, sobre motivações e condicionantes idênticas, não venham a produzir, se não os mesmos resultados, pelo menos as mesmas tendências. Ora, como as grandes condicionantes geográficas se mantêm, e como continuam a existir fortes motivações integradoras — as correntes «iberistas» — em ambas as comunidades, o risco da tentação federativa certamente existe e estará sendo cada vez mais elevado.

A questão autonómica insere-se nesta problemática de forma complexa. À primeira vista parecerá que a afirmação das autonomias regionais espanholas, vitória da tendência «fragmentadora/centrífuga», terá vindo diminuir a força da tendência unificadora. No entanto, duas consequências do processo autonómico contrariam esse enfraquecimento. Uma, resultando directamente da descentralização espanhola, é a modificação da forma que reveste a ameaça unificadora para Portugal. Já não se põe o problema da perca, pura e simples, da independência, mas sim o de ser parte, como parceiro igual, numa espécie de Federação Ibérica, ao lado de uma Catalunha, de um país basco, de uma Andaluzia, uma Castela, etc. Essa fórmula parece muito mais atraente, e por isso é muito mais perigosa. A capital dessa federação, naturalmente, seria Madrid, por razões históricas, e de conveniência política, e a língua dominante, naturalmente também, teria de ser a espanhola... A autonomia resultante para cada uma das partes da Federação talvez fosse suficiente para quem era uma simples província, mas não me parece que seja aceitável para um povo com mais de oitocentos anos de História independente.

A outra consequência que contraria os efeitos enfraquecedores da descentralização é a reacção à própria descentralização. Posto perante reivindicações fortes de comunidades histórica e culturalmente diferenciadas, que se não forem eficazmente controladas poderiam levar à fragmentação do Estado espanhol, este procurará o remédio tradicional da afirmação

internacional para aumentar a coesão interna. O grande dinamismo e a grande capacidade na área das relações internacionais que o governo espanhol tem vindo a demonstrar pode corresponder a esta linha de actuação. E nela pode vir a inserir-se, se é que não se insere já, a vontade de atrair Portugal para qualquer forma de Federação Ibérica que mantivesse a capital em Madrid e a forma exterior da Espanha, então alargada a toda a Península, corrigindo finalmente o que para muitos espanhóis (talvez para todos) foi o erro de 1640.

Isto é, a resultante final da questão autonómica pode bem ser o aumento da tentação espanhola para atrair Portugal pela via da afirmação internacional, conjugado com o aumento da tentação portuguesa para integrar a Espanha, pela via da sedução federativa.

Quanto à situação sócio-política dos dois países, integra um grande número de factores pertinentes, que a dimensão deste trabalho não permite contemplar na totalidade e também ela se insere de forma complexa no relacionamento entre ambos. Dois daqueles factores me parecem ser os mais importantes na óptica que tenho vindo a utilizar nesta análise: a democratização das duas comunidades, a sua inserção paralela nas grandes organizações internacionais do Ocidente e da Europa, a OTAN, a CEE, a UEO. Duas das consequências variadas desta situação no relacionamento entre Portugal e a Espanha me parecem ser as principais: a improbabilidade do conflito armado, a inevitabilidade do conflito estratégico.

De facto, ambos os países praticando regimes sócio-políticos de cariz demo-liberal, torna-se altamente improvável que um deles utilize a Força Armada para anexar o outro, ainda para mais sendo ambos aliados na mesma aliança e integrados ambos na mesma organização internacional, parcialmente já supra-nacional, que os liga a uma vasta corrente europeia tendencialmente federativa. Enquanto estes aspectos se mantiverem, a hipótese da conquista armada, apesar de ser tecnicamente exequível dada a diferença actualmente existente entre as Forças militares dos dois países, é praticamente impensável.

Já, por outro lado, o regime demo-liberal não impede que da situação geográfica e da relação dos dois países num contexto internacional mais vasto, a nível europeu e mundial, resultem conflitos de interesses entre ambos, conflitos esses que o facto de ambos pertencerem à OTAN e à CEE não só não elimina, mas pode até agravar. Esses conflitos podem

acontecer onde quer que os interesses dos dois países, sendo confluentes, se oponham, designadamente na exploração de recursos naturais como as pescas ou os rios, na busca de uma posição de relevo na articulação entre a Europa e as comunidades americanas e africanas, na sobreposição dos interesses geoestratégicos. Destes conflitos, os que ocorram nas áreas das Relações Internacionais e, sobretudo, dos interesses geo-estratégicos, poderão conduzir à progressiva substituição da capacidade de afirmação portuguesa pela capacidade de afirmação espanhola em sectores usualmente de influência portuguesa, podendo resultar disso, a médio prazo, o absoluto apagamento da nossa já escassa capacidade de intervenção e influência no sistema mundial das Relações Internacionais, aparecendo aos olhos do Mundo a Espanha como o único Estado que realmente conta na Península Ibérica. Conjugado com as determinantes profundas e permanentes da Geografia e da História, e com os vectores de atracção e controle configurados pelo desigual desenvolvimento económico, e pela questão autonómica, este apagamento progressivo da nossa capacidade de afirmação internacional pode fechar o estojo que, de forma quasi insensível mas pertinaz, nos vai encerrando no seio da hegemonia espanhola. E, na questão geo-estratégica, absolutamente fundamental para o apagamento internacional português, ou para a recusa desse apagamento, a pertença simultânea dos dois países às mesmas organizações, OTAN, CEE, e UEO, pode tanto agravar a situação portuguesa, como, pelo contrário, ajudá-la, conforme a consciência que tivermos da situação, e o esforço, se for devidamente orientado, que pusermos na melhoria do controle nacional do nosso espaço geo-estratégico.

3. O risco da hegemonia espanhola, e a questão geo-estratégica

Essa importância do controle do nosso espaço geo-estratégico constitui um dos elementos principais para a discussão do tema a que este trabalho se subordina. A análise das nossas relações com a Espanha tornou-se pois necessária para inserir o problema geo-estratégico no problema mais geral dessas relações, tentando tornar claras as razões pelas quais o perigo da hegemonia espanhola estará sempre presente nas relações entre Portugal e Espanha, e pelas quais, no momento actual, esse perigo se afirma com determinada força. A admissão da existência desse perigo é elemento funda-

mental para afirmar a necessidade da inclusão dos Açores no COMIBER-LANT, e, inversamente, a sua negação poderá ser suficiente para afirmar a irrelevância ou até a inconveniência daquela inserção.

Em termos geo-estratégicos, o problema luso-espanhol, na perspectiva do risco hegemónico, pode talvez decompor-se em quatro sub-questões: a da definição da ou das unidades geoestratégicas da Península ou da Região que a inclui, a da definição das aptidões e vocações geoestratégicas na Península ou na Região que a inclui, a da definição dos espaços de responsabilidade e das zonas de interesse estratégico, a dos meios militares disponíveis e aplicáveis.

Para muitos autores, entre os quais todos os espanhóis, e parte dos portugueses, a Península Ibérica constitui uma unidade estratégica. Esta convicção vem-lhes da evidência da unidade geográfica que é a Península, a qual se lhes impõe, dela decorrendo a percepção de que essa unidade geográfica se insere por inteiro, e com autonomia, no mesmo conjunto de aptidões estratégicas. Ora este ponto de vista é discutível. Por um lado, a unidade geográfica pode ser menos indivisível do que à primeira vista parece, e por outro a sua autonomia em termos das funções ou vocações estratégicas é mais aparente do que real, o que levanta também o problema da Península ser parte ou não de um espaço geoestratégico mais vasto (incluindo o Magrebe marroquino e todos os arquipélagos vizinhos entre os quais os Açores) e só fazer sentido, ou não, como parte desse espaço mais vasto, o que por sua vez se relaciona com o problema teórico do que se entende por uma função estratégica. De facto, a geografia em si mesma e isoladamente não é, nem pode ser, determinante da estratégia, mas apenas elemento mais ou menos importante para a sua elaboração, tanto mais ou tanto menos importante quanto os meios de comunicação de que o homem dispõe permitam libertar-se mais, ou menos, dos condicionamentos que a Geografia impõe aos fluxos, dos exércitos, dos meios, das informações, e permitam ou obriguem a utilizar menos, ou mais, os mares, os rios, os colos das montanhas, as planícies, as gargantas, para aqueles fluxos. É do diálogo tecnológico entre o homem, a distância, e o acidente geográfico, que vem o essencial da importância da Geografia para a Estratégia. Assim, a valia e a função geoestratégica de qualquer região depende de factores tecnológicos (sistemas de armas, aproveitamento de recursos, sistemas de comunicação...), factores políticos (que ameaças, que inimigos, que soberanias

confluem na região...) e factores operacionais (que relação entre as Forças que podem intervir de imediato, a curto, a médio prazo, que doutrinas de emprego...). Por outro lado ainda, uma estratégia (que é servida pela Geoestratégia e não o contrário), decide-se tendo em conta estudos de situação políticos, estudos de situação militares, estudos de situação sócio-económicos, e procurando atingir objectivos, sendo essa decisão tomada por Poderes Políticos soberanos, ou que pretendem tornar-se tal. Todos estes aspectos têm que ser levados em conta quando se fazem estudos geoestratégicos, em especial as soberanias políticas, os objectivos, os estudos de situação, e as capacidades tecnológicas, pois deles todos vão depender as funções a atribuir ao espaço geográfico, bem como a importância desse espaço para essas funções, e a configuração do espaço que melhor as serve, do ponto de vista do utilizador. Torna-se então claro que conforme o entendimento que *cada* utilizador ou potencial utilizador da posição geoestratégica tenha de cada um desses factores, da hierarquização das suas importâncias relativas, da incidência de cada um, e da sua relação mútua, possam resultar diversas concepções da configuração do espaço geoestratégico e da definição das suas missões ou vocações. Por sua vez, os meios militares disponíveis pelo utilizador ou utilizadores, actuais ou potenciais, são elementos decisivos não só para aquele entendimento, mas também para a validação das teses ou doutrinas estratégicas que de tais entendimentos resultem.

Deste modo, a tese da Península unidade geoestratégica é possível, quer como Península isoladamente, quer como Península mais arquipélagos atlânticos das Canárias e da Madeira, quer como Península mais aqueles arquipélagos e a costa noroeste de África, quer como Península mais aqueles arquipélagos, aquela costa, e o arquipélago dos Açores, quer ainda como Península e o arquipélago dos Açores. Todas estas concepções da unidade geoestratégica «Península» são possíveis, como é possível encarar os Açores isoladamente como uma unidade geoestratégica, como é também possível, mesmo com escandalizada oposição de muitos geoestrategos, conceber a divisão da Península geográfica em várias unidades geoestratégicas. Tudo depende das entidades políticas em confronto, dos interesses em disputa, dos meios e forças aplicáveis.

A tese da Península unidade geoestratégica, tal como é normalmente apresentada, está referida ao confronto «Leste-Oeste», e parece-me decorrer directamente da valorização extremada de duas funções possíveis para

a Península nesse confronto, a função de articulação/ligação Europa-África, e a função de plataforma logística de apoio a uma frente europeia, ambas podendo reconduzir-se à função da Península «entrada sul-oeste» da Europa. Parece-me incluir uma certa mistura de elementos geoestratégicos propriamente ditos, ligados àquelas funções, com elementos políticos ligados à existência das soberanias peninsulares sobre os arquipélagos atlânticos, arrastando assim esses arquipélagos para a Unidade Península, pela via das soberanias políticas, independentemente de uma aprofundada consideração das funções geoestratégicas de cada um em si mesmo.

De facto, aquelas duas funções são compatíveis entre si, até complementares, são funções da Península, e funções importantes. Os arquipélagos da Madeira e das Canárias contribuem efectivamente para a primeira, mas são dispiciendos para a segunda, e tanto para a primeira como para a segunda o noroeste do Magrebe tem potencialidades que não podem ser ignoradas, podendo servir quer de alternativa, quer de complementaridade, quer de oposição, à Península e àqueles arquipélagos. A não inclusão da costa do Magrebe na «Unidade geoestratégica Península Ibérica» só pode pois explicar-se pela aplicação de um critério político, já que em termos exclusivamente geoestratégicos deveria fazer parte da mesma região, ou «unidade», pelo menos tanto quanto aqueles dois arquipélagos. Quanto aos Açores, a sua inclusão na «Unidade Península» que, aliás, nem sempre é feita, dever-se-á ainda mais claramente àquela influência dos critérios da soberania política, já que a sua participação na função «articulação Europa-África» é nula, e na função «base logística de retaguarda» é forçada, pois nela participa mais como plataforma de apoio aos fluxos para essa base do que como parte integrante dela.

Mas, acontece que a Península não é só ligação Europa-África, é também ligação Europa-América, e não é apenas base logística de retaguarda de uma frente europeia, é ela própria também frente. Frente que, apensar das teses espanholas, não o é somente face a um envolvimento pelo flanco mediterrânico (o que se poderia considerar englobado na função de base de retaguarda) mas que o é sobretudo face à «batalha do Atlântico Norte», inevitável caso aconteça a guerra na Europa, decisiva, a ser travada desde os primeiros momentos daquela guerra. A importância das duas funções que agora refiro ultrapassa, em meu entender, a das duas anteriormente citadas, e não pode deixar de ser tida devidamente

em conta quando se estuda a Península em termos geoestratégicos. Ora estas duas funções apontam para um outro eixo de esforço, um eixo para o qual o Mediterrâneo é irrelevante, o Atlântico Sul se torna menos importante do que o Atlântico Norte, onde os Açores adquirem um papel central, a Madeira, as Canárias, o Magrebe e Gibraltar assumem um papel periférico e complementar, de «tampão», a costa portuguesa e a Galiza aparecem como as principais entradas para os fluxos atlânticos e as principais bases de apoio para uma batalha centrada nos Açores. A consideração simultânea das quatro funções permite então, aconselha mesmo, a divisão da Península em duas unidades geoestratégicas, aproveitando, agora sim, plenamente e com boa lógica, a divisão política entre as duas soberanias, Portugal, vocacionado para o Atlântico e voltado para Oeste, a Espanha vocacionada para o Mediterrâneo e voltada para Sul e Sudoeste, divisão política que aliás desde sempre esteve intimamente ligada à diversidade de «funções» geoestratégicas dentro da Península geográfica, uma realidade que a História demonstra.

A tese da Península unidade geoestratégica é pois discutível, e, em meu entender, menos correcta do que a tese da Península elemento de uma região geoestratégica complexa, onde podemos e devemos distinguir várias funções geoestratégicas, apoiadas em diversos pontos geográficos. Além disso a tese da «Unidade» tem vários corolários altamente inconvenientes, parece-me, para os interesses nacionais. Um deles, é o de que, sendo toda ela uma só unidade, as funções geoestratégicas deveriam ser, não só coordenadas em todos o seu espaço, mas essa coordenação centralizada, sob uma direcção única, o que aponta para Comandos luso-espanhóis, onde a muitíssimo maior força militar espanhola acabaria por subordinar completamente Portugal, *mesmo no seu próprio espaço*. Um outro corolário é o de se reforçar a ideia de que uma dualidade de soberanias políticas na Península é uma grande vulnerabilidade para os povos que nela existem, já que a divisão política dificulta o aproveitamento das potencialidades da suposta unidade geoestratégica. Outro corolário ainda, é o de que os Açores são relativamente pouco importantes para o aproveitamento daquela «Unidade», não mais importante do que a Madeira, e provavelmente menos do que as Canárias, já que estão mais longe, e descentrados relativamente ao Norte de África, ao Atlântico Sul, e a Gibraltar.

Pelo contrário, a tese da região geo-estratégica mais vasta que a Península, e mais complexa, adapta-se melhor aos tempos modernos que exigem maiores espaços, valoriza as soberanias políticas ao invés de tender a desvalorizá-las, permitindo *repartir* as tarefas e responsabilidades geo-estratégicas em vez de aconselhar a sua centralização. Nessa repartição, Portugal pode legitimamente reivindicar um papel próprio diferente do espanhol, apesar da zona de interesses estratégicos dos espanhóis abranger, naturalmente, todo o espaço português, do mesmo modo que a zona de interesses estratégicos portugueses também abrange uma parte do espaço espanhol. Mas há que distinguir, cuidadosamente, o que é espaço nacional, o que é zona de responsabilidades estratégicas o que é posição ou espaço (eixo, triângulo...) geoestratégico, o que é zona de interesses estratégicos ou geoestratégicos. O facto de os interesses se sobreporem, não implica que as responsabilidades se sobreponham, e se não houver unidade geo-estratégica, nem sequer é aconselhável que as responsabilidades sejam geridas conjuntamente, antes se torna preferível que sejam repartidas. É por isso que, embora a Espanha seja tanto atlântica como mediterrânica, a sua tradição histórica, a maior aptidão geoestratégica do seu território, a dominante doutrinação dos seus pensadores e políticos, aconselham atribuir-lhe responsabilidades principais nas funções de articulação Europa-África e de base logística de apoio e rectaguarda relativamente a uma frente europeia, enquanto que as razões históricas, geoestratégicas, e políticas, aconselham atribuir a Portugal responsabilidades principais nas funções de ligação Europa-América e de base de apoio à linha da frente na batalha do Atlântico. Deste modo, o eixo Canárias-Gibraltar-Baleares seria naturalmente concebido como uma responsabilidade espanhola, embora com interesses portugueses, e o triângulo Madeira-Açores-Lisboa seria percebido facilmente como uma responsabilidade portuguesa, embora com interesses espanhóis.

Nesta discussão doutrinária e teórica da questão da «Unidade» geo-estratégica da Península, não reside, porém, o único obstáculo para a plena aceitação do princípio da repartição das responsabilidades geoestratégicas da forma acima indicada, sem dúvida a mais conveniente para os interesses portugueses na Península, face à hegemonia espanhola. Um outro tipo de obstáculos àquela plena aceitação internacional, designadamente no seio da OTAN, e em especial face aos EUA, reside na excessiva

fraqueza do aparelho militar português, não só insuficiente, como mal adequado a um mínimo credível de eficácia na assunção daquelas responsabilidades em tempo de Paz (nível de controle), ou de partilha delas, que seja um pouco mais do que simbólica, em caso de Guerra (nível de combate). Enquanto esse mínimo não for atingido pelas nossas Forças Armadas, a opinião interessada, nos países aliados, tenderá sempre, fortemente, a perfilar a tese da Unidade geoestratégica da Península, que justifica o poder atribuir-se a responsabilidade militar global ao país que tem meios para isso, a Espanha.

4. Os interesses americanos, e a questão geoestratégica

Essas dificuldades ligadas à definição do espaço peninsular, em termos geoestratégicos, de uma forma mais de acordo com os verdadeiros interesses portugueses, serão, quanto a mim, provavelmente, o problema maior no relacionamento entre Portugal e os EUA, pelo menos na óptica das políticas de Segurança e Defesa dos dois países, com reflexos, julgo que inevitáveis, nas outras áreas desse relacionamento, designadamente em questões que atraem mais a atenção dos «mass-media», como, por exemplo, das contrapartidas pela utilização das Lages.

De facto, parece-me claro que os EUA deverão ter uma percepção própria da Região Ibero-Magrebiana, em termos geoestratégicos, diferente da que tem a Espanha e da que tem Portugal, mas, muito provavelmente, mais próxima da espanhola do que da portuguesa. Para eles, a região deverá aparecer não como um todo, mas dividida segundo diferentes pontos de apoio que dentro dela encontram para as diferentes funções que lhes interessam, numa perspectiva intercontinental, de fora da região, e para fora dela. Assim, o Magrebe será percebido como um potencial apoio a acções de controle do Atlântico Sul nos acessos quer ao Mediterrâneo, quer ao Atlântico Norte, função geoestratégica que do mesmo modo e com valias aproximadas também pode ser apoiada nas Canárias e na Madeira, de forma alternativa ou complementar, mas diferenciadas estas três posições, relativamente à função, pelas soberanias de que dependem e respectivas forças militares, estabilidade, e orientações políticas, pelas facilidades portuárias e aeroportuárias já instaladas, pelas opções geoestratégicas suplementares que possam fornecer, aspecto este que valoriza

o Magrebe relativamente aos arquipélagos, já que aquele permite o acesso fácil por terra ao Mediterrâneo ligando o Atlântico Sul à margem meridional do estreito de Gibraltar.

A Península Ibérica, para os americanos, poderá provavelmente apresentar-se como um potencial apoio a acções de posicionamento e concentração de meios militares em reforço de uma frente de combate no centro da Europa, sendo, no entanto, secundária essa função relativamente a outras posições mais próximas daquela frente, e sobretudo melhor dotadas de portos e aeroportos, com são as ilhas britânicas, a França, a Itália, mas tendo por outro lado, em relação a elas, a vantagem desse afastamento que, em caso de conflito armado de grande intensidade, com as possibilidades de avanço rápido e de grande raio de acção dos modernos sistemas de armas, poderá tornar a Península a principal, se não mesmo a única, posição para desempenho daquela função logística de área de rectaguarda. Uma outra função para a Península, menos importante porque menos decisiva e menos provavelmente necessária, será a de apoio a acções no flanco ocidental do Mediterrâneo, e, ou, no Norte de África. Em qualquer destes casos, os americanos tenderão a encarar a Península como um todo, para o qual as posições da Madeira e das Canárias serão mais ou menos irrelevantes (mas não a do Magrebe) e em que os Açores desempenham um papel suplementar, como ponto de apoio dos fluxos logísticos, mas não são necessariamente parte integrante. As soberanias políticas na Península aparecem como um estorvo, e, evidentemente, as maiores dimensão, capacidade militar, aeroportuária, industrial, da Espanha, dão-lhe com toda a naturalidade o estatuto de parceiro preferido dentro de uma Península que seja vista apenas como apoio geoestratégico daquelas funções.

Os Açores são autonomizáveis, e parece evidente que aos olhos dos americanos o têm sido, dentro desta região. De facto, ao contrário dos outros dois arquipélagos, os Açores têm potencialidades para o controle da área central do Atlântico Norte, e, se controlados por uma Potência inimiga, para ameaçarem a costa Leste do próprio território dos EUA, constituindo por esse facto uma posição que, em termos geoestratégicos, aquela Super Potência pode considerar na linha de fronteira avançada da sua área de Segurança vital. Muitos políticos e estrategos americanos assim pensam de facto e já o têm afirmado. Tem ainda a potencialidade

para um apoio que pode ser decisivo, sobretudo em termos de aerotransporte (já que pode determinar a viabilidade do voo sem reabastecimento aéreo, ou do voo com maior carga útil) nos fluxos de forças entre os EUA e a Europa (função de projecção do Poder no quadro OTAN) ou entre os EUA e os Próximo e Médio Orientes (função de projecção do Poder fora do quadro OTAN). Isto é, nos Açores poderemos facilmente perceber quatro tipos diferentes de funções, duas dentro dos interesses da Aliança, a função de controle do Atlântico Norte (tanto em tempo de Paz, vigilância, como em tempo de guerra, combate) e a função de apoio aos fluxos de forças dos EUA para a Europa (Reforço Rápido), e duas que se podem considerar de interesse exclusivo, ou, principal, dos EUA, que são a de fronteira geoestratégica para aquela Superpotência, e a de apoio aos fluxos de projecção do Poder em áreas de seu interesse (Desenvolvimento Rápido). Os Açores são, assim, de todas as posições geoestratégicas dentro da região Ibero-Magrebiana, a única que tem potencialidades significativas para a intervenção directa no Atlântico Central, para a defesa directa do espaço estadunidense, e para a projecção do Poder dos Estados Unidos na defesa dos seus próprios interesses.

Deste modo, não admira que os EUA tenham a tendência para verem a Península como uma unidade geoestratégica, da qual excluem, ou podem excluir, os Açores. O traçado dos limites dos Comandos Aliados no Atlântico, ao incluírem os Açores no WESTLANT e o resto do território nacional no IBERLANT, parece-nos traduzir com clareza esta visão «dualista» sobre o conjunto do espaço de soberania dos dois estados ibéricos, visão que não separa as funções geoestratégicas consoante as fronteiras, mas sim divide o espaço de um dos Estados, o mais pequeno, juntando-o, amputado, ao Estado maior. Esta visão «dualista», que extrai os Açores do conjunto ibérico, não é contrariada por qualquer preocupação ou interesse directo dos EUA, «nova Potência Marítima», com a divisão de soberanias dentro da Península, ao contrário do que acontecia com a antiga Potência Marítima (Grã-Bretanha), e é confirmada pela preocupação dos americanos em, desde muito cedo (1951) estabelecerem acordos bilaterais de defesa com a Espanha. De facto, sendo Portugal membro fundador da OTAN, e tendo o território continental português, com o arquipélago da Madeira, potencialidades geoestratégicas semelhantes às do território continental espanhol com o arquipélago das Canárias, a necessidade da utilização geo-

estratégica do território espanhol não seria imperiosa, a menos que, sendo considerada a importância de Portugal apenas, ou quase apenas, reduzida aos Açores, e sendo vista a Península como uma única unidade separada dos Açores, naturalmente se procurasse tirar partido do Estado que nessa Unidade dispunha de todos os trunfos principais, infraestruturas, recursos, dimensão, força militar. A célebre ZIC⁽³⁾, atribuindo à Espanha e aos EUA a responsabilidade conjunta pela Segurança numa vasta zona que abrange a totalidade do Espaço nacional português mas não os Açores, aparece, portanto, naturalmente, como materialização objectiva de uma visão geoestratégica americana sobre a Península e os arquipélagos que coincide, no essencial, com a visão dos espanhóis sobre a mesma Península e os arquipélagos, já que para os espanhóis, voltados decididamente para o Norte de África e o Atlântico Sul, os Açores e a sua função ligada ao Atlântico Central não são muito importantes. A ZIC é o revelador desta coincidência, que não pode deixar de reforçar a tendência hegemónica espanhola, e que, na mesma medida, aponta para o apagamento da nossa importância, reduzida a uns Açores geoestratégicamente separados do resto do nosso território.

5. Os interesses portugueses e o «Triângulo geoestratégico»

A existência desta redução da importância nacional, que decorre da separação entre os Açores e o resto do espaço nacional, e da correspondente concepção da Península como uma Unidade geoestratégica *sem Açores*, é que constitui, quanto a mim, o verdadeiro cerne da questão da alteração dos limites do IBERLANT. Essa questão situa-se, pois, na contraposição entre a perspectiva geoestratégica americana, os interesses espanhóis, e os interesses portugueses, dentro da região Ibero-Magrebiana.

Até agora, a defesa dos interesses geoestratégicos portugueses tem-se feito apoiada na tese do triângulo geoestratégico. Ora, o triângulo é uma realidade política, mas não é nem uma realidade geográfica (não há

(3) A «Zona de Interesses Comuns» (ZIC) foi definida pelo tratado de 24 de Janeiro de 1976, entre os EUA e a Espanha, e compreende três sub-zonas, uma das quais, a do Atlântico Oriental, estende-se desde o Norte de África, entre o meridiano 23° longitude Oeste e o paralelo 43° de latitude Norte, abrangendo assim todo o espaço marítimo do triângulo português, com excepção dos Açores.

ligação física entre os três vértices do triângulo, nem os seus lados têm existência geográfica) nem uma realidade geoestratégica que se imponha por si só (não há uma função geoestratégica que assente necessariamente nos três vértices, há é funções que assentam necessariamente num, os Açores, mas podem dispensar os outros dois, ou encontrar alternativas válidas para os outros dois). Assim sendo, para fazer aceitar o triângulo, é preciso fazer aceitar uma doutrina geoestratégica que imponha a necessidade, ou pelo menos, a clara vantagem, de utilizar conjuntamente os três vértices e as linhas que os unem em prol de uma ou mais funções, e, simultaneamente, criar condições militares mínimas que validem, em termos estratégicos, o nexó político dos três vértices, isto é, que permitam a Portugal garantir, perante o eventual principal utilizador do triângulo, que seriam os EUA, capacidade para controlar o espaço por ele definido, ao menos em tempo de Paz, de forma que se aproximasse, num espaço mais restrito que é o nosso, das capacidades que o aparelho militar do outro aliado dos EUA na região, já garantem, num espaço mais vasto, que é o deles. O esforço doutrinário passa pela recusa da tese da Unidade geoestratégica da Península, o esforço de validação estratégica do nexó político passa pela aquisição do aparelho militar adequado às necessidades de Segurança, e às responsabilidades por essa Segurança, no espaço nacional, bem como pela redefinição dos limites do IBERLANT.

6. Discussão dos argumentos contra a alteração

Creio que, neste momento, tendo já aflorado todos os que me parecem mais pertinentes de entre os diversos aspectos deste tema, estaremos em condições de discutir um pouco as vantagens e inconvenientes, para os interesses portugueses, na inclusão dos Açores dentro dos limites do IBERLANT.

A afirmação da irrelevância do problema, ligada à constatação da natureza OTAN, e não nacional, dos Comandos implicados, só é válida nesse plano, no plano de funcionamento da Aliança, que é onde, conforme tentamos esclarecer, o problema não está. Ele está no plano regional, no âmbito das relações entre Portugal, a Espanha e os EUA. Embora se trate de Comandos OTAN, é a influência que a distribuição do espaço

entre eles pode ter nos problemas geoestratégicos e políticos internos à região que está em causa, não a relação desses Comandos entre si e com a OTAN como um todo.

O argumento mais frequentemente repetido contra a vantagem da inclusão dos Açores no IBERLANT tem sido, sem dúvida, o de essa inclusão poder significar — alguns autores afirmam mesmo que significará inevitavelmente — a perda das responsabilidades do IBERLANT no controle dos acessos do Atlântico Sul ao estreito de Gibraltar e ao Atlântico Norte. Baseiam-se, para tal, no facto de abrirmos um precedente ao obtermos a alteração dos limites dos Comandos OTAN para incluirmos todo o espaço nacional no mesmo Comando, precedente esse que se conjugaria com a nossa recusa a que forças militares portuguesas fiquem sob comando espanhol, ao mesmo tempo que mantemos um comandante português no IBERLANT. Tudo isso daria muita força às pretensões espanholas para a criação de um Comando OTAN que incluísse as Canárias e o espaço marítimo até Gibraltar, materializando a parte atlântica do eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, Comando esse que seria atribuído a um almirante espanhol, o que, dada a mútua recusa de subordinação de Forças militares aos comandantes do vizinho ibérico, implicaria a ausência de Forças portuguesas nessa zona.

Põem-se aqui várias questões relacionadas mas diferentes: A questão do efeito de arrastamento da alteração dos limites; a questão do comandante do IBERLANT; a questão da subordinação de Forças; a questão das importâncias relativas.

Começaria pela questão da subordinação de Forças, porque é claramente um problema que se põe num quadro mais vasto do que este que estamos a tratar. De facto, é do conhecimento público que os actuais responsáveis políticos e militares espanhóis se têm recusado sempre a aceitar que Forças espanholas sejam atribuídas seja a que Comando OTAN for, e seja qual for a nacionalidade do Comandante desse Comando, já que o princípio que querem impôr é o de que as Forças espanholas estejam sempre sob comando espanhol e só espanhol. Uma das razões para a sua não integração na estrutura militar da Aliança é essa. A posição portuguesa quanto a este ponto é diferente. Portugal está desde o princípio integrado naquela estrutura militar, e aceita que Forças suas sejam atribuídas a comandos com comandantes de outras nacionalidades. Só não aceita que

um Comando OTAN *que incluisse responsabilidades sobre espaço nacional*, como seria, por exemplo, o caso do Comando Ibérico cuja criação foi sugerida por Espanha em 1982, fosse comandado por um espanhol. Portugal poderá certamente aceitar que forças portuguesas fiquem sob comando de um comandante espanhol fora da região Península-Magrebe (na frente europeia, por exemplo), mas já não poderá aceitá-lo dentro dessa região, dado a susceptibilidade especial que, no quadro regional, a pressão hegemónica espanhola suscita. O problema da não subordinação de forças militares de um dos dois países ibéricos a comandantes do outro põe-se, portanto, em bases completamente diferentes para cada um deles. Para a Espanha, é uma questão de princípio, para Portugal é um caso particular, mais ligado à sua vulnerabilidade face ao vizinho poderoso do que à recusa daquela subordinação que poderá aceitar quando não ponha em causa aquela vulnerabilidade. Não é, portanto, pelo facto de o comandante do IBERLANT ser português, nem pelo facto de Portugal recusar que Forças portuguesas sejam comandadas por oficiais espanhóis, que a Espanha não aceitaria que Forças suas fossem atribuídas ao actual IBERLANT, com estes limites, ou com outros.

A questão do facto do comandante do IBERLANT ser português, em vez de americano, não parece, pelo que atrás escrevi, ter influência directa na recusa dos espanhóis em subordinarem Forças suas ao IBERLANT. Essa recusa aconteceria quer num caso, quer noutro. Mas terá influência, certamente, quanto à eventual atribuição de Forças americanas, ou de outros países OTAN, àquele Comando. Essa influência estará intimamente ligada à excessiva fraqueza das Forças portuguesas disponíveis para o IBERLANT. Não será de estranhar que os outros países da OTAN tenham relutância em subordinar Forças suas a um almirante de um país cujo contributo militar para o conjunto dessas Forças seja muito menor que o deles. Isso também se reflectirá, inevitavelmente, na relutância dos EUA em transferirem para o IBERLANT, não propriamente a responsabilidade pela defesa das ilhas dos Açores, o ISCOMAZORES^(*), mas sim as

(*) «ISCOM» é a sigla correspondente a «Island Command», designando o Comando militar responsável apenas pela defesa da ilha ou arquipélago.

responsabilidades militares de controle do Atlântico Norte, e de trampolim na projecção de Forças, a partir dos Açores. Nesse sentido, sim, a reclamação do Comando do IBERLANT para um almirante português terá sido um erro, concorrendo para transformar o IBERLANT num «comando desvitalizado» como alguns analistas lhe chamam, desvitalização essa que decorre de não ter Forças, e do facto do comandante ser português dificultar que possa vir a tê-las. A transferência daquelas responsabilidades, que implica a atribuição das respectivas Forças, para o IBERLANT, seria sem dúvida mais fácil se o comandante fosse um almirante americano. Assim, essa transferência será, praticamente, impossível, a menos que Portugal possa participar, de forma credível, no desempenho daquelas responsabilidades.

A questão do «arrastamento» da alteração de limites é condição fundamental para a validade desta linha de argumentação contra a inclusão dos Açores no IBERLANT. Só no caso da alteração dos limites para aquela inclusão vir a implicar a exclusão das Canárias, se porá o problema de considerar o que é mais importante. Ora, longe de ser automático que uma coisa conduza à outra, o que me parece é que é improvável que isso aconteça, ou melhor, que é impossível que isso aconteça, a menos que, e só se, a Espanha aceitar integrar a estrutura militar da OTAN. Como pensar que um Comando OTAN pudesse ser alterado, para criar um novo Comando a atribuir a um país membro que não integra a estrutura militar? Enquanto assim for, a inclusão dos Açores no IBERLANT não implicará nenhuma alteração *na situação actual* das responsabilidades do IBERLANT face aos acessos do Atlântico Sul e aproximações atlânticas ao estreito de Gibraltar. Será, portanto, impossível o arrastamento, e o problema das importâncias relativas nem sequer se põe. Caso porém a Espanha modifique a sua posição face à integração na estrutura militar da Aliança, o que é muito improvável no curto prazo, e pouco provável a médio prazo, então ela certamente viria a reivindicar um comando sobre Gibraltar, e sobre as Canárias, ou em alternativa, a participação no Comando do IBERLANT. Isso aconteceria quer os Açores tivessem, ou não, sido incluídos no IBERLANT, e embora a inclusão dos Açores seja um precedente a dar força a essa possível reclamação espanhola, essa reclamação seria sempre muito forte mesmo sem esse precedente, dado

não só a existência da soberania política, mas, neste caso, sobretudo, dado a apreciável dimensão das Forças aéro-navais espanholas.

A questão das valias relativas dos Açores e das Canárias (ou, mais exactamente, das funções geoestratégicas ligadas àquelas posições) só se põe, portanto, no caso, para já, pouco provável, da Espanha decidir vir a integrar a estrutura militar da OTAN. Mas nesse caso, a «troca» não só valeria a pena, como creio que, ao contrário do que se tem escrito, até seria ainda mais do nosso interesse que do espanhol. E isso por duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, a importância geoestratégica dos Açores parece-me bem superior à das Canárias, e as funções de controle do Atlântico Norte e de ligação Europa-América bem mais importantes do que as funções de controle dos acessos do Atlântico Sul para o Norte ou para Gibraltar. Os Açores, como vimos atrás, têm potencialidades geoestratégicas para o desempenho de um feixe de funções importantíssimas, para algumas das quais não existe posição geográfica alternativa, e o seu papel é desempenhado no Atlântico Norte que, em caso de guerra na Europa, será teatro de uma batalha vital, enquanto que as Canárias têm alternativas geográficas para todas as suas pontencialidades, e o seu papel seria desempenhado numa frente de menor importância.

Em segundo lugar, se é verdade que os interesses estratégicos portugueses incluem necessariamente aquela faixa do Atlântico que faz parte do eixo Gibraltar-Canárias, não é menos verdade, obviamente, que os interesses estratégicos espanhóis também incluem essa faixa, bem como o Atlântico face à nossa costa até aos Açores e ao golfo Cantábrico. Além disso, para fazer face a esses interesses, e às responsabilidades deles decorrentes, os espanhóis souberam adquirir os instrumentos militares necessários, o que nós não fizemos, nem estamos fazendo. A situação actual, de responsabilidade portuguesa sem participação espanhola no espaço do IBERLANT, não é, pois, nem justa, nem adequada. Corremos sérios riscos de, mais tarde ou mais cedo, provavelmente já na sequência dos acordos de colaboração que a Espanha está negociando com a OTAN, (em que um dos pontos é a execução de «Operações navais e aéreas no Atlântico Oriental») vermos forças espanholas a assumir responsabilidades no espaço IBERLANT com meios próprios muito superiores aos do IBERLANT nessa área, tirando, pela força *da realidade das coisas*, qualquer importância que este

Comando ainda tenha. Parece-me isso muito mais grave para os interesses portugueses do que a eventual perda de responsabilidades do IBERLANT (que é um Comando OTAN e não português) sobre o eixo Canárias-Gibraltar. Como mais de uma vez tenho referido, o que está em jogo, é a questão da imposição, ou da recusa, de uma hegemonia espanhola na região, e o que é fulcral para conseguir a necessária recusa é o obter-se uma divisão das tarefas e das responsabilidades geoestratégicas. De outro modo, qualquer acordo que sobreponha forças e responsabilidades estratégicas portuguesas e espanholas, apagará a importância portuguesa, por via da enorme desproporção dos respectivos poderes militares. Só a divisão do espaço estratégico pode evitar isso, e é por essa razão que não só nos parece melhor a troca, que seria já vantajosa pela valia relativa do que seria trocado, como até nos parece poder mesmo vir a ser necessária aos nossos interesses.

Um outro argumento que tem aparecido contra a inclusão dos Açores, é a de que não faz sentido, e seria mesmo uma vulnerabilidade nacional, conceder à estrutura militar da Aliança o papel de «agregador da coesão» dos territórios portugueses. Responde este argumento, creio, ao argumento que tem sido avançado por parte dos defensores da transferência, que afirmam ela vir a contribuir para uma maior coesão do território.

A afirmação de que seria uma vulnerabilidade, mesmo até uma irracionalidade, conceder à estrutura militar da OTAN, (ou fosse a que entidade estrangeira fosse), o papel de agregadora do território nacional, merece a minha inteira concordância. Mas não é disso que se trata. A coesão nacional é, como só pode ser, um problema político e social dos portugueses. Quando se fala na conveniência da transferência dos Açores do WESTLANT para o IBERLANT relativamente à coesão nacional, o que se quer dizer, penso eu, não é que tal reforçaria a coesão, mas sim que isso, ao eliminar uma divisão de tarefas e responsabilidades geoestratégicas que passa por dentro do território nacional, dividindo-o, eliminaria um factor que pode potencializar outros factores internos tendencialmente enfraquecedores da coesão. Trata-se pois de um risco a evitar ou eliminar, não de procurar nessa transferência um aumento de coesão, a qual tem de existir e tem de nascer da Vontade Nacional. Mas que pode ser comprometida por factores extra-nacionais, e a separação dos Açores pela divisória IBERLANT/WESTLANT pode ser um desses factores, tanto mais que essa divisão

é feita de uma forma que acentua o desequilíbrio das importâncias geoestratégicas entre uma pequena parcela, os Açores, e o resto do Território Nacional.

Uma outra linha de argumentação tem sustentado a afirmação de que a transferência dos Açores implicaria uma maior dependência relativamente aos EUA, enquanto que os Açores no WESTLANT poderiam funcionar como uma espécie de equilibrador para a pressão hegemónica espanhola.

Aparentemente sedutor, este ponto de vista está, em minha opinião, totalmente errado. É exactamente ao contrário. A situação dos Açores no WESTLANT reforça o peso hegemónico da Espanha. De facto, ao manter os Açores num Comando de comandante seu e sediado nos EUA, os EUA garantem o controle das muito importantes funções da única posição geoestratégica portuguesa que não tem alternativas espanholas, a única das nossas que verdadeiramente lhes interessa, e isso, ainda por cima, não apenas como membro da Aliança, mas também em termos dos seus exclusivos interesses nacionais. Essa garantia da utilização da única posição que verdadeiramente lhes interessa, e esse menor interesse pelo resto do nosso território, permite-lhes ignorar o triângulo português e subalternizar, como têm feito, o IBERLANT, de comandante português, e vazio de forças, onde está o resto do espaço nacional, em proveito de relações militares bilaterais privilegiadas com a Espanha, em quem os EUA vêem a entidade garante da região geoestratégica «Portugal, Espanha, Marrocos, Canárias, Madeira», da qual os EUA tendem a excluir os Açores. Essa é, como já tivemos ocasião de fazer notar, a racional da ZIC, e poderá ser a racional da decisão que os EUA vierem a tomar relativamente às formas de cooperação com a estrutura militar da OTAN propostas pelos espanhóis, no que respeita às operações aéro-navais no Atlântico Oriental.

7. As vantagens da alteração dos limites do IBERLANT

Na realidade, penso que a necessidade da inclusão dos Açores no IBERLANT não é, propriamente, uma questão de coesão do território nacional, nem é, propriamente, uma questão de soberania. Se fosse dessas questões que se tratasse, teriam cabimento os argumentos acerca de se

tratar de Comandos aliados e não nacionais, e de não fazer sentido atribuir a esses Comandos aliados intervenção em problemas exclusivamente nacionais. Não. Penso que a necessidade da transferência dos Açores é uma necessidade real em termos de interesse nacional, por quatro ordens de razões, ligadas entre si, mas diferentes, a primeira das quais, efectivamente, se relaciona de forma directa com as questões da coesão e da soberania.

Trata-se, porém, não da soberania em si mesma, mas sim da afirmação da sua imagem, e não do reforço da coesão, mas sim, como se explicou, do evitar riscos contra ela. De facto, a especial situação de Portugal, tanto no aspecto geográfico (periférico, cercado fisicamente pela Espanha, separado dos seus arquipélagos por grande extensão marítima) como nos aspectos político-económico (pouco desenvolvido, donde desfavorecido face às necessárias interdependências) e político-militar (parceiro numa Aliança de que precisa, mas para a qual o seu contributo mais importante é uma posição geoestratégica em cuja utilização não é capaz de participar suficientemente), faz correr ao nosso país riscos muito elevados de «apagamento» político e de excessivas dependências políticas, económicas e estratégicas, riscos estes que, no interior da região onde nos inserimos, se configuram no perigo da afirmação hegemónica espanhola, o qual pode ser, e estará a ser, potencializado por uma, para nós inconveniente, percepção das realidades político-estratégicas dentro da região por parte dos EUA. A situação de Portugal é, por isso, diferente da de qualquer outro país membro da OTAN, e exige dos portugueses um cuidado especial em tudo o que contribua para chamar a atenção para si próprios, para sustentar a sua própria afirmação internacional. Daí que a imagem da nossa soberania deva ter para nós uma importância muito especial, e que os mais pequenos riscos para a coesão nacional, sobretudo se esses riscos se relacionarem com a ligação aos arquipélagos, já vulnerabilizados pela distância geográfica, devam ser por nós cuidadosamente evitados. O facto de o território português estar dividido por dois Comandos OTAN não teria a mínima importância, se não fosse aquela especial situação, os riscos que dela decorrem, a aguda necessidade de maior afirmação e de máxima coesão que eles impõem, e essa divisão, por sua vez, seria menos gravosa, mesmo assim, se fosse feita de outro modo em vez de separar apenas um dos arquipélagos, e logo o mais afastado e o mais atlântico, como se reduzisse a essencialidade atlântica de Portugal

aos Açores. A alteração dos limites do IBERLANT reforçaria pois a *imagem* da soberania portuguesa e diminuiria riscos para a coesão do território nacional.

Uma segunda ordem de razões para que deva ser considerada vantajosa a inclusão dos Açores no IBERLANT reside no facto dessa transferência constituir como que a confirmação da dimensão atlântica de Portugal. Portugal e a Espanha são ambos membros da mesma aliança e ambos partilham a Península Ibérica, mas distinguem-se por vocações geoestratégicas com raízes tanto na história como na geografia. A Espanha tem tido um pendor continentalista, tem sido mais mediterrânica que atlântica, assume responsabilidades e interesses na charneira quase terrestre euro-africana, e na ligação euro-latino-americana. Portugal tem sido sempre exclusivamente marítimo e atlântico, e o seu papel na ligação com outros continentes tem sido nas longas distâncias, e muito diversificado, incluindo largos contactos com a África do Sul do Magrebe, com a América Latina mas também com a do Norte, e com o Extremo Oriente. Na Península, hoje, na actual situação das relações internacionais, e na óptica do problema que estamos estudando, Portugal e Espanha distinguem-se sobretudo pela maior vocação atlântica e maior profundidade dessa dimensão atlântica por parte de Portugal. A Espanha sobram outras vocações, como a mediterrânica, ou a articulação com o Magrebe, que a Portugal pouco dizem. Ora, na situação peculiar de Portugal face à Espanha, na nossa imperiosa necessidade de afirmação internacional, é muito importante acentuar tudo o que nos distingue da Espanha. O sublinhar da nossa dimensão atlântica vai nesse sentido, e esse sublinhar é, parece-nos evidente, um dos resultados da transferência dos Açores.

Esse pôr em destaque das diferentes vocações geoestratégicas resulta também da afirmação do nosso triângulo geoestratégico, símbolo da nossa vocação decidida e profundamente atlântica, do mesmo modo que o eixo Baleares-Gibraltar-Canárias é, de certo modo, o símbolo da maior vocação mediterrânica e euro-magrebiana da Espanha. Triângulo esse cuja aceitação internacional como uma realidade geoestratégica também actua no mesmo sentido de potencialização da imagem de plenitude de soberania e de coesão sobre a totalidade do espaço nacional.

Ora, como tive oportunidade de argumentar, a validação do triângulo como realidade geoestratégica, uma vez que essa realidade não é um dado

em si mesmo, depende de uma acção no campo teórico e doutrinário que contrarie a tese da Unidade geoestratégica da Península, depende da aquisição de maior capacidade militar aéro-naval que preencha minimamente o vazio de Poder dentro dele, e depende também de um esforço político, que actue no sentido de reforçar a única realidade do triângulo que actualmente é efectiva, a ligação política, de forma a que esse reforço político conduza à imposição da ligação estratégica entre os três vértices. A reclamação da inclusão da totalidade do triângulo dentro do mesmo Comando OTAN insere-se, com naturalidade, nesse esforço político.

Uma terceira ordem de razões para conveniência da reunião da totalidade do espaço nacional no mesmo Comando OTAN, é a de que essa reunião potencializa a utilização estratégica dos nossos escassos meios (forças) militares. As forças terrestres, e os meios e forças aéreas de apoio que lhes são indissociáveis (na guerra moderna não são pensáveis forças de superfície, terrestre ou naval, sem a correspondente cobertura aérea), estão, em Portugal, naturalmente voltadas para a defesa do território nacional e para a colaboração no principal esforço militar aéro-terrestre da Aliança, que é centralizado no ACE, ao qual temos, e muito bem, comprometidas algumas das nossas Forças militares terrestres, e aéreas de apoio ao combate terrestre. Nesta zona, que não tem implicações directas com os problemas de afirmação política que temos vindo a referir como existindo na região Ibero-Magrebiana, é realmente indiferente que as forças aéro-terrestres portuguesas estejam concentradas num só sub-Comando (o Comando Sul) ou sejam distribuídas por vários. Completamente diferente é a forma como o mesmo problema se põe para as Forças Aéro-Navais portuguesas. Estas estão, naturalmente também, voltadas para a defesa do espaço aéreo, e aero-naval, do Estado português, bem como para a colaboração com o esforço aero-naval da Aliança, centralizado no ACLANT, ao qual pertencem, entre outros, os Comandos subordinados IBERLANT e WESTLANT. Mantendo os Açores no WESTLANT, parte das escassas forças aero-navais portuguesas terão que estar comprometidas na área deste Comando, tornando ainda mais vazio o IBERLANT, cuja responsabilidade principal é nossa. Inversamente, a inclusão dos Açores no IBERLANT colocaria as Forças portuguesas que por imperativo de soberania aí têm sempre que estacionar, também sob controle do IBERLANT, potencializando assim o aproveitamento dos nossos já demasiadamente

escassos meios militares disponíveis para acções no Atlântico, ao concentrá-los num só Comando, aquele cuja sede está em território nacional, cujo comandante é um almirante português, e cuja responsabilidade principal, pelo menos em tempo de Paz, incumbe a Portugal.

Por último, nesta linha de enumeração de vantagens para Portugal na inclusão dos Açores dentro do IBERLANT, referiria o aumento da capacidade de fazermos valer a razão dos nossos interesses junto dos EUA. A colocação integral dos Açores, com todas as Forças que neles estão sediadas e todas as missões OTAN que lhes são adstritas, valorizaria enormemente o IBERLANT, que deixaria de ser um «Comando desvitalizado», mas penso que tal não será possível sem que o Comandante deste Comando volte a ser um almirante americano. Se isso acontecesse, creio que não prejudicaria Portugal, pelo contrário, pois o Comando continuaria a estar em Oeiras, o 2.º Comandante poderia muito bem ser português, e *todo* o espaço nacional ficaria dentro do mesmo Comando OTAN, o qual teria as missões extremamente importantes, tanto em tempo de Paz, como de Guerra, que dependem dos Açores. Para além das vantagens todas já referidas, designadamente as ligadas ao reforço da imagem de soberania, à nossa imagem atlântica, e à validação do triângulo geoestratégico, teríamos aberto grandes probabilidades de convencer os americanos a apostarem mais decididamente nas posições geoestratégicas da Madeira e do território continental português, em vez das alternativas espanholas e marroquinas. A eventual perda futura das Canárias para um hipotético Comando OTAN com comandante espanhol não prejudicaria então, em nada, a força e a importância do IBERLANT, já que os Açores valem, geoestrategicamente, bem mais do que as Canárias, conforme tive já oportunidade de referir. E, além disso, para esse novo comando poder ser criado, os espanhóis seriam obrigados a aceitar a integração plena na estrutura militar da OTAN, o que, julgo, também seria conveniente para os interesses portugueses na região Ibero-Magrebiana. Por tudo isto, a colocação plena dos Açores no IBERLANT aumentaria a capacidade efectiva de influência política de Portugal face aos EUA, diminuindo ao mesmo tempo a capacidade de Espanha para se afirmar «responsável regional» pela Defesa militar de toda a zona que ela própria delimita e define como sendo a de seu interesse estratégico, e que abrange o nosso espaço nacional.

A colocação parcial dos Açores, no IBERLANT, apenas como ISCOMAZORES, como parece ter sido a decisão tomada em 1988, continuando as Forças dos EUA neles sediadas, bem como as respectivas missões, no âmbito do WESTLANT, é uma solução muito menos interessante, que não traz algumas das vantagens que temos listado, e que reduz substancialmente as outras, saldando-se por uma situação apenas ligeiramente melhor do que a dos Açores inteiramente no WESTLANT. Os efeitos de «imagem» de soberania sobre o total do TN serão obtidos quase na mesma... O facilitar da aceitação do nosso triângulo geoestratégico pela Aliança não será tão conseguido como no caso anterior mas, apesar de tudo, sê-lo-á um pouco mais do que com os Açores integralmente no WESTLANT. A eventual «perca» das responsabilidades estratégicas sobre a zona das Canárias continuaria a não diminuir a importância do IBERLANT, já que a falta de importância deste Comando é toda devida à sua falta de Força Militar, e, em termos de posições estratégicas, continua a ser maior o interesse dos Açores, mesmo apesar destes serem reduzidos às ilhas em si e às forças portuguesas nelas estacionadas, permanecendo as forças americanas e as importantes responsabilidades e missões que elas desempenham adstritas ao WESTLANT. De facto, as Canárias num IBERLANT sob comandante português não poderão nunca ser senão um enclave num mar «vazio» de Forças, dado que os espanhóis não aceitam Forças militares suas sob comando estrangeiro. Aliás, os acordos que esta situação não só permitirá, mas até imporá, que se estabeleçam, mais tarde ou mais cedo, entre as Forças militares espanholas e os Comandos Atlânticos da OTAN, serão sempre perigosos para a «imagem» da nossa soberania, dado que, ou veremos Forças militares espanholas em todo o IBERLANT, ou vê-las-emos na zona do eixo estratégico entre Gibraltar e as Canárias, passando sempre, em qualquer dos casos, a ser a Espanha o principal interlocutor para a OTAN em toda esta zona que abrange o espaço nacional, por imperativo do seu efectivo Poder militar. Também neste caso, a colocação dos Açores, mesmo só como ISCOM, no IBERLANT, abre caminho para a saída das Canárias, o que implicaria a criação dum novo comando OTAN, com espanhóis, obrigando à entrada destes para a estrutura militar, conduzindo a uma mais clara divisão das tarefas e responsabilidades estratégicas no Atlântico Ocidental, diminuindo assim a pressão hegemónica espanhola sobre o nosso país.

Por outro lado ainda, e voltamos à questão da maior ou menor capacidade para fazer aceitar os nossos pontos de vista pelos nossos aliados americanos, a colocação dos Açores apenas como ISCOM no IBERLANT, mesmo fazendo deste Comando um espaço português, (um PORTLANT, como irónicamente já lhe foi chamado) vazio de Poder, e aceitando, embora, a ambiguidade da ligação ao WESTLANT pelas Forças americanas baseadas nos Açores, e pelas respectivas missões, não diminuirá a actual capacidade de efectiva influência política do nosso país relativamente aos EUA. Pelo contrário, poderá aumentá-la um pouco, pela consolidação da «imagem» de soberania nos Açores, e pela clarificação do nexó político-estratégico entre as três parcelas territoriais do nosso triângulo estratégico, contribuindo também para a imposição da imagem de Portugal como agente geoestratégico profunda e exclusivamente Atlântico, e por isso bem distinto da Espanha, e, sobretudo, contrariando a ideia de que os espanhóis possam ser considerados os «gendarmes», ou responsáveis regionais, pela Defesa militar de *toda* a zona do seu interesse estratégico, que abrange o nosso espaço nacional.

8. *Algumas conclusões*

Em suma, creio podermos afirmar que a integração dos Açores apenas como ISCOMAZORES no IBERLANT não produz todas as potencialidades de uma integração completa, mas, mesmo assim, corresponde melhor aos interesses nacionais do que a anterior situação, com os Açores completamente no WESTLANT. Parece-me também claro que a solução desejável, para Portugal, seria a integração plena dos Açores, com as Forças norte-americanas e as missões estratégicas que lhe estão confiadas, no IBERLANT. As vantagens dessa integração plena, que tentei pôr em relevo, justificariam um persistente e acentuado empenho do Governo português que, no mínimo, deverá, em nossa opinião, fazer depender dela a futura aceitação, por Portugal, de qualquer cedência no IBERLANT relativamente à Espanha, utilizando a integração plena como contrapartida que, não só compensaria amplamente a perda de responsabilidades daquele Comando na zona do Atlântico correspondente ao eixo Gibraltar-Canárias, como até corresponderia aos interesses portugueses ao clarificar

a divisão de tarefas e responsabilidades estratégicas entre os dois Estados peninsulares.

Parece-me também muito provável que aquela integração plena não seja possível sem que o IBERLANT passe a ser comandado por um almirante dos EUA. Julgo que será um preço que valeria bem a pena pagar. Outra condição muito importante será a aquisição, por Portugal, de um Poder militar aero-naval que deixe de ser insignificante. Esta condição, aliás, não limita apenas as possibilidades de virmos a obter satisfação no que respeita a uma futura integração plena dos Açores no IBERLANT, ela limita também, totalmente, qualquer hipótese de retirarmos importância política das responsabilidades estratégicas que já temos naquele Comando. Assim sendo, parece-me que corresponde de facto ao interesse nacional a aquisição de uma capacidade militar minimamente adequada e suficiente para o exercício daquelas responsabilidades, e que será urgente fazê-lo.

Por último, na base, quer do empenhamento do Governo, quer da disposição para aceitar os sacrifícios de um maior investimento no aparelho militar, estará a obtenção de um verdadeiro consenso nacional sobre as questões gerais da Defesa e da Estratégia nacionais, consenso esse que, por sua vez, é também outra condição, e não das menores, para que a percepção americana da definição geoestratégica da Península, e da Região onde se insere, se aproxima mais daquela que defende melhor os nossos interesses. A obtenção desse consenso, que não poderia ser mais urgente, passa por uma discussão alargada, franca, e aberta, dos problemas, dos conceitos, das doutrinas. Este trabalho pretende ser uma contribuição nesse sentido.

Fevereiro/Março de 1989

Raul François Martins

Cmdt do Corpo de Tropas Pára-quedistas
Brigadeiro Pára-quedista

CENÁRIOS: EM BUSCA DOS AMANHÃS POSSÍVEIS

Magalhães Queiroz

CENÁRIOS: EM BUSCA DOS AMANHÃS POSSÍVEIS

1. INTRODUÇÃO

Um dos atributos da natureza humana, é sabido, é a sua capacidade de adaptação a circunstâncias novas. As manifestações desta capacidade a que chamamos inteligência revelam-se correntemente quando o homem toma decisões para satisfazer o elenco dos seus interesses, para lograr alcançar objectivos.

Decidir, do latim *decidere*, significa destacar por corte, cortar, separar, resolver. A etimologia da palavra induz, ela própria, o processo da tomada de decisão pelo homem. Fixado o objectivo, o ser humano, no dia-a-dia, sem se dar conta disso, identifica as alternativas susceptíveis de o alcançar, selecciona de entre elas a que melhor satisfaz determinados critérios e desta faz a sua linha de acção.

O instrumento de execução da sua decisão, qualquer que ele seja, não actua, porém, em ambiente inerte, pois que, se assim fosse, não faria sentido falar em alternativas possíveis nem em critério de selecção. Significa isto que, antes de visualizar as alternativas susceptíveis de lograr o objectivo em vista, o homem tem de considerar a situação particular que se lhe depara, no que respeita às incidências, aos constrangimentos, às influências que ela determina. Incidências, constrangimentos da situação, etc., constituem desta forma informação indispensável à formulação da decisão.

O processo sucintamente caracterizado da tomada de decisão conhece uma descrição detalhada no planeamento formal, método pelo qual se procura resolver, por forma lógica e ordenada, um determinado problema. Também aqui a sucessão de passos inclui, entre outros, o estudo da situação e dos seus factores, definidos estes como as circunstâncias, factos ou evidências contribuindo para um resultado. Quer dizer, o planeamento corrobora a existência de um certo determinismo, já que à escolha da decisão não é indiferente a situação em que ela se define. Daqui uma

conclusão que se tomará como provisória: sem conhecimento da situação a que estará exposto, em que actuará o instrumento utilizado na execução da nossa decisão, não é possível tomar uma decisão adequada.

Os casos em que a situação não é conhecida referem-se naturalmente ao futuro, pertencendo a um passado já bem distante o início das tentativas do homem para o conhecer. Na realidade, os esforços em antever interessadamente o futuro remontam aos primórdios da sua História. O oráculo de Zeus, em Dodora, no Epiro, como o de Apolo, em Delfos, por exemplo, ao responderem a muitas das interrogações sobre tempos vindouros ganharam uma fama tal que se tornaram importantes no mundo inteiro.

Perguntava-se-lhes se o próximo ano seria um ano de seca ou de chuva, para se decidir o que fazer das terras; se o preço dos escravos subiria ou desceria, etc. A ansiedade pelo conhecimento das respostas estava, claro está, directamente ligada à importância das decisões a tomar. Mas tão judiciosos eram os conselhos recebidos nos oráculos que inúmeros homens, torturados pela incerteza do futuro, passaram a ficar reconhecidos à pitonisa por lhes ter dado indicações preciosas que lhes iluminaram o caminho.

Em busca de auxílio, um dia, o homem constatou que a pitonisa já não habitava no oráculo. Sentindo-se abandonado pelos deuses, compreendeu que teria de ser ele próprio a dar resposta às suas interrogações sobre o futuro, especialmente o que comporta situações que escapam ao seu controlo.

Num mundo cada vez mais complexo começou então a olhar o meio ambiente com outros olhos, a analisar os agentes que nele operam, a sua interacção, os factores incidentes, e a visualizar desfechos. O seu móbil é o conhecimento das situações a que poderá estar exposto, é poder representá-las para meditar na maneira de as enfrentar, para identificar as opções a tomar.

No domínio específico das ciências sociais, a necessidade de prever deu origem a um novo capítulo que vai recebendo o nome futurologia. A aceleração do processo social de mudança torna cada vez mais necessária a decisão-previsão. Em França, Bertrand de Jouvenel e Gaston Berger foram os pioneiros nesta matéria, embora se devam evidenciar também nomes como os de Louis Arnaud, Michel Dracount e Jean Fourastié.

Agora é o Estado que precisa de consultar os oráculos, escrevendo um capítulo que falta na «Histoire des Oracles», de Fontenelle. Adoptando o nome divulgado em 1940 por Ossip Flechteim, a arte da futurologia deve ser capaz de responder a perguntas como as que são exemplificadas por Jouvenel: Qual será a população do planeta no final do século? Qual será a sua composição por classes de idade, qual a sua repartição por regiões, qual a sua concentração em aglomerações humanas? Em que proporção aumentará a produção? Quanto terá aumentado o consumo de energia e sob que formas?

Estas perguntas não têm ficado sem resposta. O Clube do Roma, por exemplo, um conjunto de futurólogos encartados, pronuncia-se regularmente sobre estes e outros assuntos.

Na busca de auxílios que permitam projectar situações futuras, tentamos antecipar os quadros, as circunstâncias, os factores a que estarão expostos os instrumentos ao serviço da execução da nossa decisão, o ambiente no qual devem operar, tudo isto para visualizar a sua melhor utilização, às vezes muito simplesmente ainda para os definir.

A que influência estarão sujeitos? A que limitações terão de obedecer? Que dificuldades terão de enfrentar? Em que circunstâncias terão de ser resolvidas essas dificuldades?

Quando fazemos perguntas deste jaez, estamos a manifestar a necessidade de dispor de cenários.

2. CONCEITO DE CENÁRIO

Cenário, do latim *scaenariu* é, na sua aceção comum, uma decoração teatral.

Se pretendermos um conceito utilitário de cenário, somos levados a reconhecer que existem provavelmente tantas definições de cenários quanto os que as apresentam.

Por vezes, em Estratégia, ouve-se referir o «cenário do Atlântico», o «cenário da Europa», etc. Estas expressões, só por si, são incorrectas porque num mesmo quadro geográfico é, obviamente, possível construir várias situações-tipo.

Kahn e Wiener, no seu livro «O Ano 2000» adoptaram a técnica de escrever cenários baseados em paradigmas — melhor dizendo, num conjunto de hipóteses, definições, tipologias, conjecturas, análises e questões, para

desenvolverem futuros alternativos susceptíveis de ocorrerem no quadro de condições pré-estabelecidas. Interpretando esta prática, David Clean e William King no seu livro «Systems analysis and project management» definem cenário como «uma explicação das possibilidades, sob a forma de uma previsão exploratória e não da especificação de ocorrência de um estado desejado, que o futuro nos proporciona».

Para o Naval War College, em 1961, cenário era uma descrição da situação geral e uma listagem cronológica de situações preplaneadas a serem injectadas num jogo entre dois antagonistas, ou destinadas a estimular as decisões de um só jogador, num jogo com um só jogador (citação de Alfred H. Houratti, em «Venture simulation in war business and politics»).

No Defense Resources Management Education Center, na Naval Post-Graduate School, em Monterey, Califórnia, EUA, cenário tem sido definido como uma determinada sequência de acontecimentos dentro de um contexto bem definido.

Brown preferiu definir cenário como um conjunto de hipóteses sobre a dinâmica ambiental de um sistema em análise, enquanto que Decouplé o entende como a combinação de uma sequência de acontecimentos, ou de fenómenos antecipados, relacionados uns com os outros, num duplo sistema de relações diacrónicas e casuais, tendo em vista pôr em evidência os caracteres prováveis da evolução de um conjunto de hipóteses fundamentais, formuladas inicialmente na base das tendências determinantes dessa evolução.

Para Saaty, cenário é, muito simplesmente, a descrição de um estado de um sistema, quando se assumem várias hipóteses.

As definições apresentadas são, como se pode constatar, produto do conhecimento de especialistas, daquilo que no seu campo específico eles entendem por cenários. Ao mesmo tempo que apresentam os seus próprios conceitos, estes especialistas tendem a excluir o que os especialistas noutros campos consideram igualmente como cenários.

Esta situação é, de resto, frequente na vida comum. Com efeito, mais vezes do que se imagina, os campeões das definições, alardeando profunda convicção, tentam persuadir os outros de que a sua interpretação é que está correcta, e que as outras versões que lhes são apresentadas sob a designação de cenários são tudo menos cenários, eventualmente hipóteses, parâmetros, etc., mas certamente nada que reflecta um cenário.

As várias iniciativas assumidas para codificar formalmente o entendimento de um cenário revestem pontos comuns, designadamente referências:

- a um estado de coisas hipotético;
- a uma sequência de acontecimentos conducentes a esse estado de coisas.

A identificação da convergência destas constantes nas definições colhidas encoraja avançar com o seguinte conceito operacional de cenário: cenário é uma construção imaginativa de uma situação futura, concebida judiciosamente a partir de uma situação corrente.

3. DA UTILIZAÇÃO DE CENÁRIOS

O homem sempre competiu para obter alimentos, uma companheira, um território, prestígio inclusive. Não raras vezes essa competição levou-o à guerra, prova suprema do seu empenhamento na obtenção dos seus objectivos, na realização dos seus mais altos interesses.

A orientação consciente e o emprego do esforço colectivo, deliberado, na consecução de objectivos nasceram, ou pelo menos foram criteriosamente desenvolvidos, pelos chefes militares ao tentarem resolver problemas militares. A maior parte dos processos de desenvolvimento de tácticas utilizadas em campanhas militares teve por base técnicas de simulação que reproduziam as manobras no terreno, e o dispositivo das forças e seus movimentos em mapas e noutros modelos.

Estas representações de conflitos militares viriam a designar-se por jogos de guerra. Comum a todos estes era a reprodução de ambientes possíveis em que as forças deveriam actuar e das situações a que seriam expostas. Situações imaginárias, criteriosamente concebidas, a que hoje chamamos cenários.

Na medida em que os jogos de guerra, como a própria guerra, antecedem a história escrita, também os cenários gozam da mesma antiguidade. Com efeito, artefactos encontrados em túmulos e outros vestígios de civilizações há muito desaparecidas são provas concretas de esforços deliberados para representar e manipular forças militares em guerras simuladas em tabuleiros de jogos. Nos túmulos egípcios e nas escavações arqueológicas da Grécia e da Ásia Menor, Pérsia e Índia, encontram-se

mesmo miniaturas de representações de soldados e equipamento de guerra utilizados em tabuleiros de jogo.

Aliás os jogos tipo xadrez e damas crê-se que terão tido as suas origens em jogos de guerra utilizados já na antiguidade na Índia, Iraque, China e Japão, entre outros. Existem mesmo murais de Ramsés II (1292-1225 a. C.) no seu palácio, em Tebas, jogando xadrez. Também Platão e Homero mencionam o jogo alguns séculos antes de Cristo.

Intimamente associada à sua aplicação mais remota, a utilização de cenários terá sofrido uma evolução na linha das mudanças estimuladas pelo Renascimento, com a introdução de novos meios de fazer a guerra. É assim que os cenários, embora ainda rudimentares na sua concepção e materialização, são parte do jogo do Rei desenvolvido em 1664 por Christopher Weikmann, em Ulm, uma versão nova de xadrez tida como um «compêndio de princípios políticos e militares extremamente útil», e do xadrez de guerra que, desenvolvido na corte alemã em 1780, por Helwig, servia para treinar futuros oficiais do Exército. O sucesso deste jogo foi tal que se espalhou rapidamente a outros países da Europa, designadamente a França, Áustria e Itália. Treinar militares terá sido, pois, a primeira utilização concreta de cenários, integrados em jogos de guerra incipientes.

Em 1811, Von Reisswits, pai e filho, surgem, na Prússia, com jogos de guerra muito mais elaborados. O seu mérito foi o de terem utilizado para construção do modelo, em vez de um tabuleiro de jogo, uma caixa de areia na qual o terreno era representado à escala de 1:2373.

O Chefe do Estado-Maior alemão, general Von Müffling, foi um dos que aderiu rapidamente ao novo processo, o «Kriegsspiel» (jogo de guerra). Uma série de vicissitudes fez no entanto que só aquando das campanhas contra a Áustria em 1866, e contra a França em 1870-71, se viesse a explorar todo o potencial do jogo.

O sucesso das vitórias prussianas e o seu modelo de organização do Estado-Maior, juntamente com o «Kriegsspiel» espalharam-se rapidamente por todo o mundo.

Os dois maiores conflitos do século estão na origem de um renovado interesse dos jogos de guerra por parte das potências envolvidas. O facto de na condução da guerra se ter passado a utilizar meios e técnicas sofisticados não alterou a filosofia do jogo. Só a sua finalidade foi ampliada.

Hoje aceita-se que os jogos de guerra, utilizando cenários criteriosos, são, sobretudo, uma fonte de investigação de processos, não de cálculo de resultados.

Definir os jogos de guerra apenas em termos do que aconteceu, e não porquê; em termos de lições aprendidas e não de assuntos levantados é perder de vista o que é um jogo e quais são os seus benefícios.

Na linha do desenho de cenários para utilização em jogos de guerra, um livro recentemente aparecido («Sam and Ivan: bottom lines in wargames» — T. Allen) dá como exemplo um cenário que tem por quadro geográfico a área do Golfo, em 1990, e em que se constituem antagonistas principais os EUA e a URSS. Nesse cenário são envolvidos Portugal e Espanha facultando apoio logístico aos EUA, contrariamente à Turquia que o nega, e à Itália e Grécia que não permitem a utilização das instalações no seu território.

A utilização de cenários é também prática corrente da NATO para efeitos de planeamento estratégico. Paz, tensão crescente e guerra são algumas das situações tipo mais frequentemente referidas no âmbito da estratégia de resposta flexível, que admite que haja uma deterioração das relações internacionais e da situação político-militar antes que qualquer ataque seja desencadeado. Ou seja, assume-se que antes que as hostilidades tenham lugar haverá um período de tensão internacional crescente, que poderia, eventualmente, conduzir a preparativos de guerra por parte da União Soviética e dos demais países do Pacto de Varsóvia, reveladores das suas intenções. Mas, claro está, estes não são os únicos cenários considerados pela NATO. Admite-se que na perspectiva de um eventual conflito nuclear sejam consideradas outras modalidades de situação tipo, designadamente a guerra por acidente (erro técnico); a guerra por mal entendido (erro psicológico de apreciação) e a guerra intencional — a aceitação voluntária do conflito nuclear por um governo.

Além do seu emprego em jogos de guerra com vista ao estudo, sob o ponto de vista táctico, ou estratégico, das situações desenhadas, a avaliação de ameaças constitui uma outra das pontencialidades susceptíveis de exploração pela utilização de cenários. Com uma vantagem em relação ao processo clássico de dedução das ameaças. É que na construção de cenários não se está vinculado à estreita consideração de intenções do antagonista, conjugadas com as suas capacidades. Na realidade a concepção

de cenários é mais do que predição, sem deixar de ser uma visualização criteriosa da possibilidade de se verificarem determinados eventos futuros.

Uma perspectiva básica muito do agrado dos politólogos ao estudar a evolução possível das relações E-W, e que espelha o uso de cenários, é a que se baseia na construção de situações tipo em três modelos evolutivos como segue:

- 1.º — Sobrevivência da «détente» num clima de cooperação-competição; cooperação económica, científica e técnica; competição ideológica e política entre os sistemas capitalista e socialista.
- 2.º — Fim da «détente» com retorno à confrontação do tempo da «guerra-fria».
- 3.º — Aprofundamento da «détente»: os dois sistemas tornam-se cada vez mais interdependentes, as convergências superam as divergências perante o crescimento da República Popular da China, das reivindicações do Terceiro Mundo, dos riscos da proliferação nuclear, etc.

Entre nós é possível encontrar referências expressas ao uso de cenários em diversos documentos oficiais, designadamente em diplomas legais.

A legislação publicada no âmbito do Sistema de Informações da República, por exemplo, e especificamente o Decreto-Lei n.º 226/85, de 4 de Julho, no seu artigo 2.º consagra o papel dos cenários como contributo para o estudo metodológico das ameaças.

O Conceito Estratégico Militar aprovado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional em 10 de Março de 1987 adopta naturalmente a visão cenarista para desenvolvimento das linhas de acção no âmbito da aplicação do Poder Militar. Também a Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/87, de 31 de Março, relativa ao Programa de Correção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego — (PCEDED), menciona que as projecções macro-económicas daquele Programa são elaboradas em função de um cenário base que estabelece designadamente valores da inflação, do emprego, de Produto Interno Bruto, etc.

A História recente regista decisões informadas por cenários bem concebidos, que apoiam o sucesso de estratégias neles baseadas, a par de insucessos eventualmente resultantes de opções influenciadas por cenários infelizes. Por exemplo: a reocupação da Renânia, pela Alemanha, em 1938, foi determinada por influência de um cenário concebido dois anos

antes, que indicava que a França não chegaria a reagir em tempo útil àquela agressão, dado o elaborado processo de decisão política que caracterizava o seu aparelho democrático.

Mais perto no tempo, em 1983, o conflito das Malvinas exemplificará um caso de iniciativa do emprego da força inspirado por um cenário deficiente, que acabou por conduzir as forças armadas argentinas à derrota.

Não obstante se verificar uma crescente utilização generalizada de cenários como instrumentos informativos do processo da tomada de decisão, é de sublinhar a existência de algumas reservas, pertinentes, acerca do processo.

Uma das críticas que se faz à utilização de cenários é que o mundo só em raras ocasiões se configura exactamente com as circunstâncias delineadas. É nesta linha, por exemplo, que se interpreta a seguinte passagem, a págs. 97 do livro de «Política Internacional» do Professor Adriano Moreira:

«O desenvolvimento de uma política internacional por parte de qualquer dos intervenientes nesse domínio implica, cada vez mais, pela complexidade crescente da vida internacional, a necessidade de proceder constantemente ao levantamento e definição da conjuntura. Muitas das publicações periódicas, oficiais ou privadas, que se ocupam da política internacional, não fazem mais do que procurar recolher os dados considerados significativos para o levantamento da conjuntura que pode ser definida como o conjunto de problemas que exigem uma resposta do poder.

A própria complexidade que se traduz no aumento progressivo dos centros de decisão torna delicadíssimo definir, em cada momento, a situação relativa das respostas dadas, ou em curso, e muito mais delicada qualquer tentativa de julgamento sobre essa evolução. A totalização do processo em que se inscrevem todas as decisões fica usualmente para além da capacidade dos instrumentos de anotação e de previsão.

É talvez aquilo que explica o pessimismo de raiz existencialista acerca das possibilidades de actuar eficazmente sobre o mundo, e isto porque, com muita frequência, o mundo que acontece não tem coincidência com o mundo desejado.»

O facto de, hoje em dia, alguns meios de comunicação social e escritores, seduzidos pela estratégia de ficção virem a fazer um aproveitamento sensacionalista de determinados cenários, explorando com raro sentido de oportunidade acontecimentos da vida mundial, não deixa insensíveis

autores como Raymond Aron. Aron, que utiliza em numerosas obras toda a potencialidade dos cenários, qualifica esta utilização como leitura pseudo-estratégica, e acredita que «longe de formar o espírito dos chefes, ela tem tendência para lhes dar ideias falsas, apresentando-lhes um mundo bastante diferente do mundo real».

Outro tipo de crítica que se faz à utilização de cenários é que, depois de concluída uma análise com base em determinado cenário, há uma relutância natural em pôr em causa as premissas do cenário. Por exemplo: hipóteses básicas como tempo de aviso, tempo de mobilização, doutrina inimiga, etc., consideradas num cenário estratégico, tendem a tornar-se factos e jamais são questionados.

Noutro plano registam-se reparos que apontam para o facto de os cenários se tornarem frequentemente reactivos à tomada de iniciativa pelas forças próprias, designadamente quando existem oportunidades susceptíveis de serem devidamente exploradas.

Por último importa referir que embora cenários devidamente seleccionados sejam ferramentas importantes na análise de ameaças, quando se trata de aplicar as ameaças assim definidas no planeamento de forças militares, elas podem conduzir a resultados desastrosos. Isto é susceptível de acontecer sobretudo se se pretender otimizar forças para as especificidades de um cenário e a realidade não se vier a materializar como esperado.

Nestas circunstâncias a prudência recomenda optar por uma capacidade disponível para atender a uma gama razoável de cenários, já que o dilema que enfrentamos é: ou tomar decisões que poderão vir a revelar-se não serem as melhores, mas serem as que produzem efeitos que temos de utilizar da melhor maneira, ou não tomar decisão nenhuma e desta opção nos virmos a arrepender tardiamente.

4. A CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

A construção de cenários faz apelo à imaginação no que ela possa proporcionar de mais construtivo. A sua finalidade é, repete-se, descrever determinados aspectos do futuro. Mas ao invés de construir uma imagem, uma ficção sem limites, ou mesmo apresentar uma invenção, uma utopia que o autor, por qualquer razão, considere altamente desejável expor, um cenário criteriosamente construído deve, partindo do estado actual do

mundo, mostrar, passo a passo, como o presente poderia evoluir para um estado futuro. Assim, embora a construção de cenários não tenha em vista prever o futuro, ela indica-nos a possibilidade de se verificar um certo estado de coisas futuro, pela antevisão e relacionamento de acontecimentos a este conducente. A prospectiva é o seu modo, e ao considerá-la utiliza a derivada da História, o seu valor ajustado em termos de futuros possíveis.

O processo de construção de um cenário pode ser visto como um modo primitivo de simulação, por uma só pessoa, já que o seu autor é compelido a envolver-se no artifício mental de exame do desenvolvimento plausível de uma cadeia de acontecimentos. Através deste processo está-se, muitas vezes, a contribuir para a própria construção de um modelo analítico formal respeitante à situação ou ambiente que se pretende estabelecer. Os cenários assim construídos podem proporcionar um auxílio notável pondo em relevo relações decisivas entre os elementos da situação, eliminando irrelevâncias no funcionamento do modelo. Registos de repetidos jogos com o modelo constituem, também eles, frequentemente, uma parte importante de cenários permitindo, portanto, uma amostragem metodológica de contingências.

O tipo específico do problema em relação ao qual se requer uma decisão define a forma e o conteúdo do cenário para esse efeito utilizado. Significa isto que não existem regras universais de construção de cenários estabelecidas à revelia do tipo de questão que se procura resolver. A utilização da análise de sistemas como auxiliar da tomada de decisão veio, de resto, reforçar esta circunstância. Não é possível apresentar uma listagem do que fazer e não fazer na construção de cenários, designadamente no que respeita à forma, conteúdo, detalhe, estilo, e até credibilidade, sem considerar o tipo de análise de sistema em que está a ser utilizado.

Em alguns casos bastará apresentar o cenário sob a forma de linguagem de computador; noutros casos o cenário terá de ser apresentado sob a forma de um desenvolvimento histórico, rico de detalhes, com a finalidade de reunir não apenas os traços mais característicos da situação futura, como também as tendências que dela decorrem.

Frequentemente um cenário é apresentado sob a forma bruta da qual o analista de sistemas recolhe dados para o seu modelo. Outras vezes, quando há uma colaboração estreita entre o analista de sistemas e o

cenarista, ou quando um e outro são a mesma pessoa, o cenário original poder ser apresentado de uma maneira simplificada. No entanto, o que em última análise determina a forma de cenário é, como se disse, o modelo analítico no qual é utilizada.

Suponhamos por exemplo que o propósito do analista é comparar a eficácia de vários sistemas de armas mantendo invariáveis as estruturas básicas de força em conflito, e as regras de empenhamento estabelecidas. Suponhamos mais que, para medir a eficácia, existe um critério adequado como seja o número de baixas infligido e o número de armas destruídas. Nestas circunstâncias, o cenário poderá resumir-se a uma descrição geral de situação militar em que se visualiza a acção, as regras básicas que o condicionam, o dispositivo de forças inimigas, as incidências naturais do estado de mar e das condições de tempo, e, finalmente, a sequência de acções que levaram a atacar um alvo.

Se, porém, em vez de ter optado pelo critério de eficácia descrito, mensurável, se acolhesse outro em que se medisse o efeito sobre a determinação do inimigo de desistir de atacar e regressar ao «status quo» anterior, importaria, na construção do cenário, introduzir elementos que elucidassem acerca da sua pertinência, porque toma a iniciativa do ataque, que valor atribui ao sucesso da sua iniciativa, que escala de valores respeita, etc.

As hipóteses que se formulam acerca das motivações do inimigo; a sua disposição em correr riscos, quer constem do cenário, tal como é concebido, quer venham a ser introduzidos posteriormente no jogo de guerra de que o cenário seja parte, determinarão os resultados do modelo e poderão afectar a sua forma. Mais: poderão proporcionar a escolha do tipo de resultados e apresentar a escala da sua avaliação.

Por vezes, em planeamento militar, é possível, e útil, saltar por cima dos modelos analíticos, estabelecendo desde logo um cenário verbal. Isto acontece quando há a noção de que determinado cenário é imediatamente relevante para efeitos de planeamento, antes mesmo de se dispor de um modelo susceptível de aproveitar aquele cenário. Exemplos desta situação são os designados cenários de crise. O cenário constitui-se como que o próprio modelo.

No seu campo de eleição, o General Beaufre exprime dotes de cenarista quando visualiza «situações tipo» que depois passa a desenvolver.

Ele próprio expôs a ideia geral que inspirou este tipo de modelo: «A estratégia é uma dialéctica. Consequentemente é necessário prever as reacções adversas, possíveis, perante cada uma das acções em mente, e conseguir neutralizá-las. Estas reacções podem ser internacionais ou nacionais; morais, políticas, económicas. Há que conceber uma série de acções e de paradas inseridas num sistema que possibilite conservar a liberdade de manobra, não obstante a oposição adversa.»

O General Beaufre propõe então na sua «Introdução à Estratégia» aquilo que chama modelos estratégicos, em número de cinco, que se diferenciam pelos potenciais relativos dos dois adversários e pela importância do que está em causa. Estes modelos, que não são os únicos possíveis, são úteis para demonstrar que os modos de acção estratégicos devem ser adaptados continuamente às diversas situações que se poderão deparar.

O conceito de escalada proposta por Hermann Kahan no seu livro «On escalation, metaphors and scenarios», insere-se no mesmo estilo cenarista. Este conceito, que teve, ao tempo, um sucesso assinalável, imagina incidentes sucessivos de gravidade crescente entre adversários e inventa respostas possíveis a cada uma das situações. As réplicas visam neutralizar a iniciativa de resposta do adversário, preocupando-se no entanto em que não dêem lugar à ascensão aos extremos. Como o General Beaufre, H. Kahan não busca impor conclusões ou prescrições, mas simplesmente construir um número significativo de situações tipo, de ambientes em que os decisores terão de assumir as suas opções, com o intuito único de provocar a sua reflexão e estimular a imaginação.

A construção de cenários requer, naturalmente, competência no domínio específico em que são utilizados. A concepção de cenários ao nível político-estratégico implica a aplicação de conhecimentos das ciências auxiliares da Política Internacional e das Relações Internacionais de que se destaca a História, o Direito Internacional, a Antropologia Cultural e, claro está, a Geopolítica. Estas são as ferramentas básicas para, partindo da observação do presente, procurar discernir as possíveis vias do futuro, segundo a maior ou menor influência que será exercida por diferentes factores, diversas condições e agentes.

Na impossibilidade de abarcar todos os conhecimentos relevantes para elaboração de um dado cenário há, muitas vezes, que recorrer a quem acerca da matéria possa dar um contributo relevante.

5. A QUESTÃO DA CREDIBILIDADE DOS CENÁRIOS

O agnosticismo frequentemente manifestado em relação às virtudes dos cenários prende-se, no fundo, com a questão da sua credibilidade. Vejamos alguns aspectos concretos do problema, retomando a análise de sistemas como uma das circunstâncias em que tem lugar a utilização de cenários.

Suponhamos que se pretende comparar a eficácia de um avião de caça e de um sistema defensivo de mísseis mar-ar, contra caças inimigos. Tendo em conta esse objectivo, não haverá necessidade de submeter a um teste de credibilidade a questão de se ter assumido que Vermelho e Azul estão igualmente motivados, em elevado grau, para obter a superioridade aérea sobre a zona de combate — muito embora seja altamente improvável que Vermelho se empenhasse num duelo com a aviação Azul, sobre mar de Azul, sem primeiro ter tentado destruir os seus sistemas de mísseis mar-ar. Ou seja: não seria pela diferença de comportamento de Vermelho entre uma situação real e a que se admite, que o cenário poderia merecer reservas. O mesmo não se dirá, porém, se a capacidade económica e tecnológica que se atribui a Vermelho e que se traduz pela posse de sistemas com as características e «performance» consideradas não tivesse consistência adequada. É que, muito provavelmente, os resultados da análise que se efectua influenciarão significativamente a decisão de conferir determinadas características de custo-eficácia a novos sistemas que venham a ser desenvolvidos, e daqui a credibilidade do cenário poder ser legitimamente questionada.

Outro exemplo: na avaliação das vulnerabilidades de um sistema de mísseis que seja parte do dispositivo de dissuasão de uma grande potência, o cenário utilizado considerará aspectos de exequibilidade tecnológica ou realismo físico dos acontecimentos. É que embora seja altamente improvável que tais sistemas venham a ser postos efectivamente à prova, o simples facto de as consequências daqueles acontecimentos poderem ser catastróficos leva a ter de considerar a situação. Aqui a credibilidade do cenário deverá ser questionada menos na base dos factores de ordem tecnológica do que nos factores de ordem política.

Cenários credíveis, utilizados na análise de sistemas, estão na base de decisões do âmbito do planeamento operacional, de forças, etc., que uma

vez concretizados devem ter um impacto na dissuasão e no processo de defesa se a dissuasão falhar. Ou seja, no planeamento de forças devem considerar-se também os seus efeitos na avaliação, pelo inimigo, de riscos que esteja disposto a correr, ou os seus efeitos em situações político-militares actuais e futuras.

Estas situações devem se realísticas, uma vez que é também a função política das nossas forças que se está a procurar garantir com a aquisição de novos sistemas. Daqui ser necessário assegurar a consistência das situações militares postuladas com o contexto político-militar admitido, ou seja, considerar os contextos político-militares que se possam vir a materializar e identificar a sequência específica de acções militares plausíveis, susceptíveis de nele se integrarem.

Viu-se já que a credibilidade de um cenário de baixo grau de probabilidade não terá razões para ser questionada se as consequências das situações admitidas, a verificarem-se, forem catastróficas.

Isto acontece especialmente com alguns cenários estratégicos. Ao nível de cenários de guerra limitada de baixo grau de probabilidade verifica-se um desacordo considerável sobre o assunto. Primeiro porque as posições são frequentes e lamentavelmente influenciadas pelo facto de se privilegiarem cenários susceptíveis de favorecer o desenvolvimento de um Ramo das Forças Armadas relativamente aos outros. Depois porque as diferenças de ponto de vista quanto ao valor desses cenários é, essencialmente, o resultado das diferenças de percepção das consequências, se os acontecimentos postulados efectivamente se verificarem, e de como o próprio facto de vir a estar preparado para enfrentar esses conflitos pode afectar a probabilidade da sua ocorrência.

Por vezes a credibilidade de um cenário respeitante aos seus aspectos políticos é posta em causa não pela discordância da consciência dos eventos postulados mas pura e simplesmente porque descreve situações naquela área de contingências relativamente às quais os responsáveis pela tomada de decisão não sabem o que fazer se elas ocorrerem. Tais cenários são, no mínimo, obviamente incómodos. Em lugar de merecerem a reflexão indispensável, são relegados para uma melhor oportunidade, na esperança secreta de que, se os acontecimentos nele contidos ocorrem, o imprevisto, a inspiração da ocasião resolverá os problemas. A falta de credibilidade do cenário será, provavelmente, neste caso, um falso problema.

6. SÍNTESE E CONCLUSÕES

A utilização de cenários constitui uma forma não condicionada, especulativa, de examinar o futuro. O valor deste procedimento assenta no estímulo à imaginação que ele produz, dando-nos conta do leque de contingências a que poderemos ter de fazer face.

Não há que confundir predição com a prática de visualização de contingências decorrente da construção de cenários. Se assim fosse, o resultado seria restringir, em vez de ampliar, a visão das diferentes situações que poderemos ter de enfrentar.

O objectivo, repete-se, não é necessariamente prever, mas muito simplesmente demonstrar a possibilidade de um certo estado de coisas futuras, apresentando uma cadeia razoável de acontecimentos a ele conducente.

O judicioso aproveitamento de cenários proporciona ainda uma disciplina mental susceptível de abrir novos mundos à razão, de perspectivar elementos essenciais acerca dos quais pode vir a ser necessário tomar uma decisão, e que nunca haviam sido levantados, eventualmente de iluminar a própria decisão.

O campo de aplicação dos cenários é extremamente amplo. No âmbito da Defesa Nacional a utilização mais relevante dos cenários vai, provavelmente, para o estudo de potenciais crises.

Facilitando uma visão de contingências futuras, os cenários credíveis podem dar um alerta de perigos vindouros, revelar-nos até que ponto determinadas tendências dependem de factores sob nosso controlo e, consequentemente, aumentar o conhecimento das opções possíveis.

Magalhães Queiroz
Capitão-de-mar-e-guerra

BIBLIOGRAFIA

- Posvar, Wesley «Strategy and Politics», *Air Force/Space Digest*, December 1966.
 Quade and Boucher, *Systems Analysis and Policy Planning. Applications in Defense*.
 Brzezinski, Zbigniew, *Game plan*.
 King, William and Cleaud David, *Systems analysis and project management*.
 Zorgbibe, Charles, «La société internationale a l'horizon 2000» — *Defense Nationale*, Abril 1979.
 Le Hegart, Louis, «La stratégie, Theorie d'une pratique?» — *Defense Nationale*, Março 1984.

DEFESA MILITAR E OPINIÃO PÚBLICA

Virgílio de Carvalho

DEFESA MILITAR E OPINIÃO PÚBLICA

A defesa militar pertence ao tipo das medidas das quais não é fácil prescindir-se, pela simples razão de não parecerem necessárias de imediato. Porque não se pode improvisar dum momento para o outro. E hoje, como toda a gente já compreendeu, a situação político-estratégica, mundial ou regional, pode evoluir drasticamente, em pouco tempo. Mas há outras razões, que não apenas as das ameaças clássicas, pelas quais determinados países acham imprescindível investir em defesa militar. E porque a opinião pública é elemento basilar quanto a defesa e investimentos, convém fornecer-lhe elementos para poder reflectir e optar fundamentadamente. O objectivo do presente estudo é, precisamente, o de procurar contribuir para tal reflexão.

A IMPORTÂNCIA E A CONTINUIDADE DA NATO

O Presidente Bush, tanto na sua campanha eleitoral, como no seu discurso de posse, afirmou claramente ser a Aliança Atlântica (NATO), ou seja, a integração estratégica entre a América do Norte (EUA e Canadá) e a Europa Ocidental, a vertente principal da política externa do seu país. Quer ele dizer que a contenção da URSS, para evitar que possa juntar pela força militar a Europa Ocidental à Europa do Leste que ocupou no final da Guerra Mundial de 1939/45, continua a ser imprescindível. Por certo porque ninguém sabe ainda o que pode ocorrer com uma URSS cuja evolução pode ser interrompida por qualquer acontecimento interno, ou porque Moscovo pode ser tentada a criar uma questão externa para distrair a frente interna dos seus graves problemas.

Seja como for, a NATO tende a manter-se como elemento fundamental da segurança e da política externa dos países da Comunidade Atlântica. E isso tem muito, mesmo muito, a ver com Portugal.

A IMPORTÂNCIA DE PORTUGAL NO ATLÂNTICO

Como é sabido, Portugal foi convidado para membro fundador da NATO, a despeito de, na altura, o seu regime político não obedecer aos padrões democráticos ocidentais. O que, não tendo acontecido com a vizinha Espanha, mostra como o território português tem importância excepcional para a segurança atlântica. De facto, a localização central do conjunto territorial de Portugal (Açores, Continente e Madeira), entre a Europa e a América do Norte, tornam-no indispensável para se prestar apoio ao reforço militar norte-americano à Europa. Reforço militar esse cuja importância, dissuasória, lhe vem de ter sido decisivo para a vitória dos aliados atlânticos nas duas últimas guerras mundiais, de 1914-18 e 1939-45.

Tal reforço militar (ver figura 1), apesar de admitir teoricamente duas vias, norte e sul, tenderia inevitavelmente, em caso de guerra, a concentrar-se na via sul, pelas seguintes razões principais:

- para se afastar o mais possível da ameaça de aviões armados com mísseis ar-mar de longo alcance baseados no complexo militar soviético da Península de Kola;
- para poder beneficiar de melhores condições de detecção sonora de submarinos, existentes a sul, bem como de mar menos agitado, que consente velocidades de avanço maiores aos navios;
- para poder disfrutar de apoio mais eficaz de meios aéreos e navais a partir de bases nos Açores, na Madeira e no Continente Português.

Tal rota única de reforço militar tenderia então a passar pelo meio do disperso conjunto territorial de Portugal, e a bifurcar, a partir dele, para um ramal norte via Canal da Mancha, e para um ramal sul, via Estreito de Gibraltar. O que tende a fazer da Espanha uma Inglaterra do Sul.

Foi por se atentar em razões deste tipo que o conjunto territorial de Portugal ficou excepcionalmente inserido na área do Comando Supremo Aliado do Atlântico Norte (SACLANT), com sede no EUA, que é responsável pela condução do reforço militar norte-americano à Europa Ocidental. E não na área do Comando Supremo Aliado da Europa (SACEUR). Um facto que não deve perder-se de vista. E isto porque, dada a importância excepcional do conjunto territorial português para interesses de segurança de tanto vulto de poderosos países, Portugal pode disfrutar de influência e

de poder negocial no contexto atlântico, ou ter sérios problemas de soberania, conforme dispuser, ou não, de defesa militar adequada.

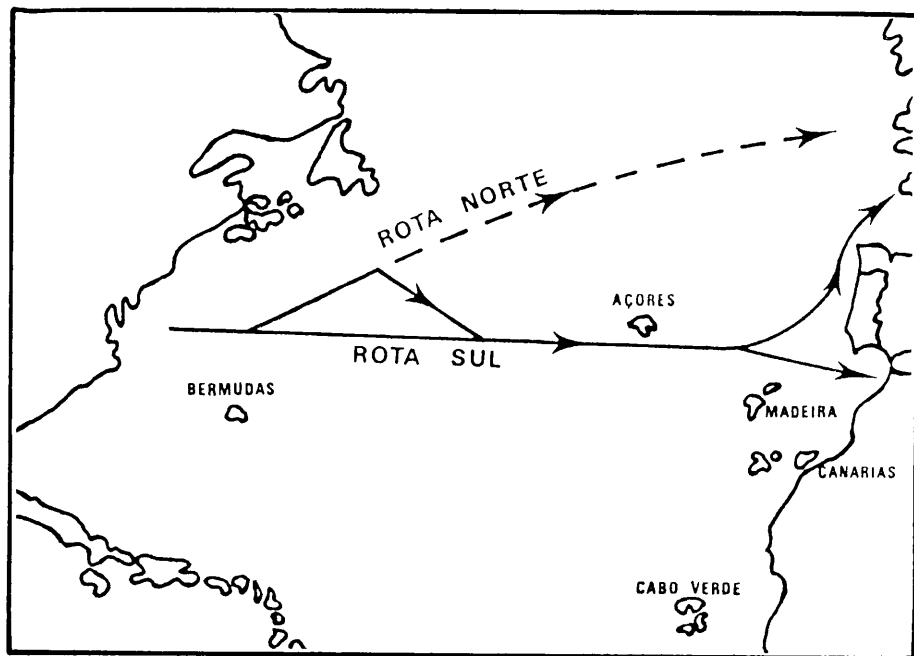


Fig. 1 — Rotas de reforço da Europa

PORTUGAL E OS VIZINHOS EUA E ESPANHA

Um elemento indispensável para reflexão da opinião pública nacional diz respeito ao conhecimento da própria «prancheta» de Portugal. Quer isto dizer que a opinião pública nacional precisará de não esquecer que Portugal é a única Nação da Península Ibérica que conseguiu individualidade de País. E que tal se deve à sua especial condição euro-atlântica. A qual lhe é conferida pelo seu litoral (valioso pela proximidade de rotas marítimas internacionais vitais), pelos arquipélagos atlânticos (o dos Açores bem no meio do Atlântico Norte, e o da Madeira defronte de Gibraltar), e pelo interesse secular de países que são dependentes do uso do mar para

a sua liberdade de acção e desenvolvimento, em ter em tão importante região um aliado de confiança.

Para ser mais claro, Portugal não teve de esperar pela democracia, nem pela Espanha, para ser convidado para membro fundador da marítima NATO. Mas teve de pedir, e de esperar por ambas, para ingressar nas Comunidades Europeias e na União Europeia Ocidental (UEO). Significa tal coisa que o Portugal euro-atlântico é uma potência geoestratégica mais importante que a Espanha para o lado do Atlântico (para onde portanto lhe deve interessar mais afirmar-se) e menos importante que ela para o lado da Europa, direcção para onde corre riscos de subalternidade a Madrid. É por isso que convém insistir em lembrar que a Portugal não interessam blocos ibéricos, nem discurso e comportamento geopolítico de país mediterrânico ou de sul, até por respeito para com os portugueses atlânticos das Ilhas.

O referido quer afinal dizer que, para Portugal poder disfrutar de influência e de poder negocial correspondente à sua importância geoestratégica, lhe convém começar por procurar preservar a sua coesão interterritorial. Por isso, tem de constituir preocupação nacional o comportamento dos dois aliados, amigos e vizinhos que são os EUA e a Espanha. Nos EUA parece ponto assente do seu pensamento geoestratégico que passa entre os Açores e a Península Ibérica uma fronteira estratégica da sua defesa à distância. O que se vê claramente no seu interesse em continuar a utilizar a Base Aérea portuguesa das Lages, nos Açores, e em manter a fronteira entre o seu Comando operacional NATO do Atlântico Ocidental (WESTLANT) e o português IBERLANT, no meio do conjunto territorial de Portugal. Quanto à Espanha, é conhecida a sua insistência em considerar o IBERLANT como fazendo parte da sua área de interesse estratégico. E, no tratado bilateral de defesa EUA - Espanha, têm surgido mapas definindo áreas de interesse estratégico dos dois países, com fronteira coincidindo com a existente entre o WESTLANT e o IBERLANT, como que dividindo entre si, operacionalmente, o «espaço estratégico» português (ver fig. 2).

Porque é assim, Portugal precisa de tomar duas decisões firmes, para preservar as suas coesão, soberania e influência de aliados amigos e vizinhos:

- pugnar sem descanso por que a fronteira entre o IBERLANT e o WESTLANT mude para oeste dos Açores;
- dotar-se de defesa militar minimamente suficiente para tirar àqueles

aliados argumentos de vazio militar na área de responsabilidade portuguesa, para se não tentarem a preenchê-lo com forças suas.

Saliente-se que o facto de a NATO ter ultimamente concedido a integração dos Açores no IBERLANT, deixando ficar no entanto a fronteira entre este e o WESTLANT, onde estava, apenas significa que Portugal começou a ser ouvido, mas não o suficiente para ir até onde realmente importa. E não se venha com o argumento que não é por os Açores estarem no meio duma área de responsabilidade dos EUA que periga a coesão nacional. A verdade é que não é nada saudável para a solidariedade nacional, em termos psicológicos e de dignidade, que se consinta sem reparos, num Portugal cuja euro-atlanticidade é a força da sua individualidade e do seu poder negocial (inclusive quanto aos mesmos EUA), que uma fronteira da defesa avançada dum país estrangeiro, ainda que aliado e amigo, se projecte para o meio do conjunto territorial nacional. Além disso, só um IBERLANT com a dimensão euro-atlântica de Portugal faz com que as bases espanholas, peninsulares e insulares, não sejam alternativa às portuguesas.

A Portugal apenas interessa realmente um IBERLANT correspondendo ao seu conjunto territorial. É mais que suficiente para ser importante, e é legítimo. E não acarreta problemas com a vizinha Espanha, que bem podem vir a ser explorados para propor a partilha do IBERLANT com ela, com todas as consequências para a importância de Portugal, e com os riscos que decorrem de passar a ter também no controlo da fronteira marítima o mesmo país que já pode controlar a terrestre, por força de geografia. A Portugal, a quem interessa defender que a Península comporta duas individualidades geoestratégicas, geoeconómicas, geopolíticas e geoculturais distintas, como acontece noutras penínsulas, como a Escandinava, convém compreender que, uma vez que a Espanha decida ingressar na organização militar da NATO, o seu lugar legítimo é num comando de área complementar do IBERLANT, sobre o seu eixo Baleares-Estreito-Canárias (ver fig. 3).

DEFESA MILITAR PARA PORTUGAL

Uma vez que interessará a Portugal não dar argumentos de vazio militar no seu «espaço geoestratégico» a aliados, importa ter por referência o que

SITUACION DE ESPAÑA EN RELACION A LOS LIMITES DE LA OTAN Y LAS ZONAS DE INTERES COMUN CON FRANCIA Y USA

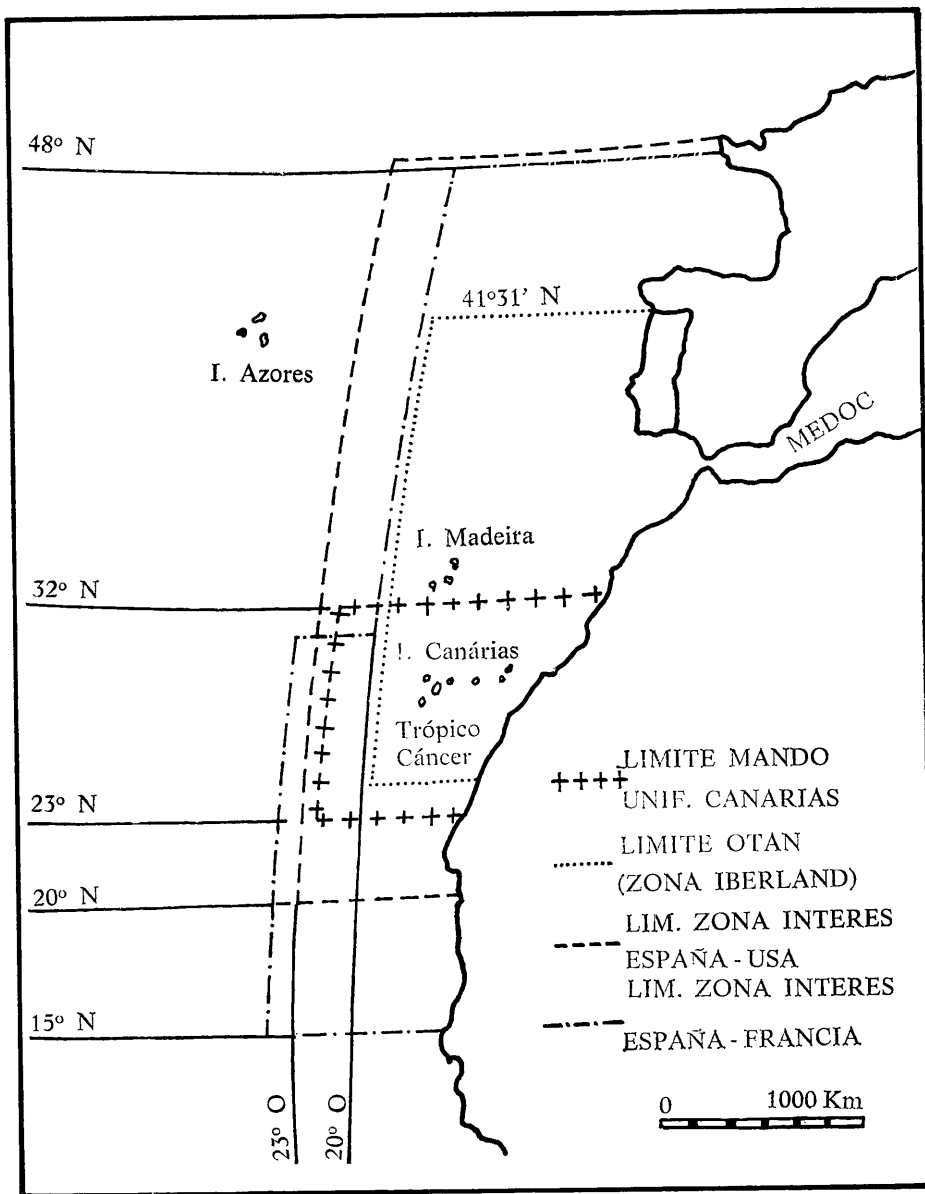


Fig. 2 — Extracto dum Boletim do CESEDEN (Espanha) de 1985

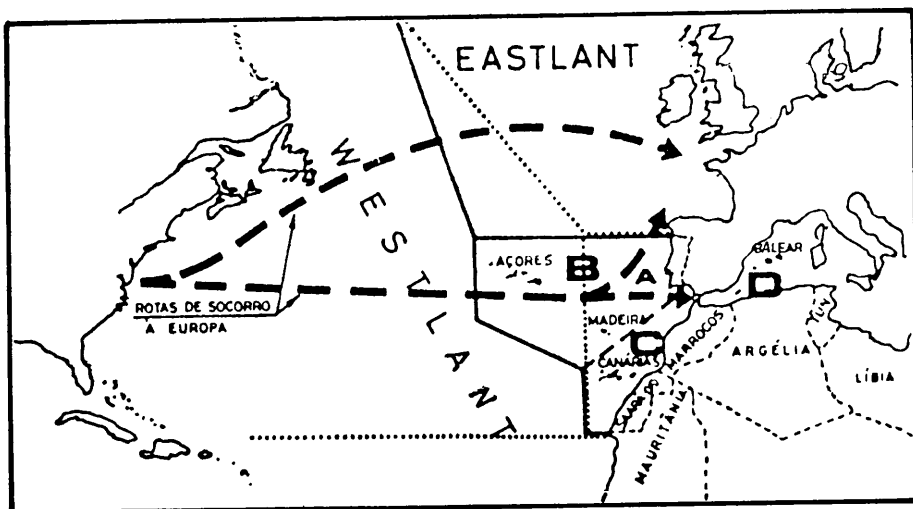
os preocupa nele. E, tanto quanto se sabe, as suas preocupações em questão terão a ver com as possibilidades de:

- ataque a posições importantes em terra, nomeadamente bases nos Açores, Madeira e Continente, porque elas poderão ser úteis ao decisivo reforço militar norte-americano à Europa;
- ataques por submarinos, aéreos e minas àquele reforço, e à navegação aliada.

Sendo assim, Portugal, para proteger a sua soberania, e para poder ter força moral para «empurrar» a tal fronteira entre o IBERLANT e o WESTLANT para lá dos Açores, precisa de estudar a sério a sua defesa militar, tendo em atenção que ela tenda a sossegar os referidos aliados. No mínimo, oferecendo hipóteses credíveis de resistir em terra com meios autónomos o tempo que poderão levar reforços aliados a chegar, e de fornecer alguma protecção à navegação aliada em águas portuguesas nos primeiros dias duma eventual guerra Leste-Oeste. E de, em tempo de paz, forças navais e aéreas nacionais exercerem suficiente acção de presença e de vigilância sobre forças navais e aéreas estrangeiras na área de responsabilidade portuguesa. Em termos mais práticos, poderá adiantar-se, a título de exemplo, que a Portugal poderá convir, no mínimo, uma defesa militar do seguinte tipo:

- defesa terrestre, antiaérea e marítima visando a protecção das bases mais importantes no Continente, Madeira e Açores;
- forças terrestres ligeiras aerotransportáveis para rapidamente circularrem entre as três parcelas do conjunto territorial nacional, para o que convirá dispor-se de estruturas materiais e humanas de preposicionamento, acolhimento e enquadramento, em todas elas;
- forças navais com capacidade anti-submarina, antimina e antiaérea;
- forças aéreas com capacidade de intercepção, anti-submarina e anti-navio, e de transporte interterritorial.

No que respeita a tipos e quantidades de unidades e material, e a dispositivo e conceito para o seu emprego, por certo que as instâncias militares nacionais são as indicadas para estudar e propor o que de mais adequado julgarem a quem compete decidir. De notar ainda que as referidas forças ligeiras aerotransportáveis podem ter aplicação, na modalidade de Força de Intervenção Rápida, na defesa da frente leste da Europa, ou em missões de paz da ONU.



- Limites actuais das Áreas NATO
- Limites preconizados para as Áreas NATO
- - - - - Separação das Subáreas preconizadas
- A** Actual IBERLANT
- B** Subárea de vocação «euro-atlântica»
- C + D** Subárea de vocação «euro-afro-mediterrânica»

Fig. 3 — Do artigo do autor, publicado no n.º 15 (Jan-Mar80) da «Nação e Defesa»

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defesa Militar é uma estratégia visando objectivos de política de segurança e de política externa. Objectivos que, no caso de Portugal, têm a ver, antes de mais, com o exercício de soberania no «espaço geoestratégico» nacional. O que não quer dizer que a dissuasão fique esquecida, porque ela estará automaticamente assegurada pelos mesmos meios que visem o exercício de soberania.

Como estratégia, a Defesa Militar deve obedecer às provas clássicas de adequabilidade (capacidade para proteger a soberania nacional), de exe-

quibilidade (disponibilidade de meios materiais e humanos para garantir a sua continuidade) e de aceitabilidade (custos psicológicos e financeiros compatíveis com a importância do objectivo). E não podem restar dúvidas, inclusive porque recentes sondagens de opinião para tal apontam, que a juventude portuguesa compreende a importância de objectivos como soberania e capacidade negocial nacional. Os quais, aliás, estão também à cabeça dos objectivos de Segurança de países NATO com problemas idênticos aos de Portugal, como o Canadá e a Dinamarca. As questões que a juventude e o poder político põem quanto à Defesa Militar, na maioria dos países, são de outra natureza, pois decorrem principalmente de lhes parecer que a presente era tende a ser mais de competição económica do que militar, o que os impele a serem mais cuidadosos e rigorosos com ela. Por isso muito convirá seguir-se com atenção o que outros países estão fazendo. Por exemplo, o sistema da Suíça, que pode pôr em pé de guerra para cima de um milhão de homens em menos de 48 horas, com muito material do mais moderno, e sem grandes reparos da opinião pública. Talvez porque o seu modelo de «reserva activa» consiga os efectivos potenciais necessários com menor «despesa» financeira e humana, aligeirada ainda por eficiente indústria de defesa com interessante capacidade de exportação. Um sistema que parece estar interessando sectores de estudiosos dos próprios EUA, onde a pressão da opinião pública e do Congresso para uma maior racionalidade quanto à Defesa Militar tem vindo a aumentar.

Seja como for, interessa relembrar que a Defesa Militar não é coisa de somenos importância para Portugal, nem merecedora de ser percebida, justa ou injustamente, apenas como feudo de militares, pois deve ser do interesse e da responsabilidade esclarecida de todos os cidadãos. Merece, isso sim, maior e a mais esclarecida atenção de políticos e de militares, dada a importância do que está em jogo. E, principalmente, da opinião pública, sem a compreensão da qual não poderá ter a credibilidade e a força psicológica e negocial que o País especial que Portugal é realmente precisa.

Virgílio de Carvalho

Capitão-de-mar-e-guerra

Assessor do IDN

ALGUMAS QUESTÕES ELEMENTARES SOBRE
ESTRATÉGIA AÉREA

António de Jesus Bispo

ALGUMAS QUESTÕES ELEMENTARES SOBRE ESTRATÉGIA AÉREA (*)

INTRODUÇÃO

A Estratégia Aérea é um dos Ramos da Estratégia Militar Geral. Significa esta afirmação que existe uma problemática própria associada à génese e aplicação da componente aérea da força militar. As razões da especificidade residem nas características do ambiente de operações e na tecnologia dos meios aéreos que proporcionam potencialidades estratégicas específicas, assim como vulnerabilidades próprias. Está assim justificada uma compartimentação correspondente dentro do corpo de conhecimentos em que a Estratégia se constitui.

Quando se trata deste tema da Estratégia Aérea, assim como no caso mais envolvente da Estratégia, é conveniente considerar dois níveis, para um melhor entendimento do seu conteúdo; são eles:

- um nível de abstracção ou de sedimentação de conhecimentos, donde resultam os grandes princípios gerais;
- um nível do concreto onde se desenrolam as acções aéreas estratégicas e onde tem lugar a respectiva conduta.

É nesta orientação que iremos relatar de forma sucinta os aspectos mais significativos de alguns casos de aplicação de estratégias aéreas, e apresentar numa outra parte uma abordagem simples à Estratégia Aérea. Desde logo, importa esclarecer o que se deverá entender por acção aérea estratégica. Para simplificar, poderemos dizer que é toda a acção que é concebida, preparada e conduzida por forma a produzir efeitos na condução geral da guerra sem relação mandatária directa e imediata com as acções em curso num dado teatro de operações, e com execução que normalmente se desenvolve num espaço exterior ao daquele teatro de operações. É neste sentido que muitas vezes se tem associado a acção aérea estratégica ao

(*) Exposição efectuada ao CDN/89 em 88NOV26 (PORTO e 88DEZ12 (LISBOA).

bombardeamento aéreo no interior do território, inimigo, o que é uma interpretação restritiva, na medida em que outras acções, para além do bombardeamento, se poderão também classificar como estratégicas.

PODER AÉREO

A Estratégia Aérea tem a ver com a génese e aplicação do Poder Aéreo; nesta conformidade importa que se defina o Poder Aéreo. Wells, na sua obra «War in the Air», publicada em 1908, considerava o poder aéreo como o produto do parque aeronáutico nacional.

Trata-se de uma definição muito simples, que se nos afigura insuficiente para caracterizar aquilo que hoje se considera como Poder Aéreo.

Em 1921, DOUHET considera Poder Aéreo como o domínio do ar — iremos ter oportunidade de verificar a ambiguidade da expressão «o domínio do ar», pelas várias interpretações possíveis, no plano prático.

Com o decorrer dos tempos surgem várias aproximações ao conceito de Poder Aéreo. Por exemplo, uma aproximação pela enumeração dos seus elementos, ou uma aproximação mais teórica como é o caso da da escola francesa que considera poder aéreo como o conjunto das forças, incluindo os seus meios geradores e de sustentação, cujo emprego se faz com a utilização de veículos aéreos com capacidade de deslocação controlada a três dimensões.

Poderemos ainda considerar um conceito sintético do seguinte contendo:

— Poder Aéreo é a capacidade de projectar força militar com utilização da terceira dimensão acima da superfície da Terra.

Esta força militar pode constituir o próprio veículo, através do seu poder de fogo próprio e dos seus sensores e comunicações de bordo, ou pode constituir-se em capacidade de mobilidade aérea e de reabastecimento de forças de superfície.

Em qualquer caso, o que se nos afigura importante sublinhar é que:

— O Poder Aéreo não inclui apenas o veículo que se desloca através da atmosfera, quer se trate de aeronave ou de míssil, mas também a estrutura e os recursos humanos e materiais necessários à produção, manutenção, operação, sustentação e comando e controlo daquele veículo;

- O Poder Aéreo não deve ser definido segundo critérios orgânicos, circunscrevendo-se por exemplo apenas a uma organização, mas sim segundo critérios de funcionalidade (ou de operação) e de potencialidade em termos militares;
- Numa perspectiva de defesa total inscrevem-se no Poder Aéreo os meios de aviação civil do Estado e outros que venham a ser requisitados para efeitos de reforço dos meios militares, em caso de conflito.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Em termos tecnológicos, o Poder Aéreo teve a sua expressão progressiva no balão, no dirigível, no avião e no míssil.

O avião, que é produto deste século e o elemento ainda mais significativo do Poder Aéreo, foi objecto de apreciação pela opinião pública, na altura do seu aparecimento, segundo duas ópticas diferentes:

- no sentido apocalíptico pelo poder de destruição que poderia vir a significar;
- no sentido do desenvolvimento e da paz, pela ultrapassagem da limitação geográfica, pela introdução de novos conceitos de espaço e de tempo, pela possibilidade de ligações entre os povos, pelo seu poder dissuasor.

Pensava-se na época (princípio do século) que o possível holocausto produzido nas capitais das Nações, desencorajaria as tentações bélicas entre os Estados.

Com o aparecimento do Poder Aéreo Convencional desenvolve-se um discurso de dissuasão muito semelhante ao que se viria a construir muito posteriormente com a dissuasão nuclear. Os efeitos produzidos, ao nível do psicológico, foram bastante diferentes; adiantamos desde já que nos parece que este resultado pode ter tido origem, essencialmente, numa má aplicação do Poder Aéreo Convencional em várias situações históricas de conflito, como iremos ter oportunidade de analisar superficialmente, e na proporção do efeito letal dos dois tipos de armas (convencional e nuclear), naturalmente. Uma aplicação menos descondicionada do Poder Aéreo, na exploração de todas as suas potencialidades poderia ter evitado as fatalidades ocorridas.

Em 1907, a Conferência de Haia banuiu o bombardeamento de cidades e estruturas *indefesas* por qualquer meio. Foi também o perigo do bombardeamento aéreo que fez desencadear esta resolução. Nem todos os países subscreveram esta resolução com o argumento da indefinição ou da ambiguidade do termo *indefesas*. O que se deveria entender por uma cidade indefesa?

É curioso referir que sessenta anos depois, as Nações Unidas adoptam uma outra prescrição relativa à não utilização do espaço para armas de destruição maciça. E ainda continua a ser curioso referir que o tratado ABM de 1972, entre os EUA e a URSS, configura o dispositivo defensivo permitido contra mísseis balísticos de ogiva nuclear, na mesma linha de preocupações do passado, correlacionando ataque com defesa.

No início do desenvolvimento do Poder Aéreo Convencional tem lugar a primeira guerra mundial.

A PRIMEIRA GRANDE GUERRA

O avião estava ainda na sua infância: o Reino Unido tinha cerca de 120 aviões, a França dispunha de um quantitativo idêntico e a Alemanha tinha um pouco mais, cerca de 230. No final da guerra o Reino Unido tinha cerca de 3300, a França cerca de 4500 e a Alemanha cerca de 2400, o que dá ideia do desenvolvimento explosivo da produção aeronáutica neste período. Mas a potencialidade estratégica do bombardeamento, tão fantasiada no período anterior à guerra, não foi evidente para os utilizadores do Poder Aéreo. No princípio o avião foi utilizado em reconhecimento aéreo, com resultados positivos na avaliação do dispositivo inimigo. Assim que as linhas foram estabelecidas e teve início a guerra das trincheiras, o avião foi utilizado essencialmente na observação e regulação do tiro de artilharia. Quando a superioridade de uma das partes permitiu a ruptura das linhas da outra parte surge o combate aéreo, basicamente porque o avião atacante era forçado a entrar no espaço normalmente ocupado pelo avião das forças atacadas — o combate surge porque há encontro casual e ao estilo da época, proporcionando os primeiros heróis da aviação militar. Ultrapassada esta fase da estratégia terrestre volta-se novamente à guerra de atricção e o avião volta a ser utilizado nas funções anteriores e em ataques a baixa altitude às posições inimigas. É importante ainda referir que as Ilhas Britânicas foram atacadas pela aviação alemã, inicialmente com dirigíveis e depois com

aviões, sem impacto muito significativo, mas que proporcionou um primeiro ensaio da defesa aérea, por parte da Grã-Bretanha.

TEORIZAÇÃO ENTRE AS DUAS GUERRAS

Finda a guerra segue-se um período de contenção de despesas militares e a produção aeronáutica militar baixa extraordinariamente. Mas a teorização sobre o Poder Aéreo conhece o seu período áureo, em especial na década de vinte. São protagonistas desta teorização, entre outros, o Air Marshall TRENCHARD, no Reino Unido, o General DOUHET, em Itália, e o General MITCHELL, nos Estados Unidos da América. Destes, aquele que tem uma obra publicada mais consistente é sem dúvida o General DOUHET.

Ainda em 1916 o Air Marshall TRENCHARD apresentou um memorando, que veio a ficar histórico, em que considerava o avião como uma arma ofensiva, devendo ser utilizada neste sentido para forçar o inimigo a uma posição defensiva — na sequência deste memorando foi criada a Força Britânica Independente de Bombardeamento que não teve resultados positivos, por razões de ordem diversa. A estratégia aérea proposta por TRENCHARD pode considerar-se sintetizada na seguinte parte de um texto da sua autoria:

«Deve ter-se bem presente que a defesa do nosso território não significa apenas o conjunto de acções que levam a impedir os aviões de ataque inimigos de voar sobre o nosso território. No seu sentido mais amplo, significa a vitória numa guerra aérea contra qualquer poder que decida atacar-nos; para ganhar esta guerra será necessário conduzir uma ofensiva pelo bombardeamento do país inimigo, destruindo as suas fontes do poder aéreo e qubrando o moral do seu povo.

Não é contudo necessário que uma força aérea, para derrotar uma Nação inimiga tenha que derrotar as suas forças armadas em primeiro lugar. O Poder Aéreo pode evitar este passo, passando por cima das Marinhas e dos Exércitos inimigos, penetrar as defesas aéreas e atacar os centros de produção, de transporte e de comunicação a partir dos quais o esforço de guerra inimigo é mantido.

A possibilidade da aplicação da força militar contra a estrutura vital duma Nação directa e imediatamente após o início das hostilidades é o mais importante e profundo desenvolvimento dos tempos modernos.»

O General MITCHELL foi um seguidor de TRENCHARD, tendo sido um defensor exaltado na constituição do Poder Aéreo Americano. A estratégia americana não previa o envolvimento armado noutros países ou continentes; MITCHELL considerava o bombardeiro aéreo como o mais eficaz dos meios na defesa americana contra qualquer poder naval que ameaçasse o território.

A teoria estratégica de DOUHET para o Poder Aéreo é toda ela baseada na capacidade ofensiva do futuro bombardeiro. A estratégia militar tinha evoluído para uma situação de impasse, de usura ou de desgaste, arrastando-se a guerra por períodos prolongados de massacre de parte a parte. A capacidade ofensiva do avião vinha criar desequilíbrios e resolver os conflitos de forma rápida e decisiva, ou então actuar como dissuasor e evitar ou reduzir a ocorrência dos conflitos. Os exércitos existiam para defender os interesses vitais dum País; se fosse possível atacar directamente esses centros vitais, poderia ser evitável a confrontação directa entre forças armadas, segundo o conceito tradicional — e o avião permitia essa possibilidade. Trata-se portanto duma ruptura com o conceito de CLAUSEWITZ e do surgimento dum conceito de guerra total, em que não estarão apenas envolvidas as forças armadas.

Os pressupostos da Teoria de DOUHET são os seguintes:

- Os aviões são instrumentos ofensivos de incomparáveis potencialidades, contra os quais nenhuma defesa efectiva pode ser prevista;
- O moral civil será completamente arrasado pelo bombardeamento dos centros populacionais.

Os elementos básicos da teoria são:

- para assegurar uma defesa nacional adequada, é necessário e suficiente estar em posição de conquistar o domínio do ar, em caso de guerra;
- Os objectivos primários do ataque aéreo não deverão ser as instalações militares, mas as indústrias e os centros de população distantes do contacto das forças de superfície;
- uma força aérea inimiga não deve ser atacada pelo combate aéreo mas primeiramente pela destruição das instalações terrestres e das fábricas donde provém o material;
- o papel das forças de superfície deverá ser defensivo, no sentido de sustentar uma frente e evitar um avanço inimigo para ocupação

e destruição dos novos centros vitais, enquanto que a ofensiva aérea tem em vista a paralisia do inimigo na manutenção de um exército e na vontade do povo para prosseguir;

- No interesse da mais económica aplicação do esforço total, a utilização de caças para a defesa deve ser desprezada. O tipo básico deve ser o avião de batalha que conduzirá bombardeamentos ao mesmo tempo que cuida da sua auto-protecção.

DOUHET considera que não existe defesa contra as massas de bombardeiros e que vencerá a guerra aquele que lançar o primeiro e decisivo ataque.

Esta posição corresponde à opção designada pelo primeiro ataque (first strike) na estratégia da dissuasão nuclear, mantendo-se portanto como referência actualizada.

Um outro ponto que DOUHET considera importante na sua teoria é o que se relaciona com a *selecção de objectivos*, e que está patente no seguinte extrato:

«A selecção de objectivos, incluindo o agrupamento de zonas e a determinação da ordem pela qual eles devem ser destruídos, é a tarefa mais delicada da guerra aérea, constituindo o que pode ser definido como estratégia aérea. Os objectivos variam consideravelmente na guerra, e a escolha deles depende principalmente da finalidade pretendida, seja da paralisação das marinhas e dos exército inimigos ou da destruição do moral dos civis na retaguarda das linhas. Esta escolha pode contudo ser baseada num grande número de considerações — militares, políticas, sociais e psicológicas.»

Hoje, os alvos são genericamente classificados em:

- do campo de batalha;
 - forças (counter-force) (por exemplo aviões, carros de combate e navios, bases aéreas e navais, áreas de reuniões, etc.);
 - valores (counter-value) (indústria, transportes, etc., e cidades)
- e é segundo este critério de selecção que as estratégias se desenvolvem.

SEGUNDA GRANDE GUERRA

Continuando o nosso percurso histórico, chegamos à chantagem de MUNIQUE de 1938 onde HITLER jogou de forma determinante com a ameaça do seu Poder Aéreo. Para isso contribuiu a sua própria propaganda

e a valorização que alguns observadores, incluindo o próprio LINDBERG, atribuíram à capacidade da LUFTWAFFE, e que se provou ser bastante exagerada. É claro que GUERNICA era ainda uma imagem muito recente, e teria tipo importância no plano do psicológico.

Quando a 2.^a Guerra foi desencadeada, as potências aliadas não estavam suficientemente preparadas em termos de forças aéreas: existiam quantitativos relativamente adequados, mas faltavam tripulações, treino e meios de apoio. As aeronaves não dispunham de todas as capacidades exigidas para uma guerra deste tipo, designadamente no campo do bombardeamento de longo alcance.

A ofensiva alemã foi lançada com o apoio maciço da sua força aérea que tratou de anular qualquer veleidade de reacções e que estabeleceu a supremacia aérea em toda a Europa Continental. A primeira dificuldade da LUFTWAFFE teve lugar em DUNKERQUE onde a RAF impediu o bombardeamento do porto, permitindo que cerca de 250 000 soldados ingleses, franceses e belgas tivessem sido evacuados para a Inglaterra.

O primeiro grande objectivo colocado de seguida aos aliados foi o da defesa aérea das Ilhas Britânicas, sujeitas ao bombardeamento maciço alemão orientado contra o poder aéreo e naval inglês. É nesta grande operação que surge uma faceta nova e particular do conflito que foi o da guerra electrónica, e que teve o nome popular de batalha dos feixes.

Quando LONDRES foi atingida por engano com os bombardeamentos aéreos, CHURCHILL aproveitou a oportunidade e mandou bombardear BERLIM. Não era a aplicação da teoria de DOUHET, em toda a sua pureza. CHURCHILL pretendia apenas fixar o Poder Aéreo Alemão no interior do seu território e aliviar a ofensiva aérea germânica contra a Grã-Bretanha, que acabou por ganhar a sua inexpugnabilidade com baixas significativas mas ainda assim muito inferiores às da Alemanha. Os aliados passaram à ofensiva (Primavera de 42), traduzida pelo bombardeamento aéreo de área contra grandes centros industriais, que significa grandes cidades industriais, com a finalidade de quebrar a vontade de combater e não especificamente para destruir a capacidade material para combater. A primeira cidade atingida foi Colónia em 30 de Maio de 1942; a seguir foi ESSEN e Hamburgo (Julho/Agosto de 1943) com 50 000 baixas fatais na população. Mas os alemães adaptaram-se a esta estratégia, para usar a expressão do Ministro alemão Speer.

É oportuno contrapor aqui o conceito de bombardeamento de precisão defendido pelos americanos, contrário do conceito inglês e que muita discussão suscitou.

Na sequência da Conferência de Casablanca de Fevereiro de 1943, assentou-se na ofensiva aérea com a finalidade de obter a «progressiva destruição e desarticulação dos sistemas militar, industrial e económico da Alemanha, e a debilitação do moral do povo alemão a um ponto tal em que a sua capacidade de resistência armada fique totalmente enfraquecida.»

Se quisermos transpor este conceito para o quadro da estratégia da dissuasão nuclear, diríamos que ele é a resposta exacta do que se pretende significar com a «destruição assegurada».

A selecção de objectivos para esta campanha foi objecto de um cuidado muito especial, seguindo a teoria de DOUHET. Mas há um facto significativo ocorrido nesta ofensiva, e que foi o desastre de SCHWEINFURT, em que uma percentagem apreciável de bombardeiros americanos foi abatida, o que quebrou o princípio de DOUHET quanto à concepção do emprego do bombardeiro e do caça. A partir desta data a incursão de bombardeiros passou a ser sempre escoltada por aviões de caça que, por serem superiores em «performance», produziram uma atricção enorme na aviação de caça alemã.

A grande ofensiva aérea aliada foi dirigida contra pontos muito específicos da capacidade industrial e logística de apoio às forças armadas, merecendo tratamento especial as unidades de produção aeronáutica e as unidades de produção de combustível de aviação.

As operações aéreas do Norte de África fizeram sobressair dois aspectos relevantes no emprego do Poder Aéreo: a necessidade de centralização, o que exige uma organização apropriada para o comando e controlo dos meios, e a importância da superioridade aérea como acção prioritária para o apoio aéreo ofensivo. E o mesmo se verificou em toda a operação no Mediterrâneo e na tomada da Sicília e da Itália.

A importância do Poder Aéreo foi devidamente demonstrada na Segunda Grande Guerra, ainda que não tenha sido utilizado no melhor aproveitamento das suas potencialidades estratégicas em todas as situações; foram exemplos mais flagrantes desta insuficiência o bombardeamento de área, ou seja de não precisão, e não consideração do Poder Aéreo na grande contra-ofensiva global, o que poderia ter evitado baixas na grande invasão da Normandia.

Pelo contrário, a utilização intensiva do bombardeamento aéreo do Japão evitou cerca de 1 milhão de baixas, que era o que se previa para a operação aero-terrestre de invasão do território.

Para se ter uma ideia de letalidade do ataque aéreo apressentam-se no quadro seguinte os resultados dos bombardeamentos de HIROSHIMA, NAGASAKI, TOQUIO e da média de 93 ataques (este último valor necessita de ser devidamente ponderado).

ESFORÇOS E RESULTADOS DO BOMBARDEAMENTO AÉREO

	<i>Hiroshima</i>	<i>Nagasaki</i>	<i>Toquio</i>	<i>Média em 93 Ataques urbanos</i>
N.º de aviões	1	1	279	173
N.º de bombas	1	1	1 667 ton.	1 129 ton.
Densidade de população por milha quadrada	35 000	65 000	130 000	—
Milhas quadradas destruídas	4,7	1,8	15,8	1,8
Mortos e desaparecidos	80 000	40 000	83 600	1850
Feridos	70 000	40 000	102 000	1830
<i>Ratio</i> de mortalidade por milha quadrada destruída	15 000	20 000	5300	1000
<i>Ratio</i> de feridos por milha quadrada	12 000	20 000	6300	1000

Nos conflitos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial o Poder Aéreo teve uma intervenção importante, embora muito condicionado politicamente em várias circunstâncias.

GUERRA DA COREIA

Na guerra da Coreia, antes da intervenção chinesa o Poder Aéreo foi utilizado na interdição em território sul-coreano, no envolvimento pela retaguarda e no apoio à força anfíbia desembarcada junto a SEUL; após

a intervenção chinesa a função principal do poder aéreo das NU foi a obtenção da superioridade aérea (impedindo a intervenção da aviação de ataque chinesa), e o apoio aéreo ofensivo às forças das NU. Por restrição de ordem política não foi autorizada a intervenção contra o poder aéreo chinês para além do RIO YALU.

GUERRA DO VIETNAM

Na guerra do Vietnam foi largamente utilizada a aviação estratégica em missões de âmbito tático, embora tenham sido estabelecidos alvos estratégicos em número apreciável (primeiro 94, passando depois para 240), logo no início do conflito. Por razões de natureza política só relativamente tarde houve autorização para o início do ataque estratégico, ainda com algumas limitações. Mas quando tal ocorreu, o inimigo tinha desenvolvida uma bem escalonada defesa, com anti-aérea, mísseis SAM-2 e aviões MIG, o que obrigou a uma protecção de custos bem elevados (as formações típicas de aviões de ataque a alvos no interior do território do Vietnam do Norte eram acompanhadas por igual número de aviões de escolta). O Poder Aéreo foi utilizado com sucesso para forçar o inimigo a um cessar-fogo à mesa das negociações.

GUERRAS DE GUERRILHA

Nos conflitos de pequenas dimensões, o Poder Aéreo tem dificuldade em encontrar o ponto de aplicação ideal para fazer quebar a vontade do inimigo em continuar a combater — os alvos são fluídos, difíceis de detectar e a mobilidade e dissimulação do inimigo são notáveis. Embora a exigência tecnológica não seja elevada, haveria ainda lugar para a sua aplicação — o que não aconteceu na realidade na maioria das situações. Regra geral, o ataque dos santuários não foi autorizado politicamente. O poder aéreo foi aplicado no bombardeamento de desequilíbrio, no reconhecimento, no apoio próximo, em mobilidade das forças de superfície, em comando aéreo, etc.

ISRAEL

Ao longo da sua história moderna, ISRAEL é o país que mais descon-
dicionou o emprego do seu poder aéreo, e a sua defesa está baseada em
grande parte na sua força aérea. A estratégia adoptada tem sido constante,
e que é a de atacar na origem, em prioridade, o poder aéreo inimigo e os
meios mais significativos das forças de superfície. É interessante recordar
que o Poder Aéreo está a ser utilizado em acções pontuais de retaliação,
usando uma precisão extraordinária, contra alvos situados em aglomerados
urbanos, o que é uma novidade na estratégia do emprego do Poder Aéreo.

PERÍODO PÓS-GUERRA

Dois factos, ocorridos quase em simultâneo, alteraram profundamente
a Estratégia; foram eles o desenvolvimento da arma nuclear e do motor
foguetes de grande potência permitindo um alcance intercontinental e uma
projectão de força militar para o espaço.

A arma nuclear para além de ser uma arma de destruição terrível
é também, ou essencialmente, uma arma psicológica. O seu emprego efectivo
traduziu-se numa estratégia de choque baseada no elemento de surpresa.
É uma arma decisiva, e a rendição do vencido, que é o efeito pretendido,
pressupõe uma alteração na estrutura do poder nacional — no caso japonês
o que a utilização da arma atómica fez foi acelerar o processo de alteração,
mas não foi certamente o único interveniente desse processo.

A arma nuclear transportada por aviões e por mísseis balísticos, nas
proporções actuais que se indicam:

	EUA	URSS
ICBMs	24%	75%
SLBMs	50%	20%
Aviões	26%	5%

fez surgir o debate sobre dissuasão nuclear com a evolução conhecida.
Por razões óbvias não vamos desenvolver aqui os parâmetros desse debate.
Adianta-se, contudo, que a paridade nuclear que forçou a passagem da
retaliação maciça para a resposta flexível, veio reforçar a importância das
forças convencionais e a necessidade de uma defesa avançada que contenha

os avanços inimigos, retardando assim o emprego da arma nuclear e fazendo funcionar a estratégia da dissuasão.

A partir do momento em que a União Soviética passou a dispôr de capacidade nuclear contra as forças estratégicas americanas, reduzindo portanto a eficácia da retaliação, em resposta ao primeiro ataque, houve a necessidade por parte destas em diversificar as plataformas de lançamento, designadamente no que se refere à sobrevivência dos mísseis balísticos baseados em terra, pelo reforço da protecção física dos silos e pela obtenção de mobilidade dos lançadores de mísseis, ao desenvolvimento dos mísseis balísticos transportados e lançados de submarino e à melhoria da capacidade do bombardeiro estratégico. Os mecanismos de vigilância actualmente disponíveis permitem uma preparação dos meios no sentido de diminuir o seu tempo de resposta e, eventualmente, lançar o contra-ataque, antes ou durante o ataque — este facto sobrevaloriza o vector aéreo, pela flexibilidade que porporciona nesta circunstância particular.

Por outro lado, a estratégia americana e da OTAN da resposta flexível faz elevar o limiar da aplicação nuclear e reforça a necessidade do convencional; também o conflito regional, fora do quadro da estratégia entre super-potências, faz apelo ao desenvolvimento de forças convencionais.

Por estas duas ordens de razões, e porque a tecnologia actual permite que seja considerada a possibilidade de penetração do meio aéreo nas defesas inimigas, pelo menos nesta fase em que não é desenvolvida a contra-medida adequada, a ideia do bombardeiro ganha força com aplicação dupla, convencional e nuclear, e para um leque de missões mais alargado, como avião de combate e reconhecimento.

A incorporação das tecnologias emergentes nas forças convencionais, que constitui um objectivo específico da Aliança desde o início da presente década, poderá aumentar significativamente as capacidades do Poder Aéreo nos campos do reconhecimento, da navegação e do ataque, ao mesmo tempo que garante uma maior sobrevivência.

ESTRATÉGIA AÉREA

Relativamente ao Poder Aéreo Convencional, extraindo portanto as capacidades nuclear e espacial, parece que estaremos em condições de definir alguns princípios básicos para a sua aplicação.

O Poder Aéreo de facto existente deverá resultar da aplicação de uma adequada estratégia genética, ou, se se quiser, constituirá um dos «outputs» do planeamento estratégico. Os meios devem ser adequados aos fins que prosseguem. Mas neste âmbito deve ainda realçar-se a importância da prontidão — é que os meios não significam apenas meios materiais; significam sistemas de armas completas, planos de operações bem claros, tripulações bem treinadas, sistemas de comando e controlo eficazes e adaptados aos objectivos, apoio logístico garantido, sustentação em combate bem ponderada, etc. A dissuasão só funciona se o Poder Aéreo estiver coerentemente organizado e capaz de actuar com eficácia e em permanência. O desenvolvimento tecnológico vai eliminando progressivamente os resquícios de improvisação. E a preparação vai sendo cada vez mais exigente e mais morosa.

Para além do estabelecimento dum dispositivo aéreo coerente com as missões atribuídas e da exigência imperiosa duma prontidão permanente face ao leque das acções a executar potencialmente, o Poder Aéreo deve manter, desde tempo de paz, uma vigilância do espaço aéreo de interesse nacional, para manutenção da soberania nacional, exercendo o policiamento do ar, reduzindo a surpresa de um ataque vindo do ar e exercendo a devida valorização das posições geo-estratégicas nacionais. É deste quadro que resulta igualmente a importância da gestão adequada do espaço aéreo nacional em tempo de paz e como recurso a proteger e valorizar, e em tempo de guerra para garantir uma utilização segura e eficaz dos nossos meios e dos nossos aliados, e negar essa utilização ao inimigo

RELAÇÃO DEFESA/ATAQUE

O Poder Aéreo é essencialmente de natureza ofensiva; pode constituir desequilíbrios e ser um instrumento decisivo, pela sua capacidade de destruição física e pela possibilidade de incursão no território inimigo. Mas constitui também um elemento defensivo importante. Tanto as potencialidades ofensivas como defensivas contribuem para a dissuasão militar. A relação entre a postura ofensiva e defensiva dependerá de um grande número de factores, a começar pelos objectivos estratégicos que se pretendem alcançar, pela ameaça, pela geografia, etc. O que não se poderá conceber é pretender-se a dissuasão apenas com um dispositivo exclusivamente de-

fensivo, pela razão simples da impossibilidade de alcançar defesas absolutas ou de criar espaços inexpugnáveis, e dos custos inoportáveis das despesas para margens de segurança relativamente pequenas (a segurança absoluta é inatingível).

A capacidade ofensiva do Poder Aéreo deve funcionar como instrumento de dissuasão e ser reactiva quando tiver lugar qualquer acto hostil por parte de um potencial inimigo.

SELECÇÃO DE ALVOS

A selecção dos alvos estratégicos continua a ser determinante para a caracterização de uma estratégia aérea, designadamente quanto à ponderação entre objectivos contra-forças ou contra-valores e ao «timing» da mudança do ataque de um para outro tipo de alvos, se for essa a opção tomada. Naturalmente que a análise destas matérias e a preparação para a execução constituem requisitos de prontidão da força. É que para cada alvo deverá ser determinado com rigor a finalidade da neutralização e os seus elementos críticos, para se determinar a vulnerabilidade, se definir a dimensão da força atacante, o tipo de ataque e de armamento a utilizar, as tácticas e as técnicas mais adequadas, entre outros factores.

SUPRESSÃO DE DEFESAS INIMIGAS

A invasão em território inimigo pressupõe a penetração nas suas defesas; e esta penetração poderá ser efectuada evitando essas defesas quando tal for possível, ou suprimindo-as temporariamente. Esta supressão exige um investimento adicional de meios e uma ponderação da razão custo/eficácia.

Na iminência de um ataque inimigo, o Poder Aéreo deverá lançar a sua ofensiva prioritária contra as fontes ou origens do Poder Aéreo Inimigo e contra as forças de superfície de reforço inimigas, num cenário convencional típico.

«COUNTER - AIR»

As operações «counter-air» ofensivas convencionais podem ser executadas por aeronaves, mísseis ou uma combinação de ambos. Os mísseis po-

derão ser balísticos ou de cruzeiro, podendo ainda ser lançados a partir do solo ou de plataformas aéreas. As aeronaves são os meios mais facilmente aceitáveis em termos comparativos, no plano político, dadas a sua flexibilidade, capacidade de reutilização e de diversão — a melhoria a introduzir nas aeronaves para a execução de operações aéreas ofensivas, traduz-se na redução dos tempos de resposta, na capacidade de actuação em ambiente degradado, na capacidade de sobrevivência e na capacidade de penetração (supressão das defesas inimigas e utilização de armas largadas à distância). Os mísseis convencionais apresentam alguns riscos técnicos, custos elevados e um impacto político significativo, pelos problemas que levantam pela sua indiferenciação com os mísseis nucleares.

No plano táctico, o primeiro objectivo do Poder Aéreo deverá ser a obtenção da superioridade aérea, pelo ataque aos meios aéreos ainda no ar e pelo ataque às fontes do poder aéreo inimigo na retaguarda.

DEFESA AÉREA

A defesa aérea, cujo sistema compreende acções e facilidades de natureza activa (a interceptação e o combate aéreo, por exemplo) e de natureza passiva (a protecção física, a camuflagem, a defesa civil, etc.), deve ser conduzida em profundidade, pelo menos até onde os sensores possam detectar e os nossos meios de interceptação possam alcançar. O sistema de defesa aérea activa, que deve prever a defesa dos recursos essenciais face a um ataque aéreo inimigo, assim como a atricção das aeronaves inimigas em voo, tem uma configuração típica constituída por:

- sistema de comando e controlo aéreo;
- sistemas de defesa de curto alcance (SHORAD);
- sistemas de mísseis de médio alcance;
- aviões interceptores;
- sistemas de mísseis de retaguarda;
- sistema de defesas pontuais.

GUERRA ELECTRÓNICA

Face às actuais dependências tecnológicas, em especial no campo dos sensores, dos meios de navegação e dos sistemas tácticos, que lhes propor-

cionam a eficácia, o controlo do espectro electromagnético é essencial para o sucesso das operações.

ORGANIZAÇÃO DO PODER AÉREO

Para efeitos de aplicação dos princípios da concentração de esforços nos pontos mais vulneráveis e selectivos do inimigo, da flexibilidade e versatilidade dos meios aéreos e da economia, a gestão do Poder Aéreo deverá ser centralizada.

COMANDO E CONTROLO AÉREO

A rapidez da resposta, a conduta específica das operações aéreas para obtenção da maior eficácia, exigem um sistema de comando e controlo aéreo que garanta o fluxo de informação necessária ao cumprimento da missão, numa perspectiva integrada de leque de acções aéreas e com a garantia da máxima capacidade de sobrevivência.

António de Jesus Bispo

General da Força Aérea
Assessor do IDN

A DEFESA NO MUNDO

A DEFESA NO MUNDO

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (SUIÇA), de Março de 1989

A empresa de componentes electrónicos espanhola CE SELSA está a fabricar um simulador de voo para os aviões «A-7P CORSAIR» da Força Aérea Portuguesa.

O contrato vai importar em 15,6 milhões de dólares e o simulador deverá estar operacional no prazo de dois anos.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 12 a 18 de Março de 1989

Segundo informação da revista alemã «Der Spiegel», firmas da Alemanha Ocidental participam na Roménia numa fábrica de mísseis «Condor 2», com um alcance de cerca de 2000 quilómetros e a possibilidade de serem equipados com ogivas nucleares.

*
* *

A União Soviética vai apresentar no Salão Internacional de Le Bourget o avião «SUKHOI 27» que disporá de uma autonomia de voo uma vez e meia superior à dos modelos estrangeiros equivalentes.

«DÉFENSE NATIONALE» (FRANÇA), de Abril de 1989

A Brigada Franco-Alemã foi oficialmente criada em 10 de Janeiro de 1989 em Boblingen, no Sudoeste da RFA. A cerimónia então realizada processou-se nas duas línguas — francês, pelo Chefe de Estado-Maior do Exército de França, e alemão, pelo seu correspondente alemão.

Até à realização daquela cerimónia o caminho foi longo e semeado de obstáculos.

Depois do insucesso em 1954 da Comunidade Europeia de Defesa, a cooperação franco-alemã foi reforçada pelo Tratado do Eliseu, assinado em 1963 pelo general De Gaulle e pelo Chanceler Adenauer.

Em 1988, o Presidente de França declarou: «A aliança militar com a Alemanha não tem por objecto substituir as forças da OTAN. Faremos o nosso melhor para consolidar o pilar europeu da Aliança. Em 1992-1993 nós poderemos efectuar um passo determinante para dar um conteúdo real, e não somente imaginário, à defesa comum da Europa.»

No entanto, no princípio de 1989, apenas 55 militares — 24 alemães e 31 franceses — serviam no Quartel-General de Brigada sob as ordens do general francês Sengeisen e do coronel Wassenburg do exército alemão.

Só em 1991 será realizado o primeiro exercício com o efectivo completo, isto é, 4200 homens que constituirão duas unidades de infantaria da mesma importância (um regimento francês e um batalhão alemão), um regimento de carros de combate francês e um grupo de artilharia alemão. Os elementos de apoio de combate e de apoio logístico serão fornecidos pelos dois Exércitos a um nível sensivelmente igual.

**«DEFENSE AND ARMAMENT HÉRACLÈS INTERNATIONAL»
(FRANÇA), de Abril de 1989**

A Força Aérea espanhola informa que no período de 1986 a 1988 sofreu uma quebra de 150 pilotos de combate e de transporte. Desde meados de 1988 até Janeiro de 1989 mais 87 pilotos abandonaram a Força Aérea, atraídos pelas melhores condições de trabalho e salários mais elevados oferecidos pelas empresas civis.

O problema causa preocupações nos comandos e está a tornar-se grave porque as saídas atingem a percentagem de 13 por cento do efectivo do pessoal de voo devidamente qualificado.

O Ministério da Defesa difundiu uma oferta para 50 lugares de pilotos que deverão ser preparados em pouco mais de um ano. Os pilotos assim formados deverão cumprir com a Força Aérea um contrato de 7 anos não renovável.

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (SUIÇA), de Abril de 1989

O orçamento da defesa de Espanha para 1989, submetido ao Parlamento, confirma a opção tecnológica para a segurança nacional.

O orçamento proposto, de 817 913 milhões de pesetas, representa um aumento de 7,3 por cento (3,5 por cento em termos reais) em relação ao orçamento de 1988.

Adicionando as despesas com a Guarda Civil, pensões de reforma, organismos militares autónomos e, também, a contribuição espanhola para a NATO, as despesas atingem um montante de 1,2 triliões de pesetas, ou seja, 2,9 por cento do PIB.

O Governo determinou a participação em tantos programas militares europeus quantos os possíveis, com a esperança de que mesmo aqueles que não tenham importância vital para a segurança nacional possam contribuir para o desenvolvimento tecnológico da indústria espanhola.

Um total de 1,5 triliões de pesetas será despendido com pesquisa e desenvolvimento entre 1989 e 1992. 332,252 milhões serão gastos com a obtenção de sistemas de armas em 1989, dos quais mais de 1/3 será utilizado em importações e na liquidação da contribuição espanhola para a NATO.

*
* *

A artilharia da costa da Noruega completou a sua primeira instalação com peças Bofors «Ersta», de 120 mm.

Cada uma das três bocas de fogo instaladas em Meloyvaer, no fiorde de Trondheim, tem a capacidade de um disparo em cada dois segundos.

Os noruegueses afirmam que as peças instaladas tornarão um suicídio qualquer tentativa naval de penetração no fiorde. As bocas de fogo estão enterradas na rocha, a 25 m, e a sua posição é protegida permanentemente por um eficaz campo de minas, baterias de torpedos e unidades navais.

Originariamente estavam planeadas 12 dessas instalações, mas o seu custo elevado fez com que ficassem reduzidas apenas a três com um total de 8 bocas de fogo.

*
* *

Segundo a lei da União Soviética, nas Forças Armadas as mulheres gozam de completa igualdade com os homens.

Em tempo de paz o serviço militar feminino é voluntário mas torna-se obrigatório em tempo de guerra.

No entanto, entre os 5 milhões de soldados da URSS, não existe uma única mulher com o posto de general e apenas duas coronelas estão ao serviço activo: a cosmonauta Valentina Tereshkova, e Irina Solovyeva que serve no Centro de Instrução para missões espaciais.

Existem capitoas e tenentes, sargentos e soldados, servindo na Marinha e no Exército e, em menor quantidade, na Força Aérea. Na Força de Mísseis Estratégicos parece não haver mulheres.

As mulheres soldados são principalmente utilizadas em missões específicas: serviços médicos, comunicações, etc.

«MILITARY TECHNOLOGY» (REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA), de Abril de 1989

O Exército da Suécia possui a missão geral de defesa do território contra qualquer invasão.

Em primeiro lugar, o Exército, em cooperação com outras forças, deve executar missões defensivas ou ofensivas o mais perto possível da costa ou das fronteiras terrestres, de modo a impedir o adversário de conquistar posições em solo sueco.

No caso desta missão não poder ser mantida, o Exército deve, em cooperação com as forças existentes dos outros serviços, desenvolver acções prolongadas, organizadas e efectivas para impedir o adversário de atingir os seus objectivos finais.

As dimensões do território sueco e a sua limitada população impõem o serviço militar geral e obrigatório, sendo as forças terrestres do tempo de paz limitadas ao mínimo para a instrução e o treino. As unidades de campanha têm por base a mobilização geral ou parcial, conforme os casos.

A actual organização do Exército sueco é a seguinte:

- 8 Comandos e Quartéis-Generais do nível de divisão com as correspondentes unidades divisionárias de apoio de combate e apoio de serviços;
- 18 Brigadas de Infantaria;
- 5 Brigadas de Infantaria tipo nórdico («Norrländ Brigades»);
- 5 Brigadas Blindadas;
- 1 Brigada Mecanizada;

- Cerca de 100 batalhões independentes de vários tipos;
- 2 Batalhões de Mísseis Anti-aéreos;
- 2 Companhias de Helicópteros de Transporte;
- 1 Companhia de Helicópteros Anticarro.

O efectivo mobilizável é aproximadamente de 700 000 homens, dos quais 300 000 nas unidades de campanha, 300 000 em unidades territoriais e 100 000 na Guarda Nacional («Home Guard»).

A brigada, com um efectivo de um pouco mais de 5000 homens, constitui a unidade de combate tipo.

Algumas brigadas e um número variável de unidades de reforço, principalmente artilharia de campanha e antiaérea, e engenharia, formam uma divisão cuja orgânica varia com o tipo de missão e a natureza do terreno.

Apesar de algumas dificuldades orçamentais poder-se-á considerar que os militares suecos estão motivados e bem treinados, que os conscritos têm um elevado sentido do dever de defesa nacional e, ainda, que a indústria de defesa atingiu níveis muito bons na produção de sistemas de armas e de equipamentos.



Os Estados Unidos e Portugal chegaram a um acordo sobre um aumento substancial do programa de ajuda económica e militar.

Ainda que seja negado pela Administração americana, parece que o resultado das negociações entre os dois países surgiu devido a pressões portuguesas no sentido de serem aumentadas as contrapartidas pela cedência aos Estados Unidos de facilidades na Base das Lages, nos Açores.

Nos termos do acordo, Portugal vai receber 100 milhões de dólares em 1989 e 125 milhões em 1990.

Portugal deverá utilizar essas verbas para a aquisição de 20 aviões «F-16A/B», de 57 helicópteros de diferentes tipos e de uma bateria de mísseis solo-ar «Hawk» e, ainda, de outro equipamento.

Com a aquisição dos 20 «F-16A/B» — destinados a substituir os aparelhos Fiat «G-91/R-314», ainda em serviço — a Força Aérea Portuguesa passará a dispor de uma esquadra de caças-bombardeiros credível e Portugal será o sétimo país europeu da OTAN a utilizar os aviões «Falcon».

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 12 de Abril de 1989

Os países não comunistas do Sudeste da Ásia preparam-se para desempenhar um papel mais importante do ponto de vista militar de forma a impedir que potências fora da área, incluindo o Japão, possam preencher o vazio deixado no caso da presença de forças americanas diminuir.

Os planos incluem a aquisição pela Malásia e por Singapura de novos navios de guerra armados com mísseis e, também, de aviões com capacidade para protegerem as rotas marítimas no Sul do mar da China. Também está previsto o estreitamento de cooperação militar entre a Malásia, Singapura e Indonésia, os três países que dominam o estreito de Malaca pelo qual passa quase toda a navegação entre a Índia e o Oceano Pacífico, incluindo os petroleiros que do Golfo abastecem o Japão.

O Japão tem aumentado nos últimos anos as forças de defesa das suas rotas marítimas de modo a cobrirem uma extensão de 1000 milhas. Em direcção ao Sul, o perímetro da autodefesa japonesa atinge o Norte das Filipinas. Se as relações entre o Japão e a União Soviética melhorarem substancialmente, os japoneses podem ser tentados a empregar as suas forças predominantemente no Sul, de modo a garantirem as principais artérias comerciais.

Os Governos e os Comandos militares dos seis países da Associação do Sudoeste Asiático (ASEAN) — Tailândia, Singapura, Bornéu, Indonésia, Malásia e Filipinas — atribuem o mesmo grau de incerteza à possível actividade japonesa na área que às intenções do Vietname, apoiado pela URSS e pela China.

No entanto as autoridades dos países ASEAN enfatizaram que a Associação não se transformará num pacto de defesa mútua, embora possam ter lugar exercícios militares bilaterais e outras formas de cooperação defensiva. Mas as forças aeronavais da ASEAN não poderão ter o poderio das unidades japonesas ou chinesas. O que a ASEAN pode fazer é providenciar um suplemento permanente de forças a uma presença reduzida, ou intermitente, dos americanos.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 12 de Abril de 1989

As duas grandes potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, continuam a dominar o mercado mundial de armamentos, malgrado a

sua retórica de desarmamento, segundo informa o último número do anuário do Instituto de Investigações para a Paz (SIPRI), publicado em Estocolmo.

Em 1988 a URSS monopolizou 38 por cento do mercado mundial de armas, e os Estados Unidos atingiram 28 por cento com um montante global de vendas que orçou os 34 000 milhões de dólares.

O terceiro lugar das vendas foi ocupado o ano passado pela França, seguida pela China, pelo Reino Unido e pela República Federal da Alemanha.

Segundo o SIPRI a Espanha vendeu, em 1988, 211 milhões de dólares de armamento, o que a coloca em 13.º lugar na lista dos grandes exportadores. Em contrapartida importou 1362 milhões de dólares, convertendo-se assim no 6.º maior importador.

O SIPRI, organismo independente financiado pelo Estado sueco, detectou uma quebra de 39 500 milhões de dólares no mercado mundial de armas, em 1987, e de 34 000 milhões em 1988.

Segundo aquele Instituto esta quebra é devida ao facto do número de conflitos armados no mundo ter baixado de 33 para 28.

«DEFENSA» (ESPANHA), n.º 133, de Maio de 1989

Pela primeira vez na história as marinhas de guerra da Argentina, do Brasil, e da Espanha realizaram manobras conjuntas na zona das ilhas Canárias e no «corredor» entre aquelas ilhas e Cádiz.

A decisão de efectuar os exercícios foi tomada em Dezembro de 1988, e estes iniciaram-se por uma operação combinada entre as armadas da Argentina e do Brasil, que teve lugar entre os portos do Rio de Janeiro e do Recife, e foi continuada pela travessia do Atlântico até se ligarem a uma força de marinha espanhola na área das ilhas Canárias. Depois, em Março, começou o período de manobras navais que recebeu o nome de código «Ibéria», com a participação de uma importante força espanhola constituída pelo porta-aéreos «Dédalo», três fragatas, duas corvetas e um «destroyer», aos quais, mais tarde, se juntaram mais unidades.

Já se iniciou o planeamento conjunto para a realização, em 1990, de manobras semelhantes, que deverão ter lugar no Atlântico Sul com a presença efectiva de unidades espanholas.

*
* * *

Tal como acontece com o resto dos países do mundo, o Ministério da Defesa espanhol tem-se empenhado em fazer sua a velha máxima «se queres a paz prepara a guerra».

As despesas militares têm sido sujeitas a uma grande escalada, justificada, quase sempre, pelo desejo de equiparação com a Europa. O ingresso da Espanha na OTAN e na União Europeia Ocidental, os compromissos assumidos pela Administração socialista em programas internacionais para o desenvolvimento de novos sistemas de armas, e, ainda, a redução das forças americanas baseadas em território espanhol, tudo isto conjugado com a crise da indústria espanhola de armamento, são factores que contribuíram para precipitar a tendência do aumento orçamental.

Em 11 anos os gastos militares espanhóis cresceram de 39,4 por cento a preços constantes e, segundo as últimas previsões, até 1994 serão despendidos mais de 7 milhões de pesetas na aquisição de material bélico e para sustentação, investigação e modernização das armas e equipamentos das Forças Armadas.

Um dos objectivos primordiais da nova política orçamental da Defesa é tornar o Exército espanhol menos numeroso mas mais moderno e eficaz. Esta tendência é demonstrada pela sensível diminuição das verbas destinadas às despesas com o pessoal (328 021 milhões) e pelo crescimento das atribuídas à modernização, investigação e desenvolvimento (415 027 milhões).

Mas, por outro lado, também existe a tendência de reduzir a percentagem das despesas com a defesa em relação ao orçamento global. Assim, em 1980, o orçamento militar era de 12,5 por cento do total, em 1988 andou à volta de 8,5 por cento e para 1989 prevê-se que seja reduzido a 7,7 por cento. No entanto, estudos não governamentais afirmam que o orçamento militar ultrapassa amplamente um bilião de pesetas, ou seja, 13,3 por cento dos gastos do Estado.

«REVISTA ESPANHOLA DE DEFENSA» (ESPANHA), de Maio de 1989

Segundo noticia a agência oficial búlgara, a Bulgária vai reduzir as suas forças armadas de 10 000 homens num período inferior a dois anos.

Por outro lado, durante o mesmo tempo, o orçamento militar sofrerá um corte de cerca de 12 por cento.

Segundo o próprio Ministro da Defesa serão suprimidas uma divisão motorizada, uma brigada blindada, duas unidades de Infantaria, uma escola militar, pilotos de combate de uma esquadra aérea e vários postos da Marinha.

A maior parte das viaturas das unidades existentes serão recicladas em tractores agrícolas ou viaturas de bombeiros.

Para termo de comparação poder-se-á informar que, segundo a OTAN, a Bulgária dispõe de um Exército de 135 000 homens.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 5 a 11 de Maio de 1989

A NASA decidiu o fabrico de um novo veículo espacial baptizado como «SHUTTLE-C». Engenho sem piloto, mantém a fuselagem, os motores, os foguetes de ajustamento da trajectória e o reservatório central dos veículos habitados. Mas, ao contrário destes, desintegrar-se-á quando reentrar na atmosfera.

Depois do acidente ocorrido ao «CHALLENGER» em Janeiro de 1986, os americanos tomam precauções múltiplas antes de enviarem mais tripulações para o espaço. Assim, apenas três veículos espaciais foram lançados depois de 29 de Setembro de 1988. Esta política de prudência apenas reforça o prestígio científico e naval da NASA, ainda que possa acarretar consequências desagradáveis traduzidas, principalmente, por um atraso notável sobre o programa da instalação de uma estação espacial, da qual as diferentes peças deverão ser montadas nos próximos anos.

Acontece, porém, que os Estados Unidos não dispõem de momento de um vector de lançamento com capacidade para este tipo de missão e, consequentemente, a necessidade de desenvolver um vector que deverá estar operacional cerca de 1994 e custará 1,5 mil milhões de dólares.

«COMUNICADO DE IMPRENSA» (OTAN), de 18 de Maio de 1989

Na reunião de Haia, em 18 de Maio, o Comité Científico da Aliança Atlântica decidiu criar um programa especial dedicado ao estudo das alterações climáticas à escala mundial.

Este programa visará, em especial, a descrição e a compreensão dos processo físicos, químicos e biológicos interactivos que determinam o conjunto do sistema ambiental terrestre. Tratar-se-á de desenvolver os meios à disposição dos cientistas para prever as alterações do meio ambiente, principalmente aquelas que estão ligadas à influência do Homem sobre o clima.

Por isso, este programa terá como propósito principal facilitar a colaboração entre físicos, químicos, geólogos, climatologistas, biólogos e ecologistas com o objectivo de facilitar o estudo dos complexos fenómenos interdisciplinares com influência na conservação do ambiente.

Em toda a diversidade das actividades que podem interessar a este importantíssimo estudo, o programa considerará apenas os aspectos científicos sem entrar em linha de conta com considerações de natureza política.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 26 de Maio a 1 de Junho de 1989

O Exército chinês já não é aquela força de libertação pura e dura de 1949 e que governou a China em nome do Partido Comunista nos primeiros anos do regime. Também já não é o exército militante de Lin Piao, que dirigiu os comités revolucionários de 1967 a 1970, durante a revolução cultural. Actualmente o comando militar chinês está rejuvenescido, é mais profissional e menos político.

Apesar de em 1988 terem sido adoptados novos uniformes e restabelecidos os postos da hierarquia, o Exército suporta em silêncio o mandato dos tecnocratas civis. Há já 10 anos que o orçamento militar aparente — que representa cerca de 45 por cento do total real — se encontra limitado ao nível de 20 a 25 mil milhões de yuans (de 36 a 42 mil milhões de francos).

Naquele período de 10 anos, o orçamento militar desceu de 17 por cento a 6 por cento do orçamento total do Governo.

Em consequência, o Estado-Maior-General está atento e pensa que a segurança do país é estreitamente dependente da evolução do contexto mundial.

A transformação do Exército Popular de Libertação numa força moderna, móvel e poderosa, é desesperadamente lenta e, por isso, é muito difícil exigir profissionalismo e competência aos militares e, simultaneamente, impôr-lhes restrições orçamentais.

O Exército sofreu de 1985 a 1988 uma redução de 1 milhão de homens e também o corte das missões relacionadas com a manutenção da ordem pública, perdendo as forças destinadas ao cumprimento desta parte da missão.

A recente Polícia Popular Armada depende de um ministério civil.

A despeito do Exército apenas precisar anualmente de incorporar 500 000 jovens — seja menos de 6 por cento das possibilidades de recrutamento — existe muita gente que foge ao serviço militar, utilizando meios ilícitos (pressões pessoais e corrupção) porque o serviço militar é muito mal remunerado.

Nos últimos anos tem havido um grande rejuvenescimento dos quadros de todos os níveis, cuja média de idades baixou de 10 anos. Os generais têm 53 anos e os brigadeiros 45. Cada vez existem mais oficiais melhor preparados profissionalmente e mais afastados da política.

Em conclusão: o novo exército chinês já não é, como anteriormente, um pilar do regime, e os dirigentes do PC chinês deverão tê-lo em atenção.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de Junho de 1989

O Governo francês aceitou fornecer à Líbia alguns sobressalentes e peças de reserva para os sistemas de radar e mais algum material militar menos importante.

A decisão do Primeiro-Ministro Michel Rocard e do Ministro dos Negócios Estrangeiros Roland Dumas seguiu-se à tomada de posição de uma comissão interministerial no sentido de reduzir o embargo de armas imposto pela França à Líbia depois deste país ter invadido o Chad em 1983.

A redução agora decidida diz principalmente respeito a peças de reserva para os postos de radar e a outros elementos não letais do sistema militar líbio.

O Ministro da Defesa francês declarou que a decisão resultou da crescente pressão das autoridades da Líbia e, também, da indústria francesa de armamentos.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 21 de Junho de 1989

Uma companhia de produtos químicos da República Federal da Alemanha organizou a venda ao Irão de várias centenas de toneladas de produtos químicos próprios para o fabrico de gás venenoso.

*

* *

O Ministério da Defesa de Espanha vai autorizar, antes do fim do ano, que cerca de 50 pilotos da Força Aérea transitem para a situação de reserva e passem a equipar as linhas aéreas comerciais.

Mais de 100 pilotos tinham pedido para mudarem de situação.

Os pedidos agora autorizados estavam bloqueados desde o passado Outono à espera de formação de novos pilotos dos quadros permanentes e de complemento.

Os pilotos do quadro de complemento seguem um curso abreviado, findo o qual se comprometem a prestar serviço por um período de 8 anos.